



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Marcela de Toledo Piza Costa Machado

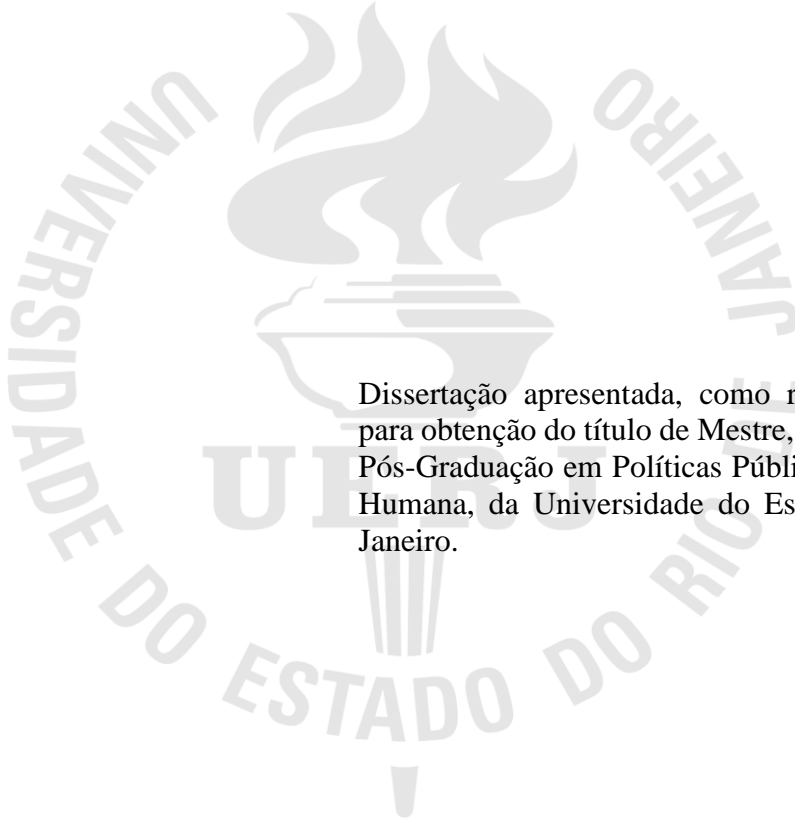
**“E eu não sou uma mulher?”: Femicídio negro como um mecanismo de
fazer morrer em vida corpos de mulheres negras**

Rio de Janeiro

2023

Marcela de Toledo Piza Costa Machado

“E eu não sou uma mulher?”: Femicídio negro como um mecanismo de fazer morrer em vida corpos de mulheres negras



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Esther Maria de Magalhães Arantes

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Heliana de Barros Conde Rodrigues

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M149 Machado, Marcela de Toledo Piza Costa
“E eu não sou mulher?”: Femicídio negro como mecanismo de fazer morrer em vida corpos de mulheres negras / Marcela de Toledo Piza Costa Machado. – 2023.
116 f.

Orientadora: Esther Maria de Magalhães Arantes
Coorientadora: Heliana de Barros Conde Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Femicídio – Teses. 2. Mulheres negras – Teses. 3. Feminismo – Teses.
I. Arantes, Esther Maria de Magalhães. II. Rodrigues, Heliana de Barros Conde
III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e
Humanidades. IV. Título.

bs CDU 343.61

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcela de Toledo Piza Costa Machado

“E eu não sou uma mulher?”: Femicídio negro como um mecanismo de fazer morrer em vida corpos de mulheres negras

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Esther Maria de Magalhães Arantes (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Luiz Antonio Saleh
Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ

Prof.^a Dr.^a. Iolete Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação à Marielle Franco, Beatriz do Nascimento e todas as mulheres negras que vivenciam a morte em vida. "Bom mesmo é estar viva!".

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, me reverencio aos meus ancestrais. A todos aqueles que lutaram para que a população negra fosse não só um movimento de resistência, mas também uma forma de reivindicação da vida, que é o eixo desse trabalho.

Agradeço aos meus orixás, dos quais se fizeram presentes, Atotô meu pai Omolu, Odoyá minha mãe Iemanjá. Optchá ao povo cigano e a minha Sara Kali, pelos caminhos.

Aos meus pais, Hélio e Mônica, pela possibilidade plena de viver e ser amada. Vocês me deram caminhos, mas todas as minhas conquistas são fruto do amor que cultivamos diariamente.

À minha irmã, Camila, pelo companheirismo na vida. Seja no quarto para dormir, seja nos momentos felizes e difíceis. Você é a minha parte preferida.

À minha tia Marli. O único e genuíno amor da minha vida. Acredito que aonde quer que você esteja, saiba que essa conquista é nossa. Sinto sua falta todos os dias.

Aos meus avós, Hélio e Néa, que também moram no céu. Sei que vocês estão falando para todos que tem outra neta que venceu. Foi por vocês também.

Aos meus avós, Adir e Toledo, pelo companheirismo, parceria e lealdade. Eu sou vocês sempre.

À minha tivó. Obrigada por vir me visitar em sonho e mostrar que se orgulha de mim.

À minha prima, Nathália, por ser minha melhor amiga. A pessoa que mais esteve comigo. Cada passo que dou tem você. Só nós sabemos como esse processo foi difícil. Essa conquista é nossa.

Ao meu amor, Bruno, por ser meu fã, meu amigo, meu companheiro e por ser a minha história de amor que tanto esperei. Você é meu amor, e eu nunca saberei agradecer por todo o apoio e admiração que temos um pelo outro.

Agradeço aos meus enteados Guilherme e Pedro, pelo carinho e o acolhimento desde o início. Vocês são meus amores. Obrigada por serem afeto, amor e felicidade.

Agradeço também aos meus familiares Áurea, Miriam, Gustavo, Breno, Ana, Bia, Léo por compreenderem cada parte desse processo. Vocês fazem parte de mim.

Aos meus amigos e parceiros do LabJaca, pelo apoio incondicional, por serem parceiros de luta e por confiarem tanto no meu trabalho. Estar com vocês faz tudo ter sentido. A luta se torna potente tendo pessoas como vocês comigo. Minha eterna gratidão a cada um de vocês.

Déborah, obrigade por ser. Se não fosse você, sabemos que eu não estaria aqui. Tudo que construímos faz com que sejamos um passo de resistência e sobrevivência. Conseguimos. Juntas! Obrigade por estar comigo e fazendo com que tudo seja diferente.

Agradeço às minhas amigas Aline Fernandes, Carol Duarte, Natasha Keusen, Gabriela Marques, Luiza Amicucci, Débora Soufi, Débora Teixeira, Júlia Andrade, Alyne Reis, Marcelly Mesquita e Marina Reis por serem meu suporte e por entenderem cada fase desse processo.

Agradeço à minha amiga Júlia Capuano e tia Mariângela pela eterna torcida. Obrigada por serem minha família.

Agradeço ao apoio e acolhimento da professora Esther Arantes. Sem seu apoio nada disso seria possível.

Agradeço à professora Heliana Conde por todas as preciosas dicas e orientações.

RESUMO

MACHADO, Marcela de Toledo Piza Costa. “*E eu não sou uma mulher?*”: Femicídio negro como um mecanismo de fazer morrer em vida corpos de mulheres negras. 2023. 116f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Considerando as diversas formas de sofrimento de mulheres negras no Brasil, a presente dissertação buscou pensar o feminicídio negro para além da morte biológica. Para este questionamento crítico busquei aproximações com o pensamento de Achille Mbembe, o que possibilitou compreender como as mulheres negras “morrem em vida”, a partir de “matanças invisíveis”. Assim, as formulações de Mbembe sobre necropolítica, ao lado do pensamento de Fanon sobre humanidade e as zonas do ser e do não-ser, foram fundamentais para construir uma base sobre a qual fosse possível pensar o feminicídio negro em sentido amplo.

Para além destas considerações, procurei ver como a obra de Mbembe podia dialogar com as proposições de feministas negras, como Carla Akotirene, não apenas para gerar um novo olhar sobre o feminicídio negro como também para possibilitar o enfrentamento das mortes em vida através da escrita de si e da arte. Para isto, a dissertação dialoga com dois materiais artísticos: M8- Quando a Morte socorre a vida e o álbum visual da Luedji Luna " Bom mesmo é estar debaixo d 'água".

Sem perder de vista todas estas considerações teórico-metodológicas, é no contexto da pandemia da covid-19 que a pesquisa e a escrita dessa dissertação aconteceram: olhando para uma realidade que se agrava dia a dia, sob a lógica da precarização dos corpos de mulheres negras, nas quais eu também estava incluída. É por isso que esse trabalho deve ser lido não somente como uma pesquisa, mas também como um relato, um depoimento, uma denúncia e um grito.

Por isso¹:

Ô Neide, ô Neide, ô Neide

Cabô

Palavras-chave: Necropolítica. Femicídio negro. Morte em vida. Vida em vida.

¹ Luedji Luna, Cabô, Um corpo no mundo, 2017.

ABSTRACT

MACHADO, Marcela de Toledo Piza Costa. “And I’m not a woman?”: Black feminicide as a mechanism for making black women’s bodies die while still alive. 2023. 116f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Considering the different forms of suffering of black women in Brazil, this dissertation sought to think about black feminicide beyond biological death. For this critical questioning, I sought approximations with the thinking of Achille Mbembe, which made it possible to understand how black women “die while alive”, through “invisible killings”. Thus, Mbembe's formulations on necropolitics, alongside Fanon's thoughts on humanity and the zones of being and non-being, were fundamental in building a basis on which it was possible to think about black femicide in a broad sense.

In addition to these considerations, I sought to see how Mbembe's work could dialogue with the propositions of black feminists, such as Carla Akotirene, not only to generate a new look at black feminicide but also to enable the confrontation of deaths in life through the writing of itself and art. To this end, the dissertation dialogues with two artistic materials: M8- When Death Helps Life and Luedji Luna's visual album "It's really good to be under water".

Without losing sight of all these theoretical-methodological considerations, it is in the context of the Covid-19 pandemic that the research and writing of this dissertation took place: looking at a reality that is getting worse day by day, under the logic of the precariousness of women's bodies black women, in which I was also included. That is why this work must be read not only as research, but also as a report, a testimony, a denunciation and a cry.

That's why:

Oh Neide, oh Neide, oh Neide

Finish

Key words: Necropolitics. Black femicide. Death in life. Life in life.

Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh
Eu danço a dança das tuas marés
Eu danço a tua dança
Eu danço a tua dança, ai, ai, ai
Você maremoto, você maré mansa
Você poça d'água, ai, ai, ai
Me acalmo, espero, me afogo, você
Um tsunami quando não quer saber
De onda
Me desespero
São tuas ondas que me levam
Me desespero
São tuas ondas que me levam, ai, ai
Me desespero
São tuas ondas que me levam
Me desespero
São tuas ondas que me levam
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, dererê, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh
Eu danço a dança das tuas marés
Eu danço a tua dança
Eu danço a tua dança, ai, ai, ai
Você maremoto, você maré mansa
Você poça d'água, ai, ai, ai
Me acalmo, espero, me afogo, você
Um tsunami quando não quer saber
De onda
Me desespero
São tuas ondas que me levam
Me desespero
São tuas ondas que me levam, ai, ai
Me desespero
São tuas ondas que me levam
Me desespero
São tuas ondas que me levam
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, dererê, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
Uh, uh, uh, uh, ai, ai, ai, ai, ai, ai
*Luedji Luna*²
Bom mesmo é estar debaixo d'água

² :<https://www.letras.mus.br/luedji-luna/bom-mesmo-e-estar-debaixo-dagua/>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	A redenção de Cam.....	22
Figura 2-	Exposição “Table of goods” Grada Kilomba.....	25
Figura 3-	Luedji Luna.....	83
Figura 4-	Capa do álbum.....	84
Figura 5-	Parte do álbum Luedji Luna.....	87
Figura 6-	Parte do álbum visual de Luedji Luna.....	88

SUMÁRIO

	MINHA TRAJETÓRIA ENQUANTO MULHER NEGRA: AUTORIA ÍNTIMA E MANIFESTAÇÕES DA COR.....	11
1	“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FEMINICÍDIO NEGRO E AS “MATANÇAS INVISÍVEIS”	54
1.1	Os efeitos da necropolítica que produzem as mortificações das mulheres negras.....	59
1.2	Feminicídio negro e território: necropolítica como instrumento de “morte-em-vida”.....	59
1.3	Mães pretas que perdem seus filhos mortos/desaparecidos ou grávidas: o feminicídio negro em curso.....	70
3	GESTÃO DA VIDA E CORPOS DETERMINADOS PARA SEREM EXPOSTOS À MORTE: FEMINICÍDIO NEGRO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.....	82
2.1	Manifestações de poder de cor, raça e gênero: Luedji Luna.....	82
2.2	Mulheres negras escrevendo sua própria história. Luedji Luna, Sojourner Truth, Conceição Evaristo, Nina Simone.....	91
2.3	A reivindicação da vida-em-vida por mulheres negras.....	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	109

MINHA TRAJETÓRIA ENQUANTO MULHER NEGRA: AUTORIA ÍNTIMA E MANIFESTAÇÕES DA COR

Silêncio que constrói caminho: percurso de uma pesquisadora negra

Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões
 São verde e rosa, as multidões
 Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra
 Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato
 Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati
 Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola, Mamá,
 Deivid Domenico e David Firmino³

A letra do samba enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira do Carnaval de 2019, que inicia esta dissertação, procura mostrar como é importante falarmos sobre as narrativas que foram historicamente silenciadas, cerceadas e, por fim, mortas, entendendo que essas mortes ocorrem a partir das múltiplas violências causadas e oriundas da estrutura racista.

Os trechos “Deixa eu te contar/A história que a história não conta”, “Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento/Tem sangue retinto pisado” e “Eu quero um país que não

³ <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>

está no retrato” reforçam o grito de resistência para mostrar que existe uma história em nosso país que ainda é pouco contada e reconhecida. Uma história marcada com sangue de pessoas negras que morreram de tanto trabalhar e trabalharam de tanto morrer. E, infelizmente, continuamos morrendo. Esse samba é um grande e importante grito como forma de mostrar que nós, enquanto negros/as, precisamos contar uma história que a História oficial não conta.

Nesta seção, pretendo mostrar o quanto tem sido desafiador quando nos propomos a ingressar no mundo acadêmico, considerando ser este “um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras” (Kilomba, 2019, p. 50).

Sabendo que muitas mulheres negras raramente chegam a esse espaço, penso ser possível considerar o silenciamento de autoras negras como sendo uma forma de feminicídio, questão relevante, inclusive, para pensar o próprio lugar desta pesquisadora enquanto mulher negra que busca compreender como os espaços acadêmicos foram historicamente construídos com base nas hierarquias social, racial e de gênero. Nas palavras de Kilomba, citando bell hooks:

Como escritoras/es e acadêmicas/os negras/os, estamos transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro. Essa transformação é refletida em nossos discursos. Quando produzimos conhecimento, argumenta bell hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor - a dor da opressão. E ao ouvir nossos discursos, pode-se também ouvir a dor e a emoção contidas em sua precariedade: a precariedade, ela argumenta, de ainda sermos excluídas/os de lugares aos quais acabamos de “chegar”, mas dificilmente podemos “ficar” (Kilomba, 2019, p.59).

Pensando em minha própria trajetória escolar e acadêmica, constato que foram muito poucas ou quase nenhuma as referências oferecidas de autoras/es negras/os. Sob esse aspecto, a relação entre feminicídio negro e produção de conhecimento acadêmico sempre me inquietou, fazendo-me lembrar da época escolar nas aulas de História. Com frequência escutava das/os minhas/us professoras/es que o ensino da História sempre era direcionado a um lado apenas e essa reflexão me fazia pensar qual lado nos era ensinado. Foi no questionamento de não ver a história de pessoas negras representadas como protagonistas, que percebi que o que nos era ensinado era o lado do colonizador.

Uma leitura que muito me ajudou a dar contorno a essa reflexão foi o livro *O perigo da história única* (2019), da autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche. Nele, a autora se posiciona considerando o modo com o qual nossos pensamentos foram e são colonizados a partir de histórias que nos contam, desde sempre: a história do colonizador que reproduz a ausência da narrativa daquele que é colonizado e, por conseguinte, silenciado. Em outras palavras, entendo que a história que nos contam no colégio, ou durante a vida, é a história

daquele que supostamente ganhou a batalha, o colonizador. Sob esse prisma, a escritora ainda reforça:

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (Adichie, 2019, p.16)

Assim, parece-me fundamental problematizar a forma como os conhecimentos são produzidos, e sobre as histórias únicas e universais que nos são ensinadas. Segundo Chimamanda, a produção de uma história única constitui-se numa armadilha criada pelo colonialismo, na medida em que, ao reforçarmos um lado da história como único, tiramos a humanidade do outro lado e afastamos ainda mais as pessoas umas das outras, sempre no caminho da desumanização.

Para compreender como uma história única se impõe, foi importante as contribuições de Ramón Grosfoguel, quando este nos mostra a relação existente entre racismo e sexismo epistêmicos, abordados a partir das análises realizadas por Boaventura de Sousa Santos acerca da universidade e das epistemologias do Sul e Norte-cêntrica (2016)⁴. A partir destas considerações e levando-se em conta os estudos feitos por estes autores, podemos concluir que muitos conhecimentos considerados superiores e tendo validade universal foram gestados a partir dos privilégios da branquitude, esta compreendida como uma construção histórica do homem branco europeu como superior aos povos colonizados, no caso brasileiro, indígenas e africanos.

Desse modo, não só o racismo epistêmico merece destaque, como também o conceito de epistemicídio que, de acordo com Boaventura de Souza Santos, citado por Eliseu Pessanha, é uma estratégia “para manter sob o julgo etnocêntrico os saberes estranhos à episteme europeia” (Pessanha, 2019, p. 186)⁵.

Segundo a filósofa Sueli Carneiro, importante intelectual brasileira e ativista dos movimentos negros antirracistas, e trazendo a discussão para os objetivos mais imediatos dessa dissertação, pode-se entender por epistemicídio, um

conjunto de estratégias que terminam por abalar a capacidade cognitiva das pessoas negras, que conspiram sobre a nossa possibilidade de nos afirmarmos como sujeito de conhecimento, ou seja, todos os processos que reiteram que nós somos, por natureza,

⁴ Grosfoguel, 2016.

⁵ Eliseu Amaro de Melo Pessanha, 2019, p. 186. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. In: *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 10. n. 2 (2019), p. 167-194).

seres não muito humanos, e, portanto, não suficientemente dotados de racionalidade, capazes de produzir conhecimento, e, sobretudo, ciência. (Carneiro, 2019, p.8)

No âmbito do debate acadêmico, levando-se principalmente em consideração os autores das chamadas Epistemologias do Sul, é possível mostrar a articulação histórica e a interdependência desses dois conceitos – o racismo epistêmico e o epistemicídio –, mostrando que, historicamente, só os conhecimentos ocidentais brancos e cristãos foram reconhecidos como verdades universais, desfavorecendo, desumanizando e desvalorizando o conhecimento produzido pelos povos colonizados – no caso do Brasil, povos indígenas e povos africanos.

Em artigo onde discute a estrutura epistêmica do mundo moderno em relação aos quatro genocídios/epistemicídios ocorridos ao longo do século XVI (1450-1650) - contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; contra povos nativos na conquista das Américas; contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas; e contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria -, Grosfoguel afirma que

o privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/ patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Nesse sentido, e em diálogo com as questões importantes para esta pesquisa, creio ser possível considerar o silenciamento das vozes das mulheres negras como forma de epistemicídio e racismo epistêmico.

Lembro que essa dissertação é um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que realizei no ano de 2018, para a conclusão da graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na dúvida de qual tema selecionaria, tive como maior implicação a morte de Marielle Franco⁶, que me direcionou à temática do feminicídio negro⁷. Para abordar o tema, à época, formulei a seguinte pergunta: Como as ativistas negras percebiam e entendiam o feminicídio negro na cidade do Rio de Janeiro? Essa pergunta se

⁶ Vereadora do Rio de Janeiro morta brutalmente no dia 14 de março de 2018, no bairro Estácio do Estado do Rio de Janeiro. Mãe, preta, cria da Maré, lésbica e favelada. Nesse dia, mataram também seu motorista Anderson Gomes, que estava conduzindo o veículo em que a vereadora estava.

⁷ Importante ressaltar que o termo "feminicídio" advém da lei 13.104/2015 que prevê o crime de morte de uma mulher pela condição de ser mulher. Porém, esse trabalho analisa o feminicídio negro para além da morte biológica de mulheres negras, mas considera as mais variadas formas de mortificações.

apresentou como relevante em função de todos os questionamentos e problematizações envolvendo a morte de Marielle.

Foi a partir da realização dessas entrevistas que comecei a pensar e compreender que o feminicídio negro não é apenas o fato de a mulher ser morta por ser mulher, mas, no caso da mulher negra, é um processo, uma morte que vai acontecendo ao longo da sua vida. É a partir dessas inquietações que constituo meus caminhos investigativos de pesquisa, ainda hoje.

Após o término do curso de graduação, e com tais preocupações de pesquisa, ingressei no mestrado do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ) com a intenção de realizar aproximações com o arcabouço teórico trazido por Achille Mbembe, o que me possibilitaria compreender como as mulheres negras morrem em vida a partir de “matanças invisíveis” (Mbembe, 2018). Nesse sentido, uma questão primordial nessa dissertação é pensar como a obra de Achille Mbembe pode dialogar com as discussões de feministas negras para gerar um novo olhar para o feminicídio negro. Inspiro-me, para tanto, principalmente na obra intitulada *Necropolítica* (2018).

A partir de afinidades com o pensamento de Michel Foucault sobre a biopolítica, considerando a lógica estabelecida do direito soberano de matar e de eleger corpos específicos para serem expostos à morte, no caso aqui em questão, os corpos negros, o filósofo camaronês constrói o conceito de necropolítica, que além da biopolítica, leva também em consideração os conceitos de estado de exceção e estado de sítio (Almeida, 2019, p.118)

No presente trabalho, aproximo as considerações desses autores sob o prisma do feminicídio negro, investigando como os corpos das mulheres negras são passíveis de serem mortos e expostos à morte. Tal fato se apresenta como um atravessamento para a morte das narrativas e vozes de mulheres negras, assim como ocorreu com Marielle Franco, que é também um fio motivador desse trabalho.

Por isso, acredito que a interlocução entre o racismo epistêmico e o epistemicídio evidencia que o silenciamento e apagamento das produções intelectuais negras são formas de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018, p.29) de mulheres negras.

Essas mortificações de mulheres negras no âmbito do conhecimento podem ser consideradas exemplos das inúmeras “matanças invisíveis” (*Idem*, p.49) que sofrem ao longo de suas vidas, ou melhor, de suas mortes, violências essas que são produto da lógica oriunda do colonialismo. A partir dessas considerações, os conceitos de “morte-em-vida” e de “matanças invisíveis” se apresentam como centrais para o presente trabalho.

Antes de tudo, e finalizando esta seção, quero declarar todo o meu respeito à minha ancestralidade, às que vieram antes de mim e serviram de inspiração e força para que eu possa ocupar lugares que foram historicamente negados também.

Aqui, alguns questionamentos se mostram pertinentes para pensar a minha trajetória como pesquisadora, que se junta às trajetórias de outras mulheres negras: Quantas vezes na minha trajetória eu fui silenciada? Quantas vezes fui morta por querer falar? Quantas vezes fui morta por querer existir? Como diria Kilomba (2019): quantas de nós, mulheres negras, lutamos para ser “eu” e não a/o “Outra/o”? Esses são aspectos que tentei evidenciar nesta seção 1.1.

O próximo item busco trazer um panorama a partir da minha ancestralidade, ou seja, daqueles que vieram antes de mim no meu seio familiar, percebendo como as violências raciais estão presentes nas trajetórias de pessoas negras, desde muito tempo. É importante questionar ainda: quem produz esse silêncio?

“Não nos calarão”. Marielle, Presente!

A construção de si e o entendimento racial: reverência à minha ancestralidade e a minha própria história

Ainda assim eu me levanto

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.
Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.
Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.
Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?
Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.
Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.
Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Porquê eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor
 Eu me levanto
 De um passado enraizado na dor
 Eu me levanto
 Sou um oceano negro, profundo na fé,
 Crescendo e expandindo-se como a maré.
 Deixando para trás noites de terror e atrocidade
 Eu me levanto
 Em direção a um novo dia de intensa claridade
 Eu me levanto
 Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
 Eu carrego o sonho e a esperança do homem
 escravizado.
 E assim, eu me levanto
 Eu me levanto
 Eu me levanto.

Maya Angelou⁸

Meu nome é Marcela, minha mãe o escolheu porque gostava desse nome. Recentemente descobri que Marcela significa “pequena guerreira”. Nasci dia 08 de novembro de 1995 e fico sempre pensando que a melhor forma de falar sobre minha trajetória é refletindo que ela se inicia muito antes desse dia. Ela se constrói muito antes do nascimento de meus pais, provavelmente antes do casamento de meus avós. Prefiro dizer que minha história se inicia com a minha ancestralidade. Para isso, gosto de começar lembrando Silvio Almeida (2019) quando este afirma que o racismo é sempre estrutural e está engendrado no pensamento social,

o racismo é sempre estrutural, ou seja, (...) ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. (...) O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (Almeida, 2019, pp.20-21).

Dizer que no Brasil o racismo é estrutural significa dizer que este encontra-se profundamente enraizado nas relações sociais e nas relações de poder constitutivas da sociedade, gestado a partir de acontecimentos históricos que dão pavimento para sua construção. Diante dessa perspectiva, poderia expor as políticas de colonização, o tráfico negreiro, sobre todas as manifestações que trazem como concretude a construção do racismo estrutural. Mas, nesse momento, elejo a trajetória permeada pela minha própria família como forma de criar entendimento para minha realidade, reforçando que se trata, neste sentido, de “escrivência” (Evaristo, 2013) – noção produzida por Conceição Evaristo “como método de produção de conhecimento inventivo da criação e produção de mulheres negras” (Juliana Bartholomeu, 2020, p.10).⁹

Nas palavras de Evaristo:

⁸ Angelou (2018).

⁹ Bartholomeu, p. 10.

Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande. (Evaristo, 2020)¹⁰

De acordo com Bartholomeu, a escrevivência Evaristiana não é apenas uma forma de escrita, mas também uma ética de pesquisa, na medida em que “aposta na escrita como uma forma de resistência, abordando a vida de mulheres negras não como um objeto passivo de estudo, mas como potência, artística, inventiva” (Bartholomeu, 2020, p.10).

Assim, embora o conceito de escrevivência, em si, não seja objeto de análise desta dissertação, é uma categoria importante para pensar a minha escrita, na medida em que este texto não deixa de ser uma escrevivência, visto que me considero uma mulher negra no poder da escrita. Como a própria Conceição ressalta na citação acima, a escrevivência é fundamentada na autoria da mulher negra, fazendo com que seja o movimento contrário ao que a lógica colonial espera de nossos corpos. Enquanto o sistema estrutural racista em que vivemos espera que mulheres negras não sejam donas e protagonistas de suas próprias histórias, as silenciando e as apagando, a escrevivência vem como um movimento de resistir, existir e viver. Por isso, conforme dito, esse trabalho também pode ser pensado como uma escrevivência.

Pensando em como o racismo se manifesta na minha história, lembro sempre de minha avó paterna. Mulher preta, casada com meu avô branco e filho de português, configuravam um casal inter-racial. A negação do racismo foi uma temática presente desde o início do relacionamento deles. A mãe do meu avô era uma mulher branca e só permitia que ela entrasse na sua casa pela porta dos fundos. Meus avós tiveram quatro filhos biológicos e um adotivo. Entre os filhos biológicos, está meu pai. Essa parte da história se torna curiosa, a se pensar como as violências raciais já se faziam presentes e como elas têm uma lógica de perpetuação entre as gerações.

A partir dessa discussão, alguns elementos são importantes para pensarmos como, de fato, o racismo está enraizado na nossa sociedade, promovendo a colocação dos negros em

¹⁰ “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Entrevista concedida por Conceição Evaristo ao Itaú Social, em 9 de novembro de 2020.

lugares subalternos, submissos e supostamente inferiores. Nesse sentido, consigo visualizar como a lógica colonial permanece de forma explícita, se enrijece e se torna sistêmica, pensando principalmente nas manifestações e atravessamentos do racismo estrutural na minha história e da minha família.

Em minha história, a negação da presença da minha avó e dos meus tios e do meu pai na casa da família do meu avô demonstra o racismo na sua expressão mais óbvia. Fruto de um casamento inter-racial, meu pai vivenciou desde cedo diversas situações que vieram comprovar a diferença que a sociedade impõe e não tem medo de esconder das pessoas negras.

Lia Vainer Schucman, em seu livro *Famílias Inter-raciais: tensões entre cor e amor* (2018), encontrou famílias inter-raciais com a seguinte composição: uma pessoa considerada socialmente e racialmente como negra, e a outra considerada como branca. Assim, compondo uma relação inter-racial.

Considerando, dessa forma, meu pai e meus tios foram frutos de uma relação inter-racial. No entanto, apenas meu pai, desses quatro filhos, se autodeclara negro. Esse exemplo é significativo, pois, como diz Bento (2021), há um processo gerido pela branquitude de produzir a negação da negritude, que fortalece o racismo. A negação da negritude se torna um elemento estruturante da construção do racismo, fazendo com que seja um dos mecanismos coloniais de violência. Isso interfere diretamente na construção afetiva e principalmente das relações inter-raciais. Fanon (2008) discute sobre o como se relacionar com o "Outro" se torna uma ferramenta de auto ódio. Como é se relacionar com quem é responsável e/ou conivente com um sistema que oprime seu corpo? Qual a complexidade de um corpo negro se relacionar com um corpo branco?

Um ponto se acentua, nesse sentido, para mim: a noção de que eles socialmente sempre foram vistos como negros, mesmo que talvez não se vissem como tal. Apenas meu pai sempre percebeu seu lugar social enquanto homem negro. Essa negação da negritude apresenta relações intrínsecas com o modo como se deu a colonização no Brasil, sendo as políticas de embranquecimento um de seus aspectos fundamentais.

Nesse sentido, e de acordo com Munanga,

parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de

negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. (Munanga, 2004, p. 52)

É desafiador constatar que, na sociedade brasileira, a descoberta da negritude, em geral, vem acompanhada de sofrimentos e inquietações, na medida em que essa negritude é criminalizada e estigmatizada.

Desde o cabelo, aos traços corporais, rituais, religiões, comidas, tudo que é vinculado de algum modo à cultura negra é historicamente marginalizado e criminalizado, demonstrando como essas políticas de embranquecimento fazem parte, de forma estrutural, da construção social brasileira.

Assim, ao ler o prefácio do livro *Armadilha da Identidade*, de Asad Haider (2019), Silvio Almeida destaca um ponto importante a se pensar acerca da identidade racial que dialoga com o que estamos tratando aqui.

Mas a questão central retirada do relato de Haider é que, mesmo recusando-se a pensar o mundo dentro das fronteiras reservadas às pessoas não brancas, a identidade sempre estava lá. A identidade o atravessava em cada escolha, em cada passo; não bastava tentar a “ressignificação” de sua subjetividade ou a recusa existencialista de qualquer sentido prévio que se pudesse atribuir à sua vida. O fato é que pensar a si mesmo e ao mundo implicava no enfrentamento da questão da identidade. (...) A identidade é, portanto, algo objetivo, vinculado à materialidade do mundo, e pessoas não brancas como Haider e eu somos pensados através da identidade, ainda que nela não pensemos. (Almeida *In* Haider, 2019, pp. 8-9)

Ler o trecho acima se mostrou importante para compreender que, mesmo que meus tios não se vissem como negros, a sociedade continuaria os enxergando como tais, assim como seus avós brancos, que não os aceitavam e não os presenteavam. Estudar a temática da identidade racial foi um ponto crucial para pensar como as pessoas negras brasileiras se enquadram num parâmetro de negação, mesmo que a sociedade continue as enxergando na perspectiva racializada.

Esse aspecto da negação da negritude se faz fundamental quando pensamos que

negação (*denial* em inglês, no sentido de recusa) é um mecanismo de defesa do ego que opera de forma inconsciente para resolver conflitos emocionais através da recusa em admitir os aspectos mais desagradáveis da realidade externa, bem como sentimentos e pensamentos internos (Kilomba, 2019, p.43).

Nesse viés, o processo de descoberta da negritude é muitas vezes marcado pela dor e pela consciência racial que fazem com que vejamos de fato como a sociedade nos vê. Desse modo, como Souza (1983), a negação acaba sendo um mecanismo de defesa ao se descobrir o que é ser negro, criados sistematicamente e de forma estratégica, com a finalidade de manter

forte e enraizado esse projeto político colonial que fortalece as políticas de embranquecimento até hoje.

A partir disso, pensar como meus pais e meus tios nasceram com o fardo do racismo enraizado em suas vidas é a forma fidedigna de dizer que sofro com o racismo desde antes da minha existência. Isso precede quaisquer tipos de discussões, forma mais explícita de interrogar, como traz debates enriquecedores para pensar a subjetividade da população negra. O fato do meu pai se considerar negro, dos meus tios que não se viam assim, entre outras manifestações, são a expressão de que o racismo reside na minha vida enquanto corpo negro, antes mesmo do meu nascimento.

Frantz Fanon, em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008), discute as relações inter-raciais e o ideário do embranquecimento. Relacionar esses estudos de Fanon com a sociedade brasileira e a história dos meus avós, me ajudam a pensar em como a categoria racial é estruturante para a presente dissertação. Fanon critica o ideal de pureza racial, que preconiza ser necessário que só dois iguais, sendo eles brancos, se reproduzam, no sentido biológico, gerando filhos igualmente brancos.

Fanon viveu e trabalhou como psiquiatra na França, o que o tornou exímio observador dos modos como o colonialismo afetava e marcava a afetividade e a subjetividade negra. No tópico *A mulher de cor e o branco*, de seu livro, Fanon (2008) aborda em profundidade a questão do embranquecimento, evidenciando as relações baseadas na dominação da população branca sobre a população preta.

Quando refletimos sobre a questão do embranquecimento na sociedade brasileira, podemos compreender como historicamente o modelo das relações interracialis foram propostas com o objetivo de promover o embranquecimento da população. Neste sentido, um dos grandes pactos coloniais era embranquecer a população, entendendo que esse projeto salvaria a nação da ignorância e do atraso.

Muito bem retratam, em seus estudos, Kilomba (2019) e Fanon (2008), acerca de como o racismo atinge a subjetividade negra, nos fazendo negar nossa negritude por via do caminho do embranquecimento.

O racismo se torna um fantasma, assombrando-nos noite e dia. Um fantasma branco. Vivê-lo é tão excessivo e intolerável para a organização psíquica, que a violência do racismo assombra o sujeito negro de maneiras que outros eventos não o fazem (Kilomba, 2019, p.219).

Diante da citação acima, podemos compreender como o racismo se torna um fardo para os corpos negros, atravessando suas vidas e fazendo com que a construção da racialidade seja

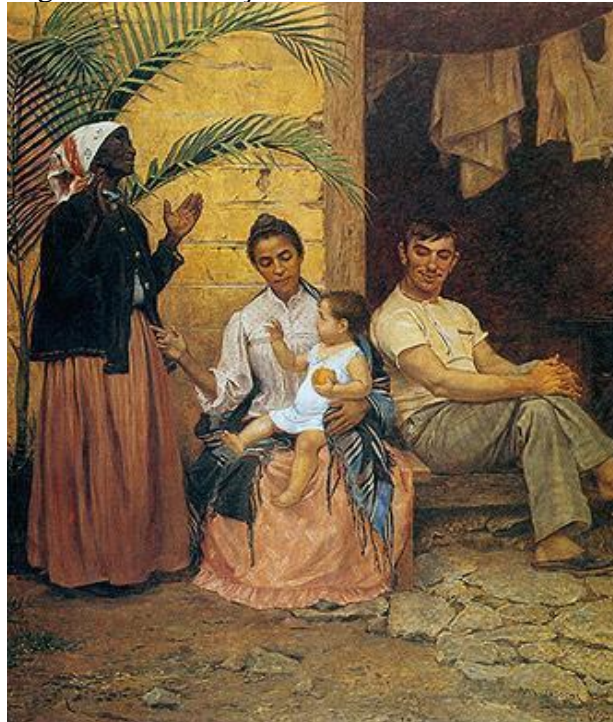
um gatilho, mas também um ponto estruturante da subjetividade negra. Tanto Kilomba (2019) quanto Fanon (2008) abordam como o fenômeno da negação da negritude é presente em suas trajetórias. O porquê disso? Porque, sob a ótica do racismo, o futuro e o destino como negros são vividos como amedrontadores, uma vez que os corpos negros são passíveis de criminalização e marginalização, sendo considerados corpos sem alma.

Essa negação da negritude explica o aumento da imigração europeia para o Brasil com o objetivo de embranquecer a população. Segundo Nascimento (2016), essas políticas fizeram parte do projeto colonial português, projeto esse que se perpetua ideologicamente até hoje, com a permanência da lógica colonial. Como Munanga (2019) aponta, o ideário de embranquecimento marginaliza os corpos negros, perpetuando violências e mortes em todos os âmbitos.

É a partir do pressuposto que os corpos negros são corpos sem almas, ou que possuem uma alma inferior, é que se faz necessário sua salvação. Nesse sentido, as políticas de colonização e os efeitos do colonialismo foram fundamentais para se pensar que o mais próximo da branquitude seria sinal de glória e felicidade.

Antes de partir para o lado materno da minha família, acredito que seja interessante, para o debate dos temas aqui em discussão, falar sobre o quadro “A redenção de Cam”.

Figura 1- A redenção de Cam



Modesto Brocos. **A redenção de Cam** (1885). Tinta a óleo, 199cm x 166cm. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

De acordo com Roncolato,

o quadro, que “remete à imagística cristã da natividade”, mostra, da esquerda para direita, uma senhora negra, descalça sobre um chão de terra, que ergue as mãos e os olhos aos céus ao lado de uma mulher, provavelmente sua filha, de tom de pele mais claro, que segura seu bebê, branco, no colo. E um homem branco à sua direita. As três personagens representariam as três gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco (Roncolato, 2018).

O fato da mulher negra, nesse quadro, estar agradecendo, representa o ideário de embranquecimento vinculado à sensação de glória e alívio, pois a criança nasceu branca, sendo isto motivo de comemoração. Esse quadro é considerado uma materialização do racismo estrutural, retratando a questão racial vivida pelas diferentes gerações.

A partir de todo o panorama feito pelo âmbito paterno, encontro a necessidade de realizar um compilado do lado da minha família materna. Minha mãe, mulher negra. Sou fruto de um casamento afrocentrado, que segundo o portal Géledes, pode ser definido como: “Relações afrocentradas são aquelas que envolvem escolha de e entre parceiros negros, podendo ser de diferentes gêneros e orientações sexuais.” (25/04/2016). Minha mãe também é fruto de um relacionamento afrocentrado. Se, por definição, a relação afrocentrada é a relação entre duas pessoas negras, e nós negros fomos historicamente convencidos a não sermos passíveis de amor, como hooks (2002) afirma, duas pessoas pretas juntas significam um ato político e de resistência.

Mesmo minha família materna sendo negra, em sua integralidade, a maior parte é resistente ao reconhecimento de sua negritude, consolidando assim a perspectiva de negação que já citei anteriormente. Meus avós parecem ter uma espécie de vergonha e pouco admitem sua negritude dizendo não existir racismo. O fato de não reconhecer o racismo enquanto corpos negros faz com que se reforce também como o mecanismo de negação acaba sendo uma forma de tentar evitar o enfrentamento da violência sistêmica. Isso traz a materialidade do “o mito da democracia racial” e como isso é perpetuado até hoje.

Essa expressão foi utilizada por ativistas negros, segundo Guimarães, “ideal de convivência inter-racial e um compromisso político de inclusão do negro na modernidade” (2001, p. 147). Isso significa dizer que o mito da democracia racial seria considerado um “dos mais eficazes mitos de dominação ideológica” (Gonzalez, 2011, p.4) e, assim foi criado para que os negros fossem inseridos na sociedade como iguais, entretanto, com a concretude do racismo. Pode-se perceber a razão de isso ser considerado uma utopia, ou seja, um ideário que acaba sendo vendido para maquiagem a existência potente e estruturada do racismo.

Desse modo, esse conceito traz a construção de um imaginário de que a noção de raça foi superada e que todos nós somos iguais. Entretanto, sabemos que isso é uma falácia ao se analisar a sociedade e como o racismo gera diversas máquinas de poder e opressão na sociedade brasileira. Segundo Gonzalez (2020, p.50), “o efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação”. Assim, é fulcral refletir sobre como a colonização que ocorreu no Brasil, se utilizou da miscigenação, com a tentativa de embranquecer a população, assim, reforçando o racismo estrutural. Nesse momento, vale lembrar que não é tão simples assim, na medida em que este ideal da mestiçagem também foi usado como desculpa para o estupro colonial das escravizadas, em nome do embranquecimento da população. Gerações advém do estupro colonial, sendo mais uma marca das mortes em vida vinculadas às violências coloniais. Nesse sentido, é importante que entendamos que houve uma intensa romantização ou ideologização dessa suposta “mistura de raças”. Na verdade, a “mistura de raças” foi intencional e estratégica, e faz parte do projeto colonial de embranquecimento da população brasileira.

Acredito que seja importante pensar criticamente a miscigenação, ou como diria Munanga (2019), a “mestiçagem”, pois ela foi romantizada diversas vezes na sociedade brasileira, passando a impressão de que não existe racismo. No entanto, sabemos que ela foi apenas uma das ferramentas coloniais de dominação, que não é nada menos que o “resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante”. (Gonzalez, 2020, p.50).

Para além da relação dos meus avós maternos, encontro a necessidade de falar de minha bisavó, mãe de meu avô paterno. Minha bisavó era filha de uma negra escravizada que se relacionou com seu patrão, um homem branco, embora seus avós fossem negros escravizados. Minha bisavó, falecida aos 100 anos de idade, no ano de 2015, era a pessoa mais tranquila de se conviver e lidar. Lembro-me bem do seu silêncio e da sua doçura. Hoje já me questiono até que ponto ela se acostumou com o silêncio por sabermos que muitos confundem humildade com submissão.

Ao observar a minha família materna, pude perceber como se estabelecem as relações raciais no âmbito de famílias afrocentradas que não reconhecem seu lugar de fala, seu lugar de pertencimento. Por exemplo, minha avó materna sempre teve uma aversão ao cabelo crespo. Essa aversão foi passada para minha mãe, que começou a alisar seu cabelo em uma idade que nem ela se recorda. A questão do cabelo para as mulheres negras é um ponto difícil e, na minha família, nunca foi diferente. Crescemos acreditando que cabelos lisos e traços finos eram

sinônimos de beleza. Muito em função desse ideal de embranquecimento, o cabelo acaba sendo também uma face da violência racial.

Existe dois relatos que escuto desde que sou pequena. Um deles é que minha avó fez uma peça de teatro e foi convidada para ser o “café”. Demorou muito tempo para minha avó compreender o porquê. A partir dessa situação, acredito que seja importante trazer uma instalação feita por Grada Kilomba, exposta na Pinacoteca em São Paulo chamada *Table of goods*, do ano de 2017, como veremos abaixo:

Figura 2- Exposição “Table of goods” Grada Kilomba¹¹



Segundo informações cedidas pelo site *Art Basel*, a instalação acima se caracteriza pelos seguintes elementos: Solo, açúcar, grãos de café, café moído, cacau, chocolate amargo e velas. Tal instalação representa diversas mercadorias coloniais, ou seja, as marcas e os efeitos do colonialismo via mão de obra negra, escravizada em condições desumanas, assim,

a obra traz, como eixo principal, a história Transatlântica da Escravatura e do pós-colonialismo, relembrando séculos de mortes de trabalhadores africanos escravizados em plantações para produzir os bens e os prazeres (*the goods*) das elites. Neste contexto, Kilomba se utiliza do termo “indizível” como metáfora do trauma causado pelo colonialismo que, tal como uma doença, nunca foi devidamente tratado na sociedade.¹²

¹¹ <https://www.artbasel.com/catalog/artwork/70287/Grada-Kilomba-Table-of-Goods>

¹² <https://pinacoteca.org.br/programacao/grada-kilomba-desobediencias-poeticas/>

Nesse sentido, a produção artística aborda um importante ponto no debate acerca da questão racial no Brasil, mais especificamente, nos efeitos do colonialismo e de suas marcas coloniais. Marcas que ferem corpos, almas, histórias, narrativas, subjetividades e que interferem na construção e na desconstrução do racismo enquanto estrutura forte e premeditada.

O outro relato se refere à minha mãe que, no espetáculo de Natal da escola, queria fazer o papel de anjo e a colocaram no papel de apóstolo. Podemos ver, nessas duas situações relatadas, o quanto a identidade racial é tomada como fator de inferiorização e de produção de estereótipos. Nesse sentido,

ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (Munanga, 2019, p.15).

Diante desse prisma, entender a influência da religião no processo da negritude foi fundamental para minha família. Na parte paterna, minha avó e meu avô eram umbandistas, fato que só descobri muito perto do falecimento dos dois. Já a religião predominante na família da minha mãe era a religião católica. Associo esses fatores focando muito nas políticas de colonização portuguesa que também operaram pela via da evangelização combinada com as políticas de embranquecimento.

Com essa espécie de tradição na minha família, meus pais se casaram na igreja católica. Muito em função dessa tradição, meus pais não têm religião alguma até hoje. Mas consigo perceber como a religião se torna de fato um tabu e uma imposição ao longo da trajetória de meus familiares e da minha trajetória também. A necessidade de falar da religiosidade é entender como ela se coloca também como um aspecto da estrutura de poder e como essa perspectiva acaba produzindo violências para os corpos negros. Acredito que seja importante pensarmos na importância de tal temática na minha trajetória, pois o catolicismo tem um papel fundamental historicamente na produção da violência e das mortes dos corpos negros, como já vimos no contexto das políticas de colonização portuguesa.

Nesse sentido, compreender as expressões da minha ancestralidade foi fundamental para que eu pudesse pensar de outra forma a minha trajetória, considerando as proximidades e convergências que existem nas histórias de outras pessoas, até mesmo pensando as histórias de meus ancestrais, de meus familiares, considerando a identidade racial.

A leitura do livro de Kabengele Munanga (1988), *Negritude*, foi fundamental para a compreensão da minha própria negritude e como o racismo se expressa na minha história antes mesmo do meu nascimento. Retenho, do que foi dito até aqui, alguns fatores: perceber que o

negro sempre foi colocado como inferior, que valia menos, que deveria ser silenciado e apagado. Ser negro era sinal de ser ruim. E foi nesse sentido que nasci, para me apropriar daquilo que pode ser meu e que eu sou sujeita e protagonista da minha própria história.

Dentro dessa ótica, esse item foi direcionado a minha ancestralidade e a leitura de um texto¹³ ressignificou tal fato. Entender a importância de tais narrativas para a construção da minha própria narrativa é compreender como tais experiências são lugares de pertencimento, compreendendo a importância de “despertar ancestralidades adormecidas, encantamentos silenciados, calados...” (Machado, 2020, p.36)

Por isso, é fundante existirmos em nossas pesquisas, falarmos de nós mesmas, desde nossas experiências, fragilidades, dúvidas, curiosidade, lutas, conquistas, pois o racismo, a colonialidade afeta profundamente nossas subjetividades, desde o ser-tão que nos tece. A afirmação de si é afirmação de todas as nossas ancestrais.... de quem já veio, de quem aqui está e de quem virá. Afinal, nossos passos vêm de longe. (*Idem*)

Saúdo minha mãe de Ori, Odoyá, minha mãe.

Saúdo meu pai de Ori, Atotô, meu pai.

Salve minha ancestralidade, salve minha espiritualidade, salve vó, salve vô, salve tia, salve tivó!!! Axé!!

Nesse sentido, percebendo que a narrativa da minha ancestralidade faz parte também da minha própria narrativa, trago pontos importantes para reforçar como, no meu caminho, as violências e mortificações oriundas da lógica racista e necropolítica se fazem presentes.

Conforme exposto anteriormente, minha ancestralidade é preta e o racismo faz parte de mim, antes mesmo de meu nascimento. Ele se mostrou antes do meu nascimento nas mazelas trazidas por meus familiares, e de todos aqueles que vieram antes de mim. Entretanto, foi somente no dia 08 de novembro do ano de 1995 que se inicia a minha narrativa composta de inúmeras vivências. Por ser fruto de um relacionamento afrocentrado, meus pais sempre me mostraram como o mundo era injusto e agressivo, pela perspectiva racial, mesmo que com um conhecimento restrito acerca da temática.

É importante pensar como meus pais nunca estudaram relações étnico-raciais, nunca se dedicaram sobre os conceitos e as teorias, mas são detentores de um saber a partir de suas experiências que fizeram toda a diferença em minha trajetória. Eu sempre entendi que eu era uma menina negra, mas só fui ter noção disso com objetividade na minha inserção em um colégio religioso.

¹³ Ver em referências Machado, 2020.

A minha inserção no âmbito educacional, assim como já foi exposto no começo desse capítulo, sempre me gerou inúmeras reflexões e um olhar mais atento ao que era ensinado. Como minha vida escolar é marcada por integrar escolas majoritariamente particulares, ressalto que sempre ocupei espaços essencialmente embranquecidos. Esse fator fez com que eu vivenciasse mais de frente as violências raciais, principalmente no convívio com pessoas brancas, que me fizeram perceber que havia maior distanciamento do que proximidade. Foi nesse sentido que compreendi que essas violências se colocaram para mim como formas de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018) e que atravessam meu corpo e minha subjetividade permanentemente.

Nesse sentido, a minha vivência em colégios particulares e essencialmente embranquecidos foi decisivo nas minhas relações sociais. Na maioria das vezes, tinha apenas dois a três alunos negros nas salas de aula e ocupávamos um lugar de submissão e servidão dentro das escolas que estudei. Não houve um debate sequer acerca da questão racial e muito menos de gênero. Encontrei-me perdida muitas vezes nos debates, mas sabia que algo me diferenciava das minhas amigas brancas.

Estudei nos primeiros anos da minha vida em um colégio tradicional católico, e hoje, quando olho para trás, me lembro de diversas situações que acabaram por me silenciar e apagar a minha voz. Hoje entendo como a lógica colonial se sustenta em um projeto de silenciamento das vozes negras. Como já visto anteriormente, muito em função das políticas de colonização, que utilizaram do catolicismo como forma opressora de colonizar quem aqui habitava.

Minha experiência de vida acaba sendo similar e tendo pontos em comum com diversas narrativas de mulheres negras. Assim como muitas delas, fui marcada pela falta de representatividade, seja no colégio, nos programas televisivos, ou até mesmo nos personagens infantis. Este fator ausência de representatividade, foi responsável por diversas marcas que ainda hoje constroem esse corpo. A marca da dor é entender como cada não lugar me colocou na dúvida. Eu simplesmente não entendia por que, quando ligava a televisão, não via mulheres como eu.

Foi nessas situações de não-lugar que comecei a entender sobre o racismo desde muito cedo. Fui compreendendo que esse “não-lugar” (Gonzalez, 2020) seria uma ferramenta colonial de violentar os corpos das mulheres negras em um lugar subalterno, sem ter direito à voz, à reivindicação e à existência. Foi por isso que compreendi que a existência desse não-lugar fazia parte do projeto político colonial que gera a mortificação em vida das mulheres negras, tal como ocorreu comigo.

Sob esse prisma, fui entendendo que não bastava eu saber que era negra mas era fundamental entender o que era ser uma mulher negra. A primeira morte do meu corpo, no âmbito simbólico, vem no contexto da falta da representatividade. Ao longo da minha trajetória, pude observar as outras formas de morte. Percebo em minha trajetória diversas faces do silenciamento do meu corpo enquanto mulher negra e percebo que tais silenciamentos demarcam mortes da minha subjetividade e do meu corpo. Trarei alguns exemplos da minha trajetória para materializar tal fato.

Desde ser considerada apenas amiga dos meninos no colégio, até a discriminação pela textura do cabelo, fui vivenciando diversas violências que fizeram e me convenceram que eu não era um corpo passível de ser amado. A partir dessa perspectiva, acho importante a citação de uma autora negra que foi um dos marcos em minha trajetória acadêmica: bell hooks. Sua leitura ressignificou olhares e me fez entender sobre como o amor afeta os corpos negros e como se materializa em minha narrativa.

Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os afro-americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. O impacto da escravidão no ato de amar. Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. (...) E se tantas crianças negras aprenderam desde cedo que expressar as emoções é sinal de fraqueza, como poderiam estar abertas para amar? Muitos negros têm passado essa ideia de geração a geração: se nos deixarmos levar e render pelas emoções, estaremos comprometendo nossa sobrevivência. Eles acreditam que o amor diminui nossa capacidade de desenvolver uma personalidade sólida (hooks, 2002, pp. 1-3).

Acredito que a questão do amor, de ser ou não considerada passível de amor, mas também passível de luto, seja uma visão importante para a construção desse trabalho, pois acredito que seja importante e fundamental pensar que até no âmbito do afeto nos colonizaram, assim como hooks (2002) ressalta na citação acima. O afeto foi colonizado, mas também é uma forma de “morte-em-vida”, não? Nesse sentido é fundamental a reflexão de como, historicamente, como aponta Carneiro (2019), os corpos de mulheres negras foram hiperssexualizados, ou seja, consideradas efetivamente como objeto sexual.

A partir dessa perspectiva, compreendemos como mulheres negras se sentem não passíveis de amor, por serem consideradas apenas um pedaço de carne, assim como me senti ao longo da minha história. Mais uma morte.

Compreendo, agora, como o povo negro foi ensinado a pensar que o amor não é para a gente, e como a leitura de hooks (2002) nos ajuda a entender como nos é tirado o amor, a

humanidade, a vida. E são marcas, marcas que fazem parte de quem sou. Marcas que são resultado desse projeto colonial que me fez achar que eu não era passível de amor. E esse recai sobre o outro aspecto, que queria trazer aqui: a solidão. A violência nos traz não só o silêncio, mas também a solidão.

Outro fator de opressão colonial, que marca a minha trajetória, como já mencionado, é a discriminação do cabelo. É importante que entendamos como a sociedade, a partir de seu viés racista, acaba por perpetuar ódio e violência que aqui compreendo como tentativa de silenciamento e morte da identidade racial. Por isso, trago para essa discussão uma música que foi fundamental para a minha compreensão enquanto mulher negra e, sobretudo, o que significava ser uma mulher negra na sociedade brasileira. Ou seja, o processo da descoberta da negritude.

Identidade

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai...

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Jorge Aragão¹⁴

Essa letra expressa concretamente o que senti durante o estabelecimento das minhas relações sociais ao longo do tempo. A última estrofe retrata o que cabia dentro de mim, mas nem eu mesma sabia explicar naquele dado momento. Entendo hoje, com Mbembe (2018), que a tentativa de embranquecimento é uma das maiores expressões de “morte-em-vida”, fazendo parte de um projeto colonial violento e sistemático que precisa ser criticado e superado, começando pela aceitação de atributos físicos da negritude.

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (Munanga, 2009, p.18).

¹⁴ Aragão, 1992.

O meu relato de experiências dolorosas vivenciadas a partir do preconceito contra a textura dos cabelos, ou do desconforto de crescer em espaços embranquecidos, ou ainda, de saber ser um corpo não considerado passível de amor, são algumas das muitas expressões e materialização de uma lógica racista que produz “morte-em-vida” (Mbembe, 2018) de mulheres negras. Como foi exposto, não só em minha trajetória, mas também nas narrativas das mulheres negras da minha família, foi notório como o racismo atinge as subjetividades negras a partir de “matanças invisíveis” (Mbembe, 2018) que matam historicamente nossos corpos, gerando marcas, feridas e silenciamentos.

Caminhos de pesquisa: metodologia que se constrói com o corpo e se remonta a partir de marcas invisíveis

a mulher negra anônimo sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas ainda porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela portadora da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

Lélia Gonzalez¹⁵

Início esta seção apontando que minha experiência no mundo acadêmico começa com meu ingresso na universidade no ano de 2014, passando em 6º lugar para o curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É importante ressaltar que, mesmo ingressando em uma universidade pública, a minha experiência na graduação, por se passar em um *campus* localizado geograficamente na zona sul do Rio de Janeiro, continuava em um espaço embranquecido – situação produtora de violências subjetivas, ainda que isso não resuma a minha vivência na universidade.

Nesse sentido, mesmo tendo sido aprovada no vestibular, e mesmo com a implementação das políticas de cotas, constato como a universidade continua sendo um espaço embranquecido e de elite.

¹⁵ Gonzalez, 2020, p. 64.

Em que pese estas constatações, os questionamentos possibilitados pelo curso de Serviço Social me proporcionaram uma nova forma de olhar o mundo. Ainda que em uma universidade onde a grande maioria de seus alunos fazem parte da elite econômica e, portanto, branca, o curso de Serviço Social, por ser direcionado à mediação das questões sociais, me trouxe um olhar atento para a construção de ideários inerentes à sociedade. Fui apresentada a autores e intelectuais importantes da área, tive contato em palestras com estudiosos famosos e isso fez com que, a partir da construção de um posicionamento crítico, eu me perguntasse o porquê tinha, ainda assim, poucos professores negros na minha universidade.

Gostaria de deixar registrada a minha experiência de estágio durante a graduação em Serviço Social, com duração de dois anos, em uma Unidade Básica de Saúde, o que me conectou com tantas zonas que eu nem entendia à época. Trabalhando ali, pude aprender um pouco mais sobre a saúde dos idosos, das mulheres, das crianças. Tive contato direto com população em situação de rua, o que me trouxe aprendizados eternos. O estágio foi a porta que se abriu para um mundo de possibilidades.

Esta experiência no estágio na área da saúde, tendo como supervisora uma profissional que acreditava no trabalho que eu desenvolvia, foi fundamental para pensar que o conhecimento que eu tinha para oferecer era sim um conhecimento válido e uma voz que precisava ser enunciada - mesmo que minha trajetória tenha sido marcada por eu nunca achar que o âmbito acadêmico era meu lugar, por diversas razões já explicitadas, como vimos até agora, e continuaremos vendo ao longo do texto que se escreve. Estudei na Escola de Serviço Social e dentre os mais de 40 professores que tive ao longo da minha formação, apenas dois eram negros. Como sonhar, então, com algo que não se vê? Tudo que eu queria era “descobrir onde eu me encaixava” (hooks, 2017, p.85).

Como disse Patricia Hill Collins,

a exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional. Além disso, essa exclusão histórica significa que imagens estereotipadas das mulheres negras permeiam a cultura popular e as políticas públicas. (Collins, 2019, p. 36)

Ainda no contexto da graduação, ingresso em um grupo de pesquisa que trabalhava com a temática da Saúde do Trabalhador e nos dedicávamos a estudar a saúde dos docentes da UFRJ no âmbito laboral. Fui bolsista pelo PIBIC durante 2 anos e isso foi muito importante para minha formação como observadora de processos, e aprendi muito. Foi enquanto bolsista que me apresentei em alguns congressos, elaborei alguns projetos, fiz mapeamentos, mas ainda assim não estava encantada. Eu, de fato, procurava o encantamento. Mesmo assim, iniciei a

orientação do meu projeto de conclusão de curso e, com a minha facilidade de escrita, achei que seria tranquilo.

Sob esse viés, me surpreendi com as situações que se sucederam. Infelizmente, experienciei uma situação de assédio moral que afetou intensamente minha subjetividade. Resolvi sair dessa orientação e buscar algum tema que me encantasse, de fato. Qual seria esse tema? O que poderia me encantar? E o silêncio permaneceu. Talvez, por constatar que eu não me identificava com quase nenhuma temática, acho que via os processos, mas não me via neles. Foi ali que comecei a perceber o gargalo acerca da questão racial e que, o encantamento que eu buscava, deveria partir de mim mesma e da minha inspiração em outras mulheres negras e das narrativas que seriam centrais para a minha construção enquanto pesquisadora negra.

Assim, retomo um conceito que já foi mencionado neste trabalho, o das “escrevivências” (Evaristo, 2013). Entender que esse termo possui um importante significado faz com que eu, enquanto mulher negra, tenha o direito de criar minhas próprias narrativas, ao contrário do que foi historicamente veiculado a partir do epistemicídio e do racismo epistêmico.

Por isso, como Collins (2019) muito bem afirma, a importância das experiências vividas por mulheres negras acaba sendo um caminho metodológico para uma epistemologia feminista negra.

Neste sentido, o caminho metodológico aqui selecionado se edifica a partir do meu corpo enquanto pesquisadora negra, para o da pesquisa que se constrói com a minha trajetória, além dos corpos das mulheres negras que vivem, em si mesmas, a construção e desconstrução de suas subjetividades. A partir desse pensamento, trago a principal indagação desta seção: que caminhos me direcionaram para essa pesquisa, além do exposto até aqui? Como fui me conectando com as leituras? Como a pesquisa foi sendo construída?

Tentando uma resposta, além de toda a trajetória que até aqui foi narrada, considero que esse caminho de pesquisa se iniciou e ganhou corpo a partir da minha experiência com o Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, em 2018.

Sempre me pareceu desafiador dar início a um trabalho acadêmico. É um marco. Principalmente quando o trabalho afeta a subjetividade do pesquisador e faz com que seja cada vez mais íntimo, autoral e integrativo. Neste sentido, assim como Rolnik (1993, p.9), considero “que são as marcas que escrevem” e, com essa pesquisa, não foi diferente, na medida em que fala sobre marcas, marcas-feridas, dores, choro, pranto, morte, “morte-em-vida” (Mbembe, 2018) e, finalmente, vida.

Pensando nestas marcas e experiências, a minha vivência religiosa se deu a partir dos pressupostos contidos na Umbanda, religião afro-brasileira, inserção essa que naquela época

foi conflituosa e que gerou situações de intolerância religiosa em minha trajetória de vida. Mais uma morte. Entrar na Umbanda foi emblemático para a minha trajetória e me recordo com muita emoção do primeiro dia em que pude pisar no terreiro e ver as imagens, e ver que os orixás são pretos, assim como eu. Foi uma sensação de pertencimento mas, para além disso, sensação de conexão com a minha ancestralidade. Reforço aqui que existem muitas faces para a conceituação teórica de ancestralidade, portanto assinalo que não é meu objetivo fazê-lo nesse trabalho. Portanto, ressalto que ancestralidade para mim se dá a todos que vieram antes de mim tanto no seio familiar, de luta e também no âmbito espiritual.

Criada no ano de 1908, teve sua inspiração em rituais trazidos pelos escravizados africanos no Brasil. Essa relação constitui a diáspora africana presente em nosso território. Existem diversos rituais na Umbanda e o primeiro que participei foi o da construção da minha guia de Oxalá. Construir uma guia significa que, a partir da colocação de conta por conta em um fio, teremos como produto final o símbolo do meio divino que me protege de todos os males.

Utilizo-me dessa metáfora das contas e do fio condutor, na intenção de aproximar a construção desse símbolo à elaboração do meu trabalho, do corpo dele, conectando-o com elementos oriundos de reflexões realizadas. Enquanto mulher negra, percebo que este trabalho faz parte não somente de meu corpo físico, mas também de meu corpo subjetivo, meu corpo coletivo. Ele fala sobre mim.

Nesse momento, acho oportuno conhecermos uma reflexão feita pela historiadora negra Giovanna Xavier:

você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando suas próprias histórias não é uma interdição às pessoas brancas. É sobre nós. É sobre a importância de localizar saberes e fazer ciência partindo dos lugares de fala de intelectuais negras. Obrigada de coração às minhas orientandas. Jovens brilhantes, que ao trilharem a carreira acadêmica demonstram que a era de exceções, pela qual fui formada, começa a ruir. Obrigada também às pessoas, na maioria mulheres negras que, sabe-se lá como, forjaram tempo para uma terceira, quarta, quinta jornada de trabalho na nossa companhia porque confiam na gente (Xavier, 2019, pp. 82 -83).

A procura e a intenção de me tornar sujeita dessa pesquisa faz com que eu demonstre a importância de mulheres negras poderem contar suas próprias histórias. Assim, retomando o conceito das “escrevivências”, cunhado por Conceição Evaristo (2013), procuro pensar como foi sendo construído o caminho que me levou a estudar as temáticas da raça e gênero, não apenas pela importância destes temas, em si, mas também em função de questões que me afetavam. Lembro-me que, até o ano de 2018, eu jamais tinha lido ou estudado sobre quaisquer autores negros e nem sobre o feminismo negro, por exemplo. Nesse sentido, penso ser relevante refletirmos criticamente sobre o papel assumido pelas universidades quando não se utilizam de

determinados autores e quando não abordam determinados temas e nem os apresentam para discussão, como os conceitos de epistemicídio e racismo epistêmico, por exemplo.

O entendimento sobre esses conceitos me fez pensar que meu lugar na academia poderia ser uma maneira de contribuir para descolonizá-la, entendendo que o lugar da mulher negra sempre foi silenciado e apagado, como já exposto. Em outras palavras, a lógica colonial tem possibilitado um apagamento do conhecimento produzido pela negritude e percebo que, estando contra essa lógica, é a minha forma de enfrentamento e de realização de uma sociedade antirracista, sempre “no intuito de descolonização dos saberes, desde um corpo inteiro e de maneira plural” (Machado, 2020, p. 30).

Em que pese todas estas observações críticas à universidade, reconheço que a graduação em Serviço Social foi uma grande oportunidade em minha vida, um momento em que me vi fazendo parte de uma sociedade, começando a entender seus conflitos, suas complexidades, seus desafios e entendi meu papel profissional ali.

Dentro da graduação, tive inúmeras reconstruções do meu ser, foi um processo dolorido, mas fundamental para quem sou hoje. Nesse sentido da dor, e em que pese as oportunidades que tive como aluna universitária, não posso deixar de reiterar que, ao longo dos meus quatro anos de graduação em Serviço Social, não tive contato com nenhuma disciplina que abordasse as relações raciais ou a questão racial no Brasil, mesmo sendo as pessoas negras a maioria dos usuários da política de Assistência Social, que é a maior área de atuação dos assistentes sociais. Por essa razão, é importante pensar como o campo da produção do conhecimento, como vem se desenvolvendo, contribui para a manutenção da questão racial como estrutural. Nas palavras de Collins,

como os homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional são permeados por seus interesses. Consequentemente, as experiências das mulheres negras estadunidenses, e de todas as afrodescendentes, foram sistematicamente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento (Collins, 2019, p.401).

Nesse sentido, durante a minha trajetória na universidade, identifiquei se tratar de um espaço embranquecido, sexista, elitista, com experiências que acabam por reforçar todos os efeitos do colonialismo, invalidando e eliminando conhecimentos acerca da questão racial e de gênero, em convergência com o que tratei no início desse capítulo.

Já no campo da discussão de gênero só tive uma única matéria que falou sobre o feminismo branco hegemônico, sem sequer mencionar a luta das mulheres negras. O que acho mais curioso e triste desse fato é como o racismo de fato se expressa em todas as relações

sociais, considerando que a maioria das alunas do curso de Serviço Social da UFRJ é de mulheres negras. Onde está o lugar de pertencimento das assistentes sociais em formação e da população atendida?

A partir desse contexto, cabe perguntar como nós, alunas negras, íamos encontrar naquela instância um lugar de pertencimento se a própria universidade reforçava a estrutura acadêmica embranquecida, elitista, racista, homofóbica, classista? Mesmo estando em uma universidade pública, continuava frequentando espaços embranquecidos. Percebi ali um

investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro que solapa a sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades sociais (Bento, 2002, p.25).

Esse investimento de negatar a o existir do negro acaba sendo apropriado e incorporado para a sociedade, naturalizando e fortalecendo esse imaginário. Dessa forma, consegue-se então, transpor e forjar o processo da construção da identidade negra, corroborando e dando insumos para o discurso racista sobre os corpos negros. A maior parte das pessoas brancas parece não ter interesse em perder seus privilégios simbólicos e materiais. Pensar essa branquitude, não só nos cursos ditos “nobres”, era realidade no *campus* que acabava por ter muitos alunos brancos, mas também pela presença essencialmente de professoras e professores brancos. Nesse sentido, como bem fala a psicóloga Grada Kilomba (2019), o espaço acadêmico acaba se apresentando como

um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. (...) De ambos os modos, somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial. Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a. (...) Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico (Kilomba, 2019, pp. 50 - 52).

Dessa forma, mesmo em uma graduação que conversou com e desconstruiu muito a Marcela, foi uma formação que ainda deixou uma lacuna no que diz respeito a debates que são estruturantes para a sociedade brasileira e para a construção do pensamento social também, principalmente no que concerne o meu lugar e o meu não lugar na academia. O que isso significa?

Como um curso, que contém uma maioria de alunas negras, que em sua atuação profissional a maior parte da população usuária constitui-se também de mulheres negras, com poucos professores negros, não oferece nenhuma disciplina que discuta marcadores sociais

como raça e gênero? Para além disso, por que será que só tive uma disciplina que abordou gênero e o fez apenas sobre a luta das mulheres brancas? Nesse sentido,

nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história (Gonzalez, 2011, p. 3).

Pensando nisso, a escolha da temática do meu TCC foi um divisor de águas quando compreendi ser um ato político e de resistência estar na academia e entender o que eu poderia fazer a partir disso. Entretanto, ainda não havia delimitado quais seriam as análises que queria empreender. Naquele momento, comecei a perceber que estudar sobre mulheres negras seria uma grande oportunidade de entender mais sobre mim e minhas narrativas e também sobre as trajetórias que ali se inserem.

Desse modo, o primeiro material que encontrei quando fui pesquisar sobre o feminismo negro foi o importante discurso de Sojourner Truth intitulado: *E eu não sou uma mulher?* Discurso esse que também se tornou central para o fazer dessa dissertação, acrescidas de problematizações e questões formuladas por outras autoras negras, como a historiadora Beatriz Nascimento, conforme texto abaixo.

Uma das piores agressões que sofri foi por parte de um intelectual branco. Disse-me ele que era mais preto do que eu por ter escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, enquanto que eu não usava cabelo afro nem frequentava candomblé. Foi uma das constatações mais difíceis de situar, uma das mais sutis sobre o preconceito racial existente no Brasil. [...] Se um jovem loiro, burguês, intelectual brilhantíssimo, após alguns anos de estudo de uma das nossas manifestações culturais chegar à conclusão que é mais preto que eu, o que é que eu sou? (Nascimento, 2018, p. 95)

Aponto os escritos dessas autoras como referências importantes desse trabalho, pois foi a partir deles que compreendi o quanto as mulheres negras partem de pontos diferentes dos das mulheres brancas. A partir da leitura de Carneiro (2011) pude compreender, por exemplo, que as lutas das mulheres negras estavam diretamente mais ligadas à sobrevivência, enquanto a luta das mulheres brancas, particularmente das mulheres pertencentes às classes média e alta, era pelo direito do voto.

Em virtude dessas leituras, além de me identificar com as temáticas tratadas, pude também compreender o quanto as vivências e experiências das mulheres negras eram devidas ao projeto colonial ao qual fomos submetidos historicamente, mas não apenas no Brasil. Como nos diz Sojourner Truth, que viveu nos Estados Unidos da América:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851).

Até o meu contato com essas leituras ainda não havia delimitado meu problema de pesquisa para o trabalho de conclusão da graduação em Serviço Social. Entretanto, exponho aqui, motivada por esse discurso, um fato central para a minha inserção na temática do feminicídio negro: a morte da então vereadora Marielle Franco.

Dia 14 de março de 2018. Noite. Escuridão. Assassinaram Marielle Franco. Mataram não só Marielle, mas também Anderson, o motorista de Marielle e tio de uma amiga minha de infância. Se eu ainda estava confusa sobre o que ia analisar no trabalho de conclusão de curso, na manhã do dia 15 de março, eu entendi, de fato, o que precisava. Lembro-me com aflição que recebi uma ligação às 05 horas da manhã, de uma amiga minha preta que tem um papel fundamental no ativismo e na militância para mim. Ny que me mostrou o significado de Ubuntu: “Eu sou porque nós somos!”, tantos morreram para que pudéssemos estar aqui e que hoje eu tenho tatuado na pele.

Consigo me lembrar da sensação do levantar da cama com a notícia, as lágrimas escorriam, aliás, ela e eu ajudamos a eleger Marielle, foi um voto de luta, de resistência. Não acreditei quando ouvi: “Amiga, mataram a Marielle”. Não acreditei. Saí a esmo dentro de casa, olhei para os meus pais já acordados e eles: “É verdade, mataram ela”. Arrumei-me, pois tinha aula. Cheguei na faculdade, o professor quieto. Foram 3 alunos naquele dia. Ele não falou. Estava em silêncio. Suspirei. Ele falou que para ele não dava, chorou. Falou que não teria condições de ter aula. Fomos nós, 3 alunos e o professor, para a Cinelândia.

Para mim, esse fato foi um marco para meu corpo e minha subjetividade. Pude perceber que, enquanto corpo negro, partilhava dores, sentimentos e sensações em consonância com os iguais. Meu corpo estaria eternamente marcado por aquele dia, principalmente por perceber que, naquele momento, poderia ser um alvo.

Muito em função da minha inspiração em Mbembe (2018), observo que o corpo negro é, nesse sistema, o corpo que precisa estar exposto a morte. Foi um choque, mas, essa percepção mudou tudo. De acordo com Rolnik,

enquanto estamos vivos, continuam se fazendo marcas em nosso corpo. Mas também por uma razão menos óbvia: é que uma vez que posta em circuito, uma marca continua viva, quer dizer, ela continua a existir como exigência de criação que pode eventualmente ser reativada a qualquer momento. Como é isso? Cada marca tem a potencialidade de voltar a reverberar quando atraindo e é atraída por ambientes onde encontra ressonância (aliás muitas de nossas escolhas são determinadas por esta atração) (Rolnik, 1993, p.2).

A partir das marcas que continuaram vivas é que hoje consigo analisar aquele momento. Nesse sentido, acredito que eu nem imaginava o que me esperava. A comoção foi geral e não me lembro de ver tantas mulheres negras juntas, foi um “um sentimento de pertencimento” (Kilomba, 2019, p.211). Ali pensei: devo estar ocupando os espaços errados. Suspirei. A lágrima presa nos olhos das mulheres foi o maior detalhe que nunca vou me esquecer. Lembro do choro do meu professor e de ele confessar que só pensava em sua esposa, que era assessora de uma vereadora no estado de Minas Gerais. Podia ter sido ela.

Aquele episódio me fez compreender muito mais do que imaginava. Foi o momento em que entendi que Marielle tinha sido vítima de feminicídio negro. Ali percebi que não tinha sido um acidente. Assombrei-me com a quantidade de manifestações de movimentos feministas negros: mães de Acari, mães dos jovens que cumprem medidas socioeducativas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), mães de Manguinhos, mães de jovens vítimas de violências do Estado, diversos partidos políticos, canais televisivos, crianças, mães, mulheres negras, ativistas, força. Naquele dia eu só conseguia sentir força vindo da quantidade e pluralidade de mulheres. Mas, para além da lágrima no olho de cada mulher negra ali, o que me marcou foi o silêncio. Inimaginável. A Cinelândia lotada e em silêncio, absoluto e pulsante.

A esse respeito, encontro ressonâncias em Grada Kilomba (2019), quando relata o ambiente no qual uma de suas entrevistadas, uma mulher afro-alemã Alicia, relata sua experiência ao encontrar um homem negro na rua, e ele a cumprimenta, sem que eles se conhecessem, mas percebendo que partilhavam de experiências semelhantes por serem negros, assim, encontrando um ponto de interseção.

Em um ambiente como tal, trocar saudações torna-se um momento curto - o momento de dar um sorriso - no qual se constrói um cenário para superar a perda e o isolamento racial e, ao mesmo tempo, de desenvolver um sentimento de pertencimento. (Kilomba, 2019, p. 211).

Depois de tantas reflexões para a construção desse trabalho, o silêncio foi o que mais me marcou no estudo acerca do feminicídio negro e como são suas manifestações em uma sociedade como a brasileira. Nessa reflexão, investiguei o silêncio considerando ser ele uma marca desse trabalho. Silêncio que silencia, que fala, que luta, e que também diz. Vejamos abaixo o que a linguista Eni Puccinelli Orlandi (2007) traz sobre o assunto.

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito (Orlandi, 2007, p.13).

A partir da compreensão que os corpos são feitos de marcas e de silêncios, esse trabalho aproveita para fazer suas relações e perceber que a escrita vem também do silêncio, como bem aponta Rolnik (1993). Mas é importante ressaltar a dualidade contida no silêncio, percebendo que ele se materializa também como morte. As mulheres negras passam por um intenso e histórico processo de silenciamento que acaba se constituindo, também, como uma forma de morte em vida.

Assim, o silêncio presente no dia 15 de março de 2018 sempre será o marco que utilizo para me conectar à temática do feminicídio de mulheres negras. Entretanto, para além de me conectar, eu me sinto parte disso, como a citação aqui trazida. Esse silêncio me trouxe fôlego para ressignificar minha existência, enquanto mulher negra, para que eu pudesse também ressignificar meu trabalho.

Por isso, o medo do outro é o meu medo também. Foi naquele dia que entendi que nós, mulheres negras, sofríamos diversas violências que nos matam aos poucos, que nos tiram a humanidade, que nos tiram a vida, em vida. Como já diria Mbembe em seu livro *Necropolítica*, (2018, p. 26) é reconhecer a morte-em-vida. Foi ali que identifiquei o feminicídio negro com o que aconteceu com a Marielle. O feminicídio negro se mostrou um campo de estudo e de pesquisa. Assim entendi a minha luta, a minha existência, a minha resistência e que estar vivo já é um ato político enquanto corpo negro. Ubuntu!¹⁶

A noite não adormece nos olhos das mulheres

Em memória de Beatriz Nascimento

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso

¹⁶ Tal expressão é oriunda de uma tradição da filosofia africana que tem como significado “Eu sou porque nós somos”. Querendo mostrar ao fato das pessoas negras existirem hoje, pois nossos antepassados lutaram e morreram por nós, para que possamos estar aqui hoje. Para compreender mais acerca desse termo, recomendo (Ramose, 1999).

de nossas molhadas lembranças.
 A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 vaginas abertas
 retêm e expulsam a vida
 donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
 e outras meninas luas
 afastam delas e de nós
 os nossos cálices de lágrimas.
 A noite não adormecerá
 jamais nos olhos das fêmeas
 pois do nosso sangue-mulher
 de nosso líquido lembradiço
 em cada gota que jorra
 um fio invisível e tônico
 pacientemente cose a rede.
 Conceição Evaristo¹⁷

A morte de Marielle foi um dos muitos inícios e marcas que reverberaram no meu corpo e que fizeram com que eu realmente entendesse o significado de ser uma mulher negra, mas, para além disso, a minha responsabilidade com as minhas e com os meus. Nesse sentido, foi o momento em que escolhi definitivamente o tema de estudo para o meu trabalho de conclusão de curso (TCC): o feminicídio negro.

Matam "Marielles", tiram de nós, mulheres negras, nossa humanidade, nosso ativismo e nossa voz, que pulsa para falar. Nesse sentido, quando Collins (2016) fala que as feministas negras devolvem nosso ativismo quando nos vemos como humanas, a sociedade prova, a partir de nossas mortes, e nos relembra que para eles, não somos humanos. Nossa humanidade é negada, estamos inseridas na zona do não ser, tal como pensou Frantz Fanon (2008), pois

peças que se veem como plenamente humanas, como sujeitos, se tornam ativistas, não importa quão limitada seja a esfera de seu ativismo. Ao devolverem as subjetividades às mulheres negras, as feministas negras lhe devolvem também o ativismo (Collins, 2016, p.114).

A partir disso foi necessário, junto à minha orientadora, delimitar o tema de minha pesquisa. Como era antropóloga, ela me sugeriu, inicialmente, que realizasse entrevistas com ativistas negras, questionando o que seria o feminicídio negro em suas visões. Mal sabia eu que seria mais um divisor de águas na minha trajetória. Sendo assim, iniciei a construção de toda a estrutura das entrevistas, mas não só isso, tive meu primeiro contato com autoras negras pela via da orientação e me redescobri. Recordo-me com muito carinho de cada leitura, de cada nova descoberta e mesmo ainda perdida, fui me encontrando.

¹⁷ In: *Cadernos Negros*, vol. 19 *apud* Revista Prosa e Arte

No TCC procurei abordar o feminicídio negro demonstrando como ele tem suas bases engendradas no racismo estrutural quando pensamos no contexto brasileiro, considerando o mito da democracia racial. Procurei demonstrar também a importância de se discutir o feminismo negro e como suas pautas ajudam para a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres negras.

Sob esse prisma, o trabalho de conclusão de curso foi importante e se deu a partir do contato com quatro ativistas negras para serem entrevistadas. Uma era estudante de uma universidade pública, presidente de um coletivo de mulheres negras de sua instituição; a segunda era professora de uma universidade particular renomada com sua trajetória de luta e ativismo bem delineada; e, por fim, duas irmãs com participação no movimento negro organizado e que partilhavam de visões próximas da luta antirracista.

Assim, penso ser pertinente apresentar, nesse momento, alguns trechos das entrevistas como forma de materializar o meu olhar para o feminicídio negro. Entendo que, a partir desse instante, por meio de diversas novas leituras, conheci um pouco mais sobre as questões acerca do racismo, do feminismo negro, da interseccionalidade, entre outros conceitos que são importantes quando se busca compreender mais sobre as questões de gênero e raça.

Antes das entrevistas serem realizadas, muni-me de uma leitura considerável sobre feminicídio negro e da sua construção social, jurídica, entendendo e dando foco às relações existentes entre a questão racial e de gênero, procurando sempre analisar o lugar da mulher negra na sociedade. Farei um breve relato dessa experiência

Na dinâmica de uma entrevista, o sigilo se faz necessário. Por isso, na substituição do nome das entrevistadas, resolvi utilizar nomes de pedras preciosas. Minha escolha se deu por duas razões: a primeira, por amar cristais e pedras preciosas que, dentro da minha religiosidade, têm um papel de energia e emanção de vibrações; e, a segunda, em função de entender que as mulheres negras têm preciosidade. Esse segundo fator surgiu na voz de Conceição Evaristo, quando fala da “escrevivência” e de como há dentro dessas narrativas, experiências e histórias, cenários de luta, enfrentamento e resistência. Sempre saudarei as mulheres negras, principalmente por existirem. Safira, Turmalina, Jade e Esmeralda foram os nomes preciosos escolhidos.

Destaco a seguir, um dos trechos da entrevista com Jade. Início com sua descrição acerca do feminicídio negro, quando lhe pergunto o significado de tal fenômeno para ela.

Para mim, o feminicídio acontece nas diversas formas de violência. Começa quando somos fortemente impostas pela sociedade para mudar a forma de nosso cabelo, nariz, boca. Quando crescemos e nenhum menino quer ficar com a gente. Geralmente somos

as amigas dos meninos e não as paqueras. Depois somos objetificadas quando estamos no auge da juventude, quando conseguimos passar por ela, nos inserimos no mercado de trabalho e somos coisificadas pelo chefe. A morte da mulher negra vem gradativamente ao longo da vida. E quando morremos, já tínhamos morrido aos poucos... (Machado, 2018, p.35)

Como se pode ver acima, Jade já se posicionava acerca do feminicídio negro, não o entendendo apenas como a morte biológica, propriamente dita, mas como um processo que acontece ao longo da vida das mulheres negras. No decorrer das outras entrevistas, importantes temáticas foram citadas, tais como: saúde mental da mulher negra, violência obstétrica, violência policial, inserção no mercado de trabalho, dentre outras.

Nesse momento, trago um trecho da entrevista com a Turmalina, que se faz fundamental para esse trabalho, muito em função de ser um dos fios condutores desse desdobramento do TCC, minha motivação para o ingresso no mestrado.

A mãe da favela, ela é a mulher mais vulnerabilizada. Ela precisa de uma atenção a mais, sofre violência policial, além das diversas violências que já fazem parte da sua luta cotidiana. Precisamos enxergar quem está à margem da sociedade. (Machado, 2018, p.40)

Esse trecho é marcado por uma das implicações da construção do que aqui iremos tratar. Olhar o feminicídio negro não apenas como a morte biológica da mulher negra, mas também e principalmente como as formas de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018) que acabam se materializando em suas “matanças invisíveis” que se dão ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, Franco (2021) tem uma relevância fundamental para esse trabalho para pensar o que é invisível, quais são os corpos que são passíveis de serem desaparecidos. Na ocasião da elaboração do meu TCC, ainda não tinha tido contato com a obra de Achille Mbembe e esse fato faz com que o projeto que desenvolvi para o mestrado tenha um olhar mais articulado com as noções de raça e, principalmente, de morte.

A entrevista que foi mais marcante para a elaboração do meu TCC foi a de Safira e Turmalina, pois eram irmãs. Aconteceu numa tarde de segunda-feira. Eu jamais imaginaria os ensinamentos e a escuta que teria daquelas mulheres. Quando realizei a minha primeira pergunta, entendi ali a expressão “Dororidade. Não com esse nome, mas entendi que algo ainda maior nos ligava, como cunha Vilma Piedade,

Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Contudo, quando se trata de nós, mulheres pretas, tem um agravamento nessa dor. A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a carne preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados... (Piedade, 2017, p.7)

Dentro desse prisma da Dororidade e das narrativas ali apresentadas, as duas mulheres negras, com idade entre 50 a 60 anos, demonstravam muitas aproximações com as questões vividas pela negritude, tais como a violência que sofremos por causa do nosso cabelo, do corpo, da pele, da convivência escolar. Conversamos durante horas e ali percebi que estávamos, de fato, unidas por algo bem maior: nossa negritude. Mais uma vez, Ubuntu fez sentido, fez sentir.

A análise das entrevistas demonstrou que todas as entrevistadas compartilhavam uma perspectiva similar acerca do feminicídio negro. Elas também não compreendem esse fenômeno como o ato da morte biológica, propriamente dita, mas como um processo gradual permeado pelas multifaces da violência que é praticada contra a mulher negra desde seu nascimento, ou mesmo, até antes dele. Dessa forma, entender o feminicídio negro é entender que ele advém da naturalização do racismo e da intensificação das violências, como obstétrica, policial, de gênero, quanto à sexualidade, ao território, entre outras.

Foi também a partir da pesquisa em dados, que pude perceber que as mulheres mais mortas são mulheres negras, pobres. De acordo com essa percepção, tive meu primeiro contato com o termo “interseccionalidade” com a leitura do “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” do ano de 2002, escrito pela estudiosa negra Kimberle Crenshaw. Esse documento é considerado o pioneiro do debate da interseccionalidade enquanto teoria escrita, e considera que as mulheres negras são marcadas a partir das violências que sofrem, pelas multifaces das opressões como raça, classe, gênero, entre outras. O contato com a obra de Akotirene (2019) se coloca como uma das referências do presente trabalho.

Ao final, a minha percepção sobre o assassinato de Marielle se fez convergente com o resultado das entrevistas que fiz para o TCC no que se refere ao tema “morte-em-vida”. Essa resignificação do conceito de feminicídio negro fez com que eu despertasse ainda mais o interesse em continuar estudando o assunto, inserindo-me de fato no cenário acadêmico e despertando o interesse de ingresso no mundo da pós graduação.

A partir do TCC, como já dito, tive contato com leituras de autoras negras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Kimberle Crenshaw, Glória Anzaldúa, Angela Davis, Audre Lorde, entre outras autoras. Essa nova interação me fez perceber que a continuidade do meu estudo seria potência, resistência e, quem sabe, possibilidade.

Diante do exposto, reforço que o meu trabalho de pesquisa para o TCC foi uma das marcas que constituem o meu corpo. A partir dessa pesquisa conheci termos como interseccionalidade e algumas literaturas do feminismo negro.

Quando iniciei meus estudos no campo temático de gênero e raça, a primeira informação que tive, como já dito anteriormente, foi o discurso de Sojourner Truth, realizado em 1851. A partir dele, descobri e desvendei todas as situações racistas que vivi e identifiquei que o racismo antecedeu meu nascimento. Por isso, a importância de tal discurso para o meu trabalho. Considerando a experiência do que vivi com a morte de Marielle e com a leitura do discurso de Sojourner, comecei a me perguntar: “E não sou eu uma mulher?”

Como uma pergunta tão breve faria tanto sentido? Acredito que a desumanização e as faces da violência que são transversais não só na minha vida, mas na vida de todas as mulheres negras, são processos que podem ser pensados como sendo “morte-em-vida”, processos que podem levar, inclusive, à morte biológica.

Como dito, então, meu TCC foi o ponto de inflexão para que eu compreendesse que a continuidade desse trabalho seria importante para realizar um desdobramento contínuo da temática do feminicídio negro. Tenho meu primeiro contato com a obra de Achille Mbembe no início de 2019, já alguns meses após minha conclusão da graduação, e percebo as diversas conexões e transversalidades da sua temática com o feminicídio negro. Percebo, principalmente em sua obra *Necropolítica*, como suas colocações caberiam em uma continuação do trabalho que iniciei em 2018. Com sua escrita sofisticada e suas reflexões que se aproximam da realidade vivida aqui no Brasil, passo o ano de 2019 realizando leituras, cursos para compreender seu texto, análises e perspectivas acerca da categoria racial que se expande no mundo.

Conhecer a obra de Achille Mbembe me despertou a vontade de dar continuidade aos estudos iniciados com o TCC, percebendo as proximidades existentes entre a necropolítica e o feminicídio negro. Assim,, nasceu em mim o desejo de entrar no mestrado.

Como narrei anteriormente, quando fiz o estágio como parte da graduação, compreendi que era uma grande conquista na minha vida, pois minha supervisora me enxergou. Nesse sentido, percebo diversas situações que não vem ao caso relatar, pois extrapolariam muito o objetivo deste trabalho. No entanto, tais situações me fizeram sentir que o âmbito acadêmico não poderia ser meu lugar, muito em função de uma lógica que territorializa corpos.

Nesse meio tempo, uma amiga e eu ficamos sabendo sobre a possibilidade de reingresso na UFRJ, universidade esta que teve suas instabilidades ao longo das minhas construções pessoais, mas que era uma grande e importante porta. Estávamos envolvidas em diversos processos de residências multiprofissionais, o que não era um sonho meu, mas uma possibilidade. Dentro desse contexto, no ano de 2019, ingressamos na graduação em Ciências Sociais na UFRJ, agora em outro *campus*, em outro contexto, em outro momento, no IFCS, Largo de São Francisco de Paula, centro da cidade do Rio de Janeiro.

Ingressar no Instituto de Filosofias e Ciências Sociais (IFCS) foi outro momento de pertencimento, de descoberta e autoconhecimento. Ali, na graduação em Ciências Sociais, via a discussão sobre as dimensões racial e de gênero de outra forma, sem as amarras de um marxismo estreito, numa perspectiva distinta. Aquilo me acendeu uma luz e literalmente abriu uma nova porta. Percebi que talvez houvesse sim espaço para mim no mundo acadêmico e que talvez eu pudesse contribuir em algo. Onde antes eu era a aluna silenciada e calada, passei a perguntar, sentar na sala de aula e interagir, questionar, ser eu. Simultaneamente à minha graduação em Ciências Sociais, ingressei no curso de especialização em Sociologia Urbana na UERJ. Outra porta, outro momento que me mostrou que talvez o mundo acadêmico pudesse de fato ser meu futuro, em breve.

Dentro de uma rotina intensa, aulas todos os dias, das 10 horas da manhã até às 22 horas da noite, com muito foco e estudo, comecei a perceber que eu gostava muito de estudar, e que talvez tivessem me convencido do contrário por estar estabelecido que o âmbito do conhecimento pertencia à branquitude. Foi ali que percebi mais uma morte de meu corpo, quando entendi que esse convencimento advinha de um projeto político racista e de silenciamento. Mas, de fato, ali me encontrei. Mesmo com todas as minhas inserções, no limite da exaustão, eu estava feliz.

Nos debates desenvolvidos no curso de especialização em Sociologia Urbana consegui, de fato, ver as temáticas que me encantavam, mas para além disso, a especialização se tornou a casa e o aconchego. Ali construímos diversos debates que me ajudaram a me transformar em protagonista do meu próprio trabalho.

Por outro lado, no IFCS, tive meu primeiro contato com a leitura da obra de Frantz Fanon (2008) e me recordo do quanto aquela leitura me causou inquietação e vontade de seguir no mundo acadêmico pesquisando. Leitura que me acompanha, ainda hoje, e se soma a tantas outras.

Com o objetivo de conhecer e me aprofundar na leitura da obra de Achille Mbembe, escolhi fazer o curso oferecido pelo então jurista negro Silvio Almeida, que em 2018 lançou o livro *O que é racismo estrutural*, publicado pela coleção feminismos plurais. Silvio ofereceu, em 2019, pela primeira vez, seu curso livre na cidade do Rio de Janeiro, curso esse intitulado “Racismo Estrutural e Estado de Direito”. Recordo-me que foi naquele curso que tive contato pela primeira vez com Aimé Cesaire, dentre outros importantes intelectuais negros, que modificariam e ajudariam a construir a Marcela pesquisadora. Nesse sentido, a monografia para

a especialização em Sociologia Urbana na UERJ (2021) teve como objeto de pesquisa o caso do menino João Pedro¹⁸ e as tensões envolvidas sobre o racismo e a violência policial.

Percebo, assim, que desde minha inserção no mundo acadêmico, venho me transformando constantemente e me entendendo enquanto pesquisadora, mulher e negra, sendo que o ano de 2019 foi o ano em que decidi ingressar no mestrado do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana/PPFH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, com a ideia primeira de continuar estudando o feminicídio negro na perspectiva de pensar políticas públicas para a área. Ao mesmo tempo em que me preparava para concluir a especialização, estudava também para o ingresso no mestrado.

Também me inscrevi na I Jornada Discente do PPFH, e por coincidência, ou não, acabei conhecendo mais de perto o programa. Lembro-me com muito carinho do processo seletivo, pois estava vivenciando o momento mais difícil e doloroso da minha vida. O processo de estudo e dedicação naquele momento foi marcado pela dor, mas também pela persistência. Marcado pela dor de ser uma mulher negra que no âmbito acadêmico ainda incomoda, ainda se torna um fator de estranhamento. Foi nesse lugar, de tentativa de descolonizar a academia, e provar que pessoas negras também devem ocupá-la, que me desafiei.

Nesse sentido, com tantos atravessamentos, me desafiei ao ingresso no mestrado identificando ali, possibilidades de estar em um lugar, contrariando toda a construção do não lugar direcionado intencionalmente às mulheres negras. É a partir daquele momento que percebo outra trajetória se iniciando, marcada pela luta e resistência, considerando que

é necessário forçarmos a passagem, pois, como diz Conceição Evaristo (2018): as mulheres negras estão mobilizadas desde sempre, mas esse protagonismo não era apontado, não era reconhecido. Se eu conto a história, por exemplo, de minha mãe, de minha tia e de outras mulheres negras que me antecederam, você vai ver que a partir dos seus espaços de vida, essas mulheres se posicionam e sempre se posicionaram, de uma forma ou de outra. Se você for pensar na memória ancestral brasileira, por exemplo no candomblé, as grandes guardiãs foram as mulheres, as grandes mães-de-santo, as grandes cuidadoras de orixás são mulheres. Então me parece que essa movimentação, essa atuação, essa procura de formas defensivas, de formas de resistência e também de formas de ataque, as mulheres negras construíram isso ao longo dos séculos. E hoje esse protagonismo é reconhecido através da nossa própria imposição. De um modo geral, o que nós conquistamos não foi porque a sociedade resolveu nos abrir a porta. Foi porque realmente forçamos a passagem (Machado, 2020, p.30).

Nesse sentido, minha inserção na universidade pública, na graduação, no mestrado, na especialização, foram e são as minhas formas de forçar a passagem. Muito bem descrito por

¹⁸ Menino negro de 14 anos, morto em uma operação policial no dia 18 de maio de 2020, no Complexo do Salgueiro, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Conceição Evaristo, não porque nos deram tal possibilidade, mas porque estive focada em quebrar portas, desfazer nós e forçar ainda mais a passagem. O medo fez parte da minha trajetória, como relatado por hooks (2019),

o medo de que, para nós, pessoas negras, estar fora do nosso lugar - não nos conformando às normas sociais, especialmente aquelas estabelecidas pela supremacia branca - pudesse nos levar à destruição, e até a morte (hooks, 2019, p.31).

Diante de todo o exposto até o momento, ratifico que a morte de Marielle foi uma convocação/implicação para o desenvolvimento dos meus estudos na temática da necropolítica e feminicídio negro. Perceber o que significa uma vereadora negra, eleita com mais de 45 mil votos ser morta, assassinada; perceber os movimentos acerca da sua morte a partir do viés da construção de memória e honra ao seu legado, traz uma imensa contribuição política geracional, reconhecendo essa morte como uma insurgência de luta.

A morte de Marielle se tornou a inflexão, o ponto de virada para a compreensão das graves questões envolvendo a vida das mulheres negras. Mas não apenas isso, o TCC e a inspiração em Marielle Franco fizeram com que eu tivesse vontade de aprofundar os meus estudos, o que foi a principal motivação para o ingresso no mestrado.

Nesse contexto, ainda em cacos, ingressei no mestrado e mesmo que ainda estivesse iniciando, o ano de 2020 foi revelador para o meu próprio projeto de pesquisa e ressignificação do meu trabalho. Não por acaso, entrei no mestrado no ano em que foi decretada a pandemia da Covid-19, que veio transformar mais ainda meu trabalho e meu lugar como pesquisadora. Falarei um pouco sobre a pandemia no capítulo 2.

Desse modo, ingressei no mestrado e apenas uma semana após o início do semestre letivo as aulas presenciais foram suspensas, tendo início o isolamento social para frear a proliferação do vírus. Mesmo na vigência da pandemia, o ano de 2020 é marcado por intensificações das violências, incluindo o aumento nas estatísticas relativas ao feminicídio negro. Tais fatos dolorosos acabaram por corroborar a pertinência do uso do conceito de necropolítica em meu projeto de pesquisa.

Segundo uma matéria veiculada pela Rede de Observatórios da Segurança, publicada no dia 10 de fevereiro de 2021, pela cientista social Silvia Ramos, pode-se perceber pelo próprio título a confirmação da veracidade do aumento da violência policial: “As polícias fluminenses escolheram o confronto e a letalidade como método”¹⁹. Ou seja, as ações policiais continuam

¹⁹ Ver: <http://observatorioseguranca.com.br/as-policias-fluminenses-escolheram-o-confronto-e-a-letalidade-como-metodo/>

sendo marcadas, mesmo no contexto da pandemia, com a violência e a morte de moradores das favelas do Rio de Janeiro.

Poucos dias atrás, uma operação da polícia militar em favelas de Quintino, um bairro da Zona Norte carioca, deixou dez pessoas mortas. (...) Foram apenas mais dez “suspeitos” **que se juntam aos 1.239 mortos pela polícia do Rio de Janeiro em 2020**, em que 86% são negros, como mostrou o documento *A cor da violência policial*. (...) Este início de 2021 é idêntico ao que ocorreu na segurança pública em 2020, em 2019, 2018 etc. e confirma o que temos observado há mais de 30 anos nas políticas de segurança do RJ (link do artigo <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Livro-PJD.pdf>). Excluindo pequenos períodos em que as corporações foram mantidas sob o controle de gestores que se esforçaram para evitar confrontos e mortes (por exemplo, gestão Luiz Eduardo Soares em 1999, gestão Beltrame entre 2010 e 2015), a força propulsora da alta letalidade e da brutalidade cotidiana nas favelas tende a retornar. E às vezes volta de forma surpreendente.

Vivenciando a pandemia, que produziu ainda mais mortes de corpos negros, tive a oportunidade de ser membro fundadora, no ano de 2020, no PPFH, do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NEER) que está em fase de construção coletiva. A criação do NEER veio a partir da inquietação de alguns alunos e professores do PPFH com o aumento das mortes de jovens em operações policiais no Rio de Janeiro, mas também com o aumento das violências raciais pelo mundo todo, tal como ocorreu com George Floyd²⁰.

É nesse contexto pandêmico que vivencio o início o meu mestrado. Entendendo que a construção do meu trabalho parte do meu corpo enquanto mulher negra, seleciono prioritariamente autores/as negros/as para construir as bases teóricas para o meu trabalho, sempre na tentativa de articular os conceitos entre si. No caminhar da pesquisa fui compreendendo que o caminho teórico-metodológico adotado também se fazia com meu corpo e minha trajetória e, neste sentido, pude perceber que meus contatos e conexões com os autores escolhidos aconteceram, inicialmente, quase que de forma instantânea e intuitiva.

Retomando Mbembe, utilizo como referencial teórico principal o livro *Necropolítica* (2018), me apegando em duas categorias analíticas e investigativas que são centrais para o desenvolvimento desse trabalho: “morte-em-vida” e “matanças invisíveis”. Tais conceitos se constituem em referencial e embasamento para pensar a resignificação do conceito de feminicídio negro. Objetivo entendê-lo não restrito à morte biológica, mas se dando pelas mortificações em vida de mulheres negras, com suas manifestações nas “matanças invisíveis” e consolidando a forma de “morte-em-vida”.

²⁰ George Floyd foi um homem negro assassinado por estrangulamento por um policial branco no dia 25 de maio de 2020 em Mineapolis, nos Estados Unidos da América. Antes de morrer, George diz ao policial que não estava conseguindo respirar, por isso, sua frase e última é mundialmente famosa: “I can’t breathe”, em tradução significa: Eu não consigo respirar.

Ainda na companhia de Mbembe, me inspiro no conceito que dá luz ao título do livro, que é a necropolítica, entendo como o Estado e o pensamento colonial acabam por produzir e criar uma política de produção de morte dos corpos negros, dando foco neste estudo aos corpos das mulheres negras. Para isso, pretendi recorrer também à obra *Sair da grande noite* (2019), do mesmo autor, buscando aprofundar os conhecimentos sobre o colonialismo, a fim de entender a lógica que faz morrer corpos negros.

Além das categorias de análise tomadas de empréstimo a Mbembe, entendo também como relevante para esta pesquisa o conceito de interseccionalidade, compreendendo-o como o “cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2019, p.19). Para além disso, e de acordo com Mbembe, incluirei o território enquanto marcador social de opressão, entendendo que tais marcadores de opressão colonial são aqui entendidos como “matanças invisíveis” de mulheres negras.

Também me inspiro em Lélia Gonzalez, ao tratar do “racismo e sexismo na cultura brasileira” (2020), reconhecendo a importância deles para compreender o lugar que é socialmente destinado à mulher negra no Brasil. Entendo que Gonzalez já estaria discutindo a interseccionalidade, mesmo sem nomeá-la: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo se colocam no nível mais alto de opressão” (*Idem*, p.58).

Ainda em Gonzalez (*Ibidem*), considero importante assinalar as categorias de “racismo por omissão” e “neurose cultural brasileira”, mostrando como se constrói no Brasil os estereótipos e estigmas destinados às mulheres negras, bem como uma falsa sensação de equidade social. Neste sentido, convoco Gonzalez (2020) por pensar que suas reflexões são preciosas para a compreensão do que seja o feminicídio negro.

Retomo, também, com o objetivo de abordar a desumanização histórica da mulher negra, o discurso proferido pela ativista norte-americana Sojourner Truth intitulado *E eu não sou uma mulher?*, proferido no ano de 1851.

Considero este discurso importante, pois ele abre caminho para a discussão de como os corpos negros foram historicamente condenados à negação da humanidade, inseridos na “zona do não ser”, tal como pensado por Frantz Fanon (2008). Minha tentativa é relacionar o discurso proferido por Truth (1851) com Fanon (2008), a fim de investigar como a desumanização, coisificação, animalização, hipersexualização das mulheres negras também são formas de “morte-em-vida”. Valho-me da seguinte indagação: que humanidade é essa que expõe os corpos negros à morte?

A partir desses/as autores/as, busquei articular as noções de interseccionalidade e necropolítica, com o objetivo de buscar sustentação teórico-metodológica para pensar/resignificar o feminicídio negro como forma histórica ainda em vigência, em função da presença da lógica do colonialismo entre nós.

Nessa perspectiva, entendo que as mulheres que mais morrem no Brasil são aquelas onde se cruzam os marcadores de raça, classe, gênero e território, mostrando também como o Estado, a partir das políticas de segurança pública, promove a morte e/ou o desaparecimento dos corpos de crianças negras que possuem algum grau de parentesco com mulheres negras habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Para exemplificar as formas de morte-em-vida, busquei discorrer sobre o filme *M8- Quando a morte socorre a vida*, como expressão e materialização de ressignificação do feminicídio negro.

Procurei mostrar, também, como as “matanças invisíveis” encontram-se presentes nas produções culturais de artistas negros/as, como, por exemplo, Luedji Luna, onde a pergunta de Sojourner Truth - “E eu não sou uma mulher?” – também ganha centralidade, assim como em meus estudos.

A partir dessa trajetória, e ainda incorporando as obras artísticas de Conceição Evaristo, Nina Simone e da própria Sojourner Truth, pude finalmente construir minha pergunta de pesquisa: **Femicídio negro e necropolítica: como a política de produção de morte mata em vida as mulheres negras?**, demonstrando em produções culturais de artistas negros ao longo de todo o trabalho, com a presença de poemas, músicas, quadros, exposições, como o âmbito cultural tem performado as “matanças invisíveis” de mulheres negras. E, por isso, convoco a um pensamento de promoção da narrativa de mulheres negras, por via da vida-em-vida.

Essas são as marcas que fazem parte de meu corpo, desse trabalho que é corpo também. Corpo marcado, corpo negro, corpo de mulher negra, corpo que sente, corpo que faz, corpo que pesquisa, corpo que morre, mas corpo que renasce, já que “as marcas são estados vividos em nosso corpo no encontro com outros corpos, a diferença que nos arranca de nós mesmos e nos torna outro” (Rolnik, 1993, p.5). Assim, esse trabalho trata do encontro do meu corpo com outros corpos que compõem o entendimento de que esse “encontro” nos ajuda, tanto a entender como também a procurar saídas para as mortes-em-vida.

Finalizando, dedico a escrita dessa dissertação a duas mulheres negras que são força ao meu trabalho: Marielle Franco e Beatriz Nascimento, reconhecendo nelas a expressão desse feminicídio negro. Conhecer a trajetória dessas mulheres é perceber que elas são corpo,

memória, dor, sofrimento, resistência e luta. Dentro de uma história, temos outras histórias, pois, como já dito anteriormente, somos fruto dos nossos ancestrais e o futuro é ancestral.

Pude entender, por fim, que meu corpo é meu trabalho. Bem-vindo ao meu templo.

1 “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FEMINICÍDIO NEGRO E AS “MATANÇAS INVISÍVEIS”

1.1 Os efeitos da necropolítica que produzem as mortificações das mulheres negras

Somos assombradas/os por memórias coloniais intrusivas, que tendem a voltar. A escravização e o colonialismo podem ser vistos como coisas do passado, mas estão intimamente ligados ao presente.

Grada Kilomba²¹

Quando pensamos nas sombras que as violências deixam nos corpos negros, podemos compreender que a sua origem é vinculada às mazelas do racismo e da lógica colonial, que permanecem vivas. Assim, compreender como o feminicídio negro tem relação com a necropolítica, entender ainda mais sobre a obra de Mbembe, é um dos eixos norteadores dessa dissertação.

Além de Mbembe, é importante falar de Fanon, na medida em que este é, inclusive, uma das fontes de inspiração de Mbembe, principalmente quando se trata do que se apresenta como desumanização dos corpos negros. Essa conexão é uma chave para o trabalho quando discutimos sobre os corpos das mulheres negras e suas intersecções.

Frantz Fanon, martinicano, psiquiatra e um homem negro, trouxe importantes contribuições para pensarmos a subjetividade e a afetividade negras. Em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008) faz importantes considerações sobre o conceito de humanidade, nos ajudando a compreender quais corpos e quais vidas são consideradas humanas (Aires, 2018, p.30). Nos mostra como a permanência da lógica colonial possibilita a existência de duas zonas: a do ser e a do não-ser, sendo a zona do ser direcionada à branquitude - que é a zona da luz, dos direitos e da garantia da humanidade. Já a zona do não-ser é direcionada aos corpos negros, aos quais seria negada a humanidade. Por isso, reforça a necessidade de descida aos Infernos, para dali poder ressurgir inteiramente.

Há uma zona do não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar essa descida aos verdadeiros Infernos (Fanon, 2008, p.26).

²¹ Kilomba, 2019, p.223.

Para Fanon (*Idem*), o pressuposto de não-humanidade dos corpos negros faz com que estes sejam considerados um fardo para o homem branco, construindo o imaginário de que é missão do homem branco levar nas costas aqueles que não alcançaram a humanidade.

Em nosso dia-a-dia, a construção da não-humanidade dos corpos negros se evidencia quando assistimos, presencialmente ou através dos meios de comunicação e/ou internet, execuções ou mortes violentas de corpos negros sendo naturalizadas, justificadas e até mesmo aplaudidas. Corpos negros sendo asfixiados até a morte, como George Floyd²², ou espancados até a morte, como João Alberto²³, são apenas alguns dos exemplos da permanência da lógica colonial e da zona do não-ser. Como afirma Aires,

alguns corpos à morte, conduzidos à morte, sem que sequer haja a admissão de que ali houve um assassinato, uma morte humana. Pura e simples eliminação do vivo. Para que uma vida seja deslegitimada como humana, diferentes procedimentos se articulam: a animalização, a objetalização, a abjeção, a construção de um inimigo mostram-se como recursos de grande impacto (Aires, 2018, p.30).

É inspirado na leitura de Fanon (2008) que Mbembe (2018) afirma que os corpos negros não são tão somente corpos, mas também territórios, sendo que a vigência de necropolíticas implica na proliferação dos espaços de violência. Ou seja, qualquer lugar que o corpo negro ocupe ou esteja, é um lugar passível e permissível de práticas violentas. A identificação dos espaços onde as violências do Estado podem ser exercidas não deixa de servir como indicador ou instrumento para se mapear quem é considerado humano e quem não é. Neste sentido, cabe perguntar como a polícia acredita ter a permissão para empreender operações nas favelas, mesmo em plena pandemia da covid-19, como aconteceu no Jacarezinho, e estando em vigência a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), proposta justamente para impor restrições às operações policiais nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia?

Como amplamente noticiado, no dia 06 de maio de 2021 aconteceu a maior chacina da história do Rio de Janeiro, na favela do Jacarezinho e que, até o momento, não obteve nenhuma medida legal de responsabilização ou retratação por parte do Estado aos familiares das vítimas.

A chacina do Jacarezinho ocorreu no dia 6 de maio de 2021 e é conhecida por ser a mais letal da história do Rio de Janeiro: ao menos 27 civis foram assassinados e um policial. A operação foi organizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, mesmo após a proibição de operações policiais nas favelas durante a

²²<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policia-branca-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

²³<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/17/caso-joao-alberto-juri-reus-assassinato-homem-negro-carrefour-porto-alegre.ghtml>

pandemia através de decisão liminar (provisória) do ministro do STF, Edson Fachin, a ADPF 635²⁴.

Dentro desse prisma, pensar as favelas como territórios onde são permissíveis acontecer mortes violentas e chacinas, é pensar e questionar porquê a normatividade serve para alguns territórios e corpos e porquê para outros não. Não é perceptível que existe uma seletividade em curso?

É por isso que Mbembe (2018) afirma que na consolidação do direito de matar se constrói a noção ficcional do inimigo. É nessa lógica que o corpo negro é visto como o inimigo, o Outro, o "suspeito padrão". Para isso, Mbembe (2018) compreende que algumas lógicas dão corpo à consolidação da necropolítica.

Para ele, a construção do imaginário do corpo negro nessa noção ficcional do inimigo, só dá força estrutural para o racismo, que por sua vez, é o motor da necropolítica. Isto é, a categoria racial oferece, em sua determinância, bases e justificativas para a necropolítica existir e se tornar elemento estruturante da sociedade.

Quando pensamos na realidade brasileira, é perceptível como o perfilamento racial de assassinatos em favelas são direcionados aos corpos negros. Assim, pensar na morte social é entender que ela se constrói a partir do ideário de uma humanidade existindo ao lado de uma não-humanidade, sendo a humanidade constituída pela branquitude/colonizador, e a não-humanidade do Outro, que são os corpos negros passíveis de serem escravizados e expostos à morte, na medida em que são vistos como ameaça.

A partir disso, assistimos diariamente a diversas ações violentas do governo que configuram verdadeiro estado de exceção, as quais são justificadas como estado de necessidade, em que o Estado alega legítima defesa ao atacar aqueles os quais considera como o seu inimigo interno, um inimigo que é classificado conforme a sua cor, território e classe social. A autoridade do Estado institui o estado de exceção sobre o corpo do indivíduo ou sobre o território em que ele habita, suspendendo qualquer direito desse cidadão e aplicando a violência sem lei, pautada, assim, no estado de necessidade. Agamben (2004) afirma que “mais do que tornar lícito ou ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para uma transgressão em um caso específico por meio de uma exceção” (p.41).

Considerando que nesse sentido existem locais nos quais as mortes são permitidas e legalizadas, se constitui uma lógica de preparação para a guerra que acaba por promover atos como a invasão da casa das pessoas sem mandato, atirar em plena luz do dia como ocorreu com

²⁴ Dicionário de Favelas Marielle Franco:
https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Jacarezinho_-_06_de_maio_de_2021

João Pedro²⁵, por exemplo e, matar trabalhador e criança acaba sendo considerado efeito colateral, tudo sendo justificável por conta da iminência de guerra.

Almeida (2019) aponta a relação entre necropolítica, território e racismo:

O racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que a populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com área inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio (pp. 122-123).

Importante reconhecer, nestas considerações, como o corpo negro é visto como um descartável. E ser descartável acaba sendo uma construção também do próprio Estado que se apoia na lógica colonial. Nessa perspectiva, a violência vira um componente de etiqueta, ou seja, vira um elemento padrão de atuação e indissociável, considerando que todos as abordagens a corpos ditos “suspeitos” precisam se apoiar na violência. E, percebendo essa continuidade, a morte vira um trabalho com reconhecimento social, isso significando que matar se torna uma ferramenta legitimada pela sociedade e por sua vez remunerada, quando pensamos na atuação da polícia nas favelas. Esse fator é fundamental quando pensamos na afirmativa “Bandido bom, é bandido morto”, difundida amplamente na sociedade brasileira. A partir disso, indago: Qual seria esse bandido que deveria morrer? O corpo negro que é considerado, a partir da ótica racista estrutural como suspeito padrão, tendo seu corpo historicamente criminalizado.

Esse discurso acaba servindo para legitimar a morte em massa da população negra ou, como diria Abdias do Nascimento (2016), o genocídio do negro brasileiro. Constantemente, muitas vidas negras são perdidas brutal e sistematicamente, podendo-se afirmar que o corpo negro se constitui para o Estado como um corpo sem valor.

Em seu livro *Quadros de guerra*, Butler (2018) faz importantes considerações sobre a vida, considerações estas que dialogam com o que está sendo pensado nessa pesquisa:

uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (p. 13).

²⁵ No dia 18 de maio de 2020, João Pedro de 14 anos, menino negro foi assassinado dentro de casa no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/30/como-esta-aquele-caso-joao-pedro-adolescente-morto-em-conjunto-de-favelas-no-rj.ghtml>

Assim, e de acordo com o pensamento de Butler e dos autores aqui citados, indagamos se o que vivenciamos hoje como necropolítica pode ser considerado uma guerra contemporânea, e quais corpos têm o direito de chorar a perda de seus familiares?

De acordo com a CPI do Senado do Assassinato de Jovens²⁶, a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil assassinado. Também de acordo com o Instituto Fogo Cruzado, a cada 4 dias um jovem é baleado no Rio de Janeiro.

"A história do Rio de Janeiro é marcada por crianças e adolescentes mortos e feridos. A gente sabe que não são casos isolados. Ágatha Félix, Maria Eduarda, João Pedro, Kauã, Alice, Emilly e Rebecca. Todo mundo lembra de um destes nomes. Então, temos os dados que precisam ser levados em conta para o planejamento da segurança pública. Não podemos deixar essas histórias se perderem. Nosso esforço é também de memória, porque sem ela a sociedade não se mobiliza. Em nenhum lugar do mundo tantas crianças são baleadas sem que a sociedade se indigna. Aqui não pode ser diferente. As pessoas precisam se importar", afirma a diretora executiva do Fogo Cruzado²⁷.

Que outros fatores constitutivos da necropolítica, além da construção da noção ficcional do inimigo e da proliferação dos espaços de violência, podem contribuir para pensar essas mortes dos corpos negros, que muitas vezes geram alívio e não comoção ou espanto?

Acreditamos que essas mortes não podem ser entendidas apenas no sentido biológico estrito. Mbembe (2018) aponta que nos corpos negros coexistem duas lógicas indissociáveis: a morte em vida e as matanças invisíveis. Assim, nossos corpos são "mortos em vida" e vivenciamos cotidianamente inúmeras formas de "matanças invisíveis". Desde a cor da nossa pele, nossos traços, nosso cabelo, nossa cultura, nossa comida, nossa música. É uma lógica repetitiva de produção de mortes em todas as instâncias.

Mbembe (2018) afirma que, com a consolidação dessa política de produção de morte, que é histórica, desde a colonização até a permanência dessa lógica no contemporâneo, vão se criando formas mais sofisticadas do direito de matar. Neste sentido, lembramos aqui a utilização de caveirões aéreos, como são mais conhecidos os helicópteros que atiram de cima para baixo nas favelas, bem como as operações policiais que ocorrem utilizando-se armas sofisticadas, e muitas vezes operações sem autorização, dentre outros aspectos.

²⁶ Ver Relatório Final da CPI Assassinato de Jovens: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>

Ver também:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/06/cpi-do-assassinato-de-jovens-apresenta-relatorio-final-na-quarta-feira>

²⁷ FUTURO EXTERMINADO: a cada 4 dias um jovem é baleado no Rio (fogocruzado.org.br)

Direcionando estas reflexões para o interesse específico de nossa pesquisa, cabe perguntar como a necropolítica incide na vida das mulheres negras? Como a necropolítica age para produzir suas mortes?

Buscando pensar estas questões, e em acréscimo aos conceitos já mencionados até o momento, nos valem também do conceito de interseccionalidade, que discutiremos a seguir.

O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido pela primeira vez no *Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos à gênero*, no ano de 2002 pela ativista negra de direitos humanos Kimberle Crenshaw. Dado aquele momento, entendia que as mulheres negras eram atravessadas por multiopressões direcionadas aos seus corpos, sendo estas opressões de natureza racial, classe e gênero. Crenshaw é considerada pioneira no registro do tema, embora ela mesma reconheça a importância das ativistas dos direitos humanos na discussão das multiopressões sofridas pelas mulheres negras. Também entre nós, Lélia Gonzalez já havia identificado esse lugar de multiopressão em que se encontravam as mulheres negras no Brasil.

No Resumo do artigo, publicado no Brasil na revista Estudos Feministas²⁸, encontramos

tanto os aspectos de gênero da discriminação racial quanto os aspectos raciais da discriminação de gênero não são totalmente apreendidos pelos discursos dos direitos humanos. O presente documento, baseado no crescente reconhecimento de que as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes, propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero. Este documento também sugere um protocolo provisório a ser seguido, a fim de melhor identificar as situações em que tal discriminação interativa possa ter ocorrido e, além disso, defende que a responsabilidade de lidar com as causas e as conseqüências dessa discriminação deva ser amplamente compartilhada entre todas as instituições de direitos humanos (Kimberlé Crenshaw, 2002)²⁹.

Embora seja relevante registrar a importância de Crenshaw na elaboração do conceito de interseccionalidade, em nosso trabalho será utilizada a atualização desse conceito usando a perspectiva de Akotirene (2019). A principal motivação dessa escolha é considerar que a análise de Akotirene leva em consideração a realidade brasileira, principalmente as especificidades oriundas da colonização que aqui vivenciamos. Sendo assim,

²⁸ A revista Estudos Feministas informa que a tradução em português deste documento foi publicada com permissão da autora e que a versão original (em inglês) deste documento, intitulado Background Paper for the Expert Meeting on GenderRelated Aspects of Race Discrimination, encontra-se na homepage Womens International Coalition for Economic Justice <www.wuceh.addr.cin/wcar_docs/crenshaw.html>.

²⁹chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt

a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p.19)

A partir da citação acima, é possível compreender que as análises feitas até agora neste trabalho são atravessadas pelo conceito de interseccionalidade, tal como desenvolvida por Akotirene. Isso significa dizer como as categorias de raça, classe, gênero e território, por exemplo, têm atravessamentos referentes às demandas sociais oriundas do colonialismo que, correlacionadas com o racismo, acabam inferiorizando e tirando o valor dos corpos de mulheres negras, ou seja, desumanizando-as.

Assim, a articulação entre os conceitos de necropolítica e interseccionalidade nos possibilitou pensar que as opressões de classe, raça, gênero, sexualidade e território são as ferramentas e os instrumentos dos quais se vale a necropolítica para gerir os corpos de mulheres negras, pavimentando e consolidando as "mortes em vida".

Por fim, considerando a perspectiva interseccional, as mulheres negras são inseridas à margem da sociedade. No entanto, o conceito de margem defendido por hook não é visto apenas como opressão, mas também como espaço de luta, resistência e criação.

Nesse sentido, a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um “espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p.149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. (...) A margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência (hooks, 1990) (Kilomba, 2019, p. 68).

Estar à margem, portanto, é estar nesse lugar do outro, e não do eu; é estar nesse lugar de não-humanidade, na zona do não-ser; é estar submetido às matanças invisíveis que nos fazem morrer pouco a pouco. Mas é também estar no espaço de fazer luta política.

1.2 Femicídio negro e território: necropolítica como instrumento de “morte-em-vida”

Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?

Marielle Franco

O que nos mata é perder a perspectiva de ser.

Beatriz do Nascimento

Para dar continuidade ao que está sendo desenhado neste trabalho, deve-se pensar como a presença dos fatores ou marcadores de opressão como raça, classe, gênero e território se agenciam para subjetivar e violentar a existência e as narrativas das mulheres negras. Além de Mbembe (2018) e Akotirene (2019), importante trazer também as considerações de Gonzalez (2020) sobre o mito da democracia racial e do “racismo por omissão”, bem como as considerações de Fanon (2008) sobre a zona do não-ser, buscando relacioná-la às vidas das mulheres negras. **Quando não é considerada humana, como uma mulher negra vai ter seus direitos sociais garantidos?**

Começo, então, lembrando Marielle Franco, mulher preta, lésbica, mãe, cria da Maré, socióloga, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL, vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, tendo sido brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018 juntamente com seu motorista Anderson Gomes, no bairro Estácio, na cidade do Rio de Janeiro. Como afirmei no capítulo anterior, sua morte foi um ponto de inflexão pessoal, tanto como pesquisadora, como também e principalmente, enquanto mulher negra.

Embora tenham se passado mais de cinco anos, a morte de Marielle ainda hoje é investigada para descobrir quem foi o mandante do crime. No seu caso, crime político, diante de tudo o que ela representava. Ser mulher negra, periférica, ocupando um espaço de poder continua sendo visto como ameaça ao projeto político vinculado ao colonialismo, que não admite a ascensão de corpos que foram selecionados para morrer ou serem expostos à morte.

Quero lembrar, também, Maria Beatriz Nascimento, mulher negra, historiadora, professora e poeta, assassinada em 1995 aos 52 anos de idade pelo namorado de uma amiga a quem havia aconselhado colocar um fim em um relacionamento onde a violência se fazia presente por parte do parceiro.

Por ser ativista de direitos humanos, sempre estive vinculada e comprometida com as pautas voltadas aos direitos da população negra. Segundo estatísticas do Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), à época, a morte de Beatriz seria “o quinto assassinato de militantes do movimento negro no Rio em menos de um ano”³⁰, situação que continua existindo ainda hoje em diversas partes do Brasil e atinge, além de ativistas em direitos humanos, lideranças indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, dentre outros.

³⁰ Paulo Gramado. Professora pode ter sido morta por racismo. São Paulo, terça-feira, 31 de janeiro de 1995. Folha de São Paulo, Cotidiano.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>

No capítulo anterior mencionei, ainda que de maneira breve, a importância de Marielle Franco para meus estudos, apontando como a minha trajetória também havia sido marcada por formas de morte em vida. Assim, seleciono esse capítulo como importante para pensar como essa política de gestão de corpos opera sobre os corpos das mulheres negras.

Considero Marielle e Beatriz marcos fundantes desse trabalho. Suas histórias se entrecruzam em diversos marcadores de opressão que acabam por contar histórias de outras mulheres negras, de forma que suas vidas individuais contam histórias coletivas. Daí a importância do conceito de interseccionalidade, tão caro para esse trabalho, assim como as considerações de Lélia Gonzalez, que aqui relembro: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.” (2020, p.58).

Neste sentido, e em acréscimo ao que já foi exposto, a interseccionalidade, considerando o pensamento de Akotirene (2019), é um conceito ancestral e africano, que considera, em sua abordagem metodológica, as intersecções entre raça, classe, gênero, sexualidade e território. Particularmente, o pensamento da autora interessa a esse trabalho por levar em consideração o contexto brasileiro, considerando fortemente as amarras coloniais e o racismo estrutural, e por afirmar não haver hierarquias entre as opressões. Interseccionar é observar o cruzamento de opressões que se potencializam, sem considerar uma opressão superior à outra. Considera, no entanto, o marcador racial como estruturante. No caso das mulheres negras brasileiras, é preciso entender que suas vidas são marcadas por multifaces de opressões coloniais. Um grande e triste exemplo disso foi o contexto da pandemia de covid-19, decretada pela OMS no dia 11 de março do ano 2020 como um evento mundial. No Brasil, o primeiro caso foi registrado dia 26 de fevereiro deste mesmo ano. Até o mês de março de 2023, as estatísticas apontavam para um total de 699 mil mortes por covid-19 no Brasil, o que demonstra a decisão oficial de não enfrentamento da pandemia da forma orientada pela ciência, tomando-se o governo federal do período 2019-2022.

Quando pensamos no cruzamento raça, território e pandemia, não temos como não perguntar quais corpos-territórios foram os mais atingidos pelas múltiplas formas de sofrimento durante a pandemia de Covid-19. Certamente foram os corpos negros. A primeira pessoa que morreu em decorrência do novo vírus no Brasil foi uma mulher negra, empregada doméstica, que contraiu o vírus transmitido por seus empregadores que recém haviam retornado de uma viagem à Europa, continente que naquele momento apresentava índices elevados de pessoas infectadas. Ao continuar trabalhando na casa de seus patrões, veio a falecer, acometida pela Covid-19.

Nesse sentido, o negacionismo opera historicamente a partir de uma lógica colonial que produz e reproduz a negação de fatos que possam ameaçar os privilégios dos grupos opressores. A pandemia foi um canal de intensificação desse negacionismo, que acabou por ser responsável pela manutenção de um projeto político de extermínio de corpos e vidas precarizadas. No Brasil, pelo menos 700 mil pessoas morreram acometidos pela Covid-19, sendo que os estudiosos afirmam que grande parte destas mortes poderiam ter sido evitadas, caso o governo federal tivesse adotado outra conduta face à pandemia.

É verossímil pensar que as mulheres negras, ao lado de outros grupos fragilizados da população, foram as principais vítimas da pandemia, seja no quesito morte biológica, seja em relação às “matanças invisíveis”. No contexto pandêmico, tal como vivido no Brasil nos momentos de maior contaminação pelo vírus, difundiu-se a ideia que expõe a população à contaminação a céu aberto, sem o uso de máscara e sem isolamento social, chegaríamos a uma suposta imunidade de rebanho, levando a óbito pessoas idosas, adoecidas ou possuidoras de comorbidades, sobrevivendo as pessoas jovens, saudáveis e atletas. Difundiu-se a ideia, capitaneada pela autoridade maior da nação que, caso alguém saudável fosse contaminado pelo vírus, este alguém seria acometido, no máximo, de uma “gripezinha”, de um “resfriadinho”.

Nesse contexto, os corpos das mulheres negras foram um alvo certo, por diversas razões, dentre as quais não terem tido a opção de não trabalhar nas ruas para o sustento de suas casas. Não podemos esquecer que no Brasil temos, nas favelas e áreas periféricas, o predomínio de mulheres como chefes de família. Outro aspecto dessa situação foi a ineficácia ou ausência de políticas públicas direcionadas a elas, nos mais diversos relatos de intensificação de violência doméstica e privações diversas.

Podemos utilizar dois indicadores para pensar como a pandemia operou sobre as mulheres negras. O primeiro deles é a constatação que elas estiveram na linha de frente do cuidado durante a pandemia de covid-19 e, neste sentido, se expuseram mais ao contágio, adoecimento e morte, assim como os jovens negros e os jovens pobres que trabalhavam como *motoboy*s, fazendo o serviço de entrega de compras e mercadorias para aqueles que podiam permanecer em suas casas ou apartamentos, em isolamento social.

O que as estatísticas nos informam sobre a mortalidade por covid-19 na população brasileira? Foram as mulheres negras as que mais morreram na pandemia? Lembro que, em nosso estudo, essa mortalidade não diz respeito apenas às mortes biológicas e sim, às diversas formas de morte em vida. Pergunto: quais questionamentos se tornam pertinentes nesse contexto? Quem eram os corpos que foram linha de frente no enfrentamento da pandemia? Como disse Eliana Paraguaçu (s.d.), os corpos das mulheres negras foram construídos para

servirem de barreiras sanitárias contra o coronavírus, seja com seus corpos expostos ao trabalho informal para prover sustento para suas famílias, seja pela não oferta das vacinas, seja por outros fatores.

Em sentido biológico estrito, e de acordo com uma pesquisa feita pela Fiocruz, negros foram as pessoas que mais morreram de covid durante a pandemia e, ao mesmo tempo, os que menos receberam vacina. Também os que menos puderam se proteger no trabalho, pela necessidade de ter um ganho para seu sustento e da família.

Entretanto, quando pensamos na relação entre pandemia e necropolítica, essa discussão não para aí, uma vez que, mesmo diante do agravamento do contágio pelo vírus e das recomendações de isolamento social, diversas operações policiais tiveram lugar nas favelas do Rio de Janeiro, quando mulheres negras foram assassinadas, como Katleen Romeu³¹, que estava grávida e sequer pode proteger o seu filho no útero, que também faleceu. Ou quando morrem em vida, por terem seus filhos assassinados, como João Pedro³², ou vítimas de negligência, como o pequeno menino Miguel³³.

Diante desses dados, reflitamos: estatisticamente, os corpos negros foram os que mais demoraram para receberem vacinas. Segundo matéria veiculada pelo jornal CNN, no dia 09 de novembro de 2021, a partir de uma pesquisa realizada pela OCDE, os corpos negros tiveram 1,5 mais chances de morrer por covid-19 no Brasil. Esse fator só reforça a pesquisa anteriormente citada da Fiocruz, de como os fatores raciais e sociais influenciam em quais corpos estão expostos a morte e quais estão protegidos dela. Nesse sentido, e retomando Fanon (2008), podemos indagar quais corpos são considerados não-humanos e não "merecedores" da garantia de seus direitos, sendo o principal, o direito à vida.

Quando lembramos Fanon (2008), sobre o conceito de humanidade e as zonas do ser e do não-ser, podemos perceber que a lógica do colonialismo opera de forma cruel e letal em relação a esses corpos, não considerados humanos ou menos humanos. Quando somos os corpos que mais morremos, que perdemos seus filhos, ou que demoram a receber vacinas, está nos sendo negada a humanidade e também os direitos. Isso aponta para quais corpos são descartáveis e quais não são.

Relembro: é nesse contexto que curso meu mestrado no PPFH, olhando para essa realidade que se agrava a cada dia, sob a lógica de precarizar corpos, vidas e mortes. É por isso

³¹ Mulher negra, grávida de 4 meses, brutalmente assassinada no dia 08 de junho de 2021 no Complexo do Lins, Rio de Janeiro.

³² Menino negro de 14 anos, assassinado dentro de casa no Complexo do Salgueiro, no Rio de Janeiro.

³³ Menino negro de 5 anos, que ficando aos cuidados da patroa de sua mãe, Mirtes, caiu do 9º andar de um prédio, em Recife, morrendo assim, por negligência.

que esse trabalho se torna não só uma pesquisa, mas um relato, um depoimento, uma denúncia e um grito. Por isso,

Cabô, vinte anos de idade
 Quase vinte e um
 Pai de um, quase dois
 E depois das 20 horas
 Menino, volte pra casa
 Cabô
 Ô Neide, cadê menino?
 Cabô, quinze anos de idade
 Incompletos seis
 Eram só 6 horas da tarde
 Cabô, cadê menino?
 Quem vai pagar a conta?
 Quem vai contar os corpos?
 Quem vai catar os cacos dos corações?
 Quem vai apagar as recordações?
 Quem vai secar cada gota
 De suor e sangue
 Cada gota de suor e sangue
 Cabô
 Cabô, vinte anos de idade
 Quase vinte e um
 Pai de um, quase dois
 E depois das 20 horas
 Meu filho, volte pra casa
 Cabô
 Ô Neide, cadê menino?
 Cabô, quinze anos de idade
 Incompletos seis
 Eram só 6 horas da tarde
 Cabô, cadê menino?
 Quem vai pagar a conta?
 Quem vai contar os corpos?
 Quem vai catar os cacos dos corações?
 Quem vai apagar as recordações?
 Quem vai secar cada gota
 De suor e sangue
 Cada gota de suor e sangue
 Cabô
 Ai ai ai ai ai ai ai ai
 Ai ai ai ai ai ai ai ai
 Ô Neide, ô Neide, ô Neide
 Ai ai ai ai ai ai ai ai ai ai
 Ai ai ai ai ai ai ai ai
 Ô Neide, ô Neide, ô Neide
 Cabô

Luedji Luna³⁴

³⁴ Luna, 2017.

A música acima, de Luedji Luna, grande inspiração para esse trabalho, questiona precisamente sobre quem será o responsável por sanar as dores desses corpos, quando, nos exemplos dados, mães perdem seus filhos baleados em operações policiais nas favelas.

Objetificados, desumanizados, infantilizados, docilizados, muitas são as expressões que denunciam o tratamento conferido aos que estão na zona do não ser pelo projeto moderno colonial escravista e por formas atualizadas de desrespeito e extermínio. (Pires, 2018, p.67)

A partir dessas considerações, constatamos como é grave a construção do imaginário do corpo negro relacionado ao corpo criminoso, suspeito, como sinaliza o próprio Mbembe, uma "noção ficcional do inimigo" (2018, p. 17).

Quando pensamos no caso da Kathlen Romeu, como já dito, uma jovem negra de 24 anos, grávida de 3 meses, morta com um tiro de fuzil, no dia 08 de junho de 2021, no Complexo do Lins, nos perguntamos por que o caso da Kathlen não é uma exceção? De acordo com Mbembe, a lógica sofisticada sob o direito de matar acaba por legitimar tais mortes: no caso, de Kathlen, do seu bebê, de seus familiares e de seu noivo, mas também de toda uma população negra que vive a partir do medo produzido pelo racismo e pela necropolítica, como podemos ver no depoimento de Jackeline Oliveira, mãe de Kathlen, em matéria veiculada no G1³⁵, em 08/06/2022,

"Amanhã [nesta quarta-feira (8)] completa um ano que a minha filha foi assassinada pelo Estado, por policiais devidamente fardados e que deveriam representar a segurança. Mas, na verdade, eles representam o caos, o medo, a covardia, o genocídio, o racismo. Por conta de uma política de segurança falha, elitista, **eu não tenho mais a minha filha, eu não tenho mais o meu neto**, e nem vejo o Estado sequer se esforçar para fazer justiça por eles - e pela gente que ficou aqui".

Ainda na companhia de Mbembe (2019), vemos como é necessário reduzir o outro a nada, à zona do não ser e à não humanidade como diz Fanon, para que o trabalho da necropolítica possa se fazer.

Matar é, portanto, reduzir o outro e a si mesmo ao estatuto de pedaços de carne inertes, dispersos e reunidos com dificuldade antes do enterro. Nesse caso, trata-se de uma guerra corpo a corpo. Matar requer uma aproximação extrema com o corpo do inimigo. Para detonar a bomba, é preciso resolver a questão da distância, por meio do trabalho de proximidade e dissimulação. (p. 64)

Lembramos aqui o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel que, de acordo com matéria veiculada pelo Uol, no dia 01 de novembro de 2018, afirmou que suas orientações

³⁵<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/08/1-ano-sem-kathlen-romeu-saudade-sem-fim-diz-mae-da-jovem-gravida-morta-com-tiro-de-fuzil-disparado-por-pm-no-lins.ghtml>

para a polícia militar é chegar na favela e "mirar na cabecinha". Essa expressão é bem precisa e pode ser considerada uma exemplificação da teoria que aqui destaco. A intenção das forças do Estado é eliminar e exterminar o corpo negro. E é nessa lógica que a polícia opera nas favelas.

Quando pensamos nas várias formas de morte em vida das mulheres negras, como no sofrimento em vida da mãe de Kathlen, lembramos ainda Bento (2002), quando afirma que o racismo é um sistema de opressão que só permanece vivo por conta do

investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades sociais (Bento, 2002, p. 25).

Pensando nestas considerações de Bento, e olhando sob a lógica das mulheres negras, o medo, o sentimento de menos valia, as inseguranças em relação a si mesmo e ao futuro dos filhos, operam como mecanismos de morte em vida, causando intenso sofrimento.

Vale considerar o fato de que o povo preto, além de vítima de extermínio, é constantemente encarcerado, principalmente os homens jovens e pobres. Lembramos que o Brasil tem a terceira maior população carcerária mundial, sendo que, deste total, um pouco mais de 40% são presos provisórios, ou seja, que não foram julgados.

De acordo com o anuário Brasileiro de Segurança Pública, 66,7% das pessoas encarceradas em penitenciárias sucateadas e superlotadas no Brasil são negras (ou seja, pretas ou pardas). É indubitável pensar como o encarceramento, assim como afirma Davis (2018), se tornou uma política internacional de controle sobre os corpos negros, reforçando a sua criminalização e marginalização.

Segundo matéria veiculada pelo G1,

segundo o Anuário, as prisões no país estão se tornando, ano a ano, espaços destinados a um perfil populacional cada vez mais homogêneo. "No Brasil, se prende cada vez mais, mas, sobretudo, cada vez mais pessoas negras." (19/10/20)

É nesse contexto que podemos compreender que para além de matar corpos negros nas favelas, a frente de encarceramento também é uma forma de controle de corpos negros, mas também de produção de morte simbólica dos mesmos. Embora a maioria das pessoas encarceradas no Brasil sejam homens, tal encarceramento atinge em cheio a vida das mulheres negras, uma vez que os encarcerados são seus pais, irmãos, companheiros e filhos, deixando-as, muitas vezes, em situação de solidão, precariedade econômica e grande responsabilidade pela condução da educação e sustento dos filhos menores, além de, muitas vezes, terem que assumir as dívidas que ficaram pendentes e que são cobradas a elas. Isto sem mencionar os adolescentes em medida de privação de liberdade, também em sua maioria adolescentes pobres, pretos e pardos.

Desse modo, a mulher negra encontra-se ocupando um lugar de precariedade, na base da pirâmide social/brasileira. Por isso, a frase de Davis (2017) faz tanto sentido: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Estando na base, sua realidade de subalternidade se torna alvo de todas as condições de sobrevivência em uma sociedade essencialmente racista e machista.

Nesse contexto, é necessário considerarmos alguns pontos. O primeiro é perceber que, desde a escravidão a mulher negra foi considerada objeto sexual e desumanizada. Por contraste, a mulher branca foi sempre considerada frágil e sensível, devendo ser protegidas e sua honra preservada.

Ponderando sobre isto, afirma Sueli Carneiro (2002):

quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados (Carneiro, 2011, p.1).

As mulheres negras escravizadas tiveram seus corpos hipersexualizados e muitas vivenciaram o estupro colonial que, além de ser uma forma de violência, se tornou um dos maiores exemplos de como se construiu uma política de gestão dos corpos das mulheres negras que, além de serem mortas, podiam ser abusadas.

No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses sobre negras e indígenas está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e construções hierárquicas de gênero e raça presentes em nossa sociedade, configurando aquilo que Angela Gilliam define como ‘a grande teoria do esperma da formação nacional’, mediante o qual, segundo ela : 1) o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitada; 2) a desigualdade entre homem e mulher é erotizada; 3) a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada (Gilliam *apud* Carneiro, 2002, p.169).

É por isto que o “fazer morrer”, próprio do poder soberano, não diz respeito unicamente à morte no seu sentido biológico estrito, mas diz respeito também, lembrando Mbembe, às “matanças invisíveis”. Nas palavras de Franco,

o fazer morrer, nessa necropolítica não se esgota na aniquilação imediata da vida, no assassinato brutal, na execução sumária; Mbembe percebeu que é próprio das tecnologias necropolíticas gerir o sofrimento dos corpos, fragmentando a morte em uma miríade de pequenas mortes, um morrer a conta gotas, com o qual a dominação se intensifica e se perpetua (Franco, 2021, p. 42).

Reparemos que as categorias até agora apresentadas nesse trabalho, como interseccionalidade, necropolítica, racismo e sexismo, são fundamentais para uma ressignificação do conceito de feminicídio negro. Diante disso, é compreender como tais conceitos são convergentes com os gargalos que o racismo produz.

Franco (2021) ressalta que nessa lógica de gestão dos corpos há

uma verdadeira ‘economia política da violência’, relacionada com a formação de um mercado e, ao mesmo tempo, de uma rede de ‘serviços associados à produção da morte em todas as escalas’. (p.43-44)

É nesse contexto que há a consolidação da tecnologia de sofisticar e criar uma economia voltada para as mortes, englobando até a privatização das mortes, que podemos utilizar da análise da autora relacionando com alguns conceitos que aqui já foram trabalhados. Se não existisse uma política de gestão de corpos que operasse diretamente os corpos negros que são escolhidos para serem eliminados, não faria sentido pensar que a construção dessas amarras coloniais todas foram fruto de uma construção. Construção da noção de: raça, inimigo, colonialismo, negro, e finalmente de morte. Qual o conceito da morte? Já podemos perceber que ela não se resume “apenas” à morte biológica.

A partir de tais definições, podemos perceber que o lugar das mulheres negras acaba sendo construído nesse lugar de espiral de violências necropolíticas. É um processo gradual que se dá ao longo de suas narrativas, e que não se finda na sua morte biológica. A vida política não acaba. Mesmo que morta, ela não tem fim. Essa é uma característica marcante do racismo, assim como aconteceu com Marielle. Marcas nos corpos. Eternas. **Quais são nossas formas de morte em vida? Como forçamos a passagem para sobreviver e existir?**

Dito isso, se faz fundamental compreender, a partir do entendimento da influência do colonialismo na construção do racismo, como emerge um mecanismo de gestão dos corpos negros. Lembrando que o foco deste trabalho é discutir o lugar da mulher negra nessa política de gestão de corpos. Para isso, realizei um paralelo entre os corpos negros e os corpos não-negros, a partir de uma perspectiva racializada. Nesse momento, discutiremos o eixo de gênero vinculado e atravessado pelo âmbito racial, quando pensamos em mulheres negras e mulheres brancas.

Assim, sinalizo que há uma significativa discrepância entre o lugar das mulheres na sociedade. Segundo Carneiro (2018), enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto, mulheres negras lutavam para sobreviver. Ainda que posteriormente as mulheres negras adquirissem o direito ao voto, as frentes de reivindicações marcam como o eixo racial carrega

diferentes pautas de lutas. O existir dessas mulheres partem de pontos distintos e racialmente atravessados por um mesmo modelo político: o racismo. A lógica que opera no corpo da mulher branca, enquanto detentora de privilégios, é o de manutenção do racismo. Enquanto isso, o corpo da mulher negra é representado por símbolos de violência massiva sob suas vidas mortificadas.

Portanto, é útil falar em racismo genderizado (Essed, 1991, p. 30) para se referir à opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero. (Kilomba, 2019, p. 99)

O racismo genderizado contempla e conecta toda essa discussão principalmente quando se observa o eixo de vivências e narrativas. As pautas de vidas trazidas pelas mulheres negras carregam um caráter histórico e político. Efetivamente, o papel da mulher negra na sociedade é frágil e violento.

Nesse sentido, a construção dos estereótipos das mulheres negras advém de um imaginário fomentado pelo colonialismo que reforça todo o ideário de que o corpo negro precisa ser, como Carneiro (2002) afirma, coisificado, animalizado, hipersexualizado, criminalizado e marginalizado. A mulher negra, assim como todos os corpos negros, é colocada desde a construção da noção de raça a partir do colonialismo, no lugar, ou melhor, no sub-lugar de desumanização.

Carneiro (2018) tem importantes reflexões sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Um dos pontos que julgo que seja fundamental para esse trabalho é falar como a mulher negra é colocada como parte do processo de mestiçagem (Munanga, 2019) quando na verdade essa “mistura” foi feita na lógica do estupro colonial. A partir dessa lógica, os estereótipos direcionados para as mulheres negras são de: quentes, viris, fortes, “antimusa” (Carneiro, 2018), entre outros. Assim, o

racismo não é falta de informação sobre a/o “Outra/o” - como acredita o senso comum-, mas sim a projeção branca de informações indesejável na/o “Outra/o” (Kilomba, 2019, p.117).

É diante desse contexto de projeção da branquitude sob a ótica dos corpos negros, que nós, mulheres negras, temos nossos corpos atravessados por múltiplas formas de opressão, dentro de uma perspectiva interseccional.

Ademais, entendendo a centralidade de tais conceitos, podemos perceber que as multifaces de opressões que as mulheres negras sofrem se tornam um alvo, objeto e “tiro certo”, quando pensamos no papel de estado. **Como se materializam essas matanças invisíveis colocadas por Mbembe (2018)?**

Quais são as formas de morte em vida das mulheres negras? Negando acesso a políticas públicas? Ser morta grávida? Retirar seus filhos para abrigo sem autorização? Violência obstétrica? Assédios sexuais sobre seus corpos? Não empregar essas mulheres no mercado de trabalho formal? Falar de seus cabelos? Ser seguida em lojas por seguranças? A solidão no âmbito afetivo por terem seus corpos sexualizados? Não estudando autoras negras? Matando ou desaparecendo com os corpos de seus filhos?

1.3 Mães pretas que perdem seus filhos mortos/desaparecidos ou grávidas: o feminicídio negro em curso

Muitos bebês negros e lindos
Sendo enterrados mal saem do útero.
Eu fico perplexa como a negritude-
Essa negritude santa
Essa negritude sagrada
Essa negritude abençoada-
Tornou-se uma sentença
Tornou-se uma ofensa
Um crime
Uma contravenção
Um delito.
E quando o sangue negro corre, isso é algo menor
Isso é coisa comum
Isso é algo que já se espera.
Quando o sangue negro corre,
o sistema não chora.

Upile Chisala³⁶

Começo esta seção pelo filme *M8- Quando a morte socorre a vida*, lançado no ano de 2021 na plataforma Netflix, na medida em que retrata e possibilita pensar as questões que estão sendo tratadas nesta dissertação.

Na primeira cena, o protagonista vivido por um jovem negro acadêmico em medicina, Maurício, observa dentro de uma sala de anatomia da faculdade, um "corpo" deitado, pronto para ser objeto de estudo e análise. Essa cena acaba sendo poética e metafórica, pois quando ele se depara com o corpo, é ele mesmo. Logo após, inferimos que se trata de um sonho. Será? Acredito que essa parte do filme retrata de forma potente como nós, enquanto corpos negros, sabemos que a qualquer momento podemos ser mortos e eliminados, e nos encontrarmos naquela situação. É o retrato da vulnerabilidade na qual estamos enquadrados.

³⁶ Chisala, 2020, p.23.

E por que seleciono esse filme, dentre tantos outros possíveis, para servir como fio condutor das análises feitas nesta seção? A história de Maurício é uma história forte, bastante plausível e que ilustra muito bem as situações vividas por pessoas pretas, bem como as situações que aqui queremos pensar.

O primeiro ponto a ressaltar é que Maurício faz faculdade de medicina, um curso tradicionalmente considerado nobre, no qual pretos e periféricos têm uma imensa dificuldade de acesso. Para além disso, ele é o único aluno negro da sala. Mas não só isso, os corpos na aula de anatomia são corpos negros, assim como ele. As únicas pessoas negras nesse contexto são ele, os funcionários dos serviços gerais e os corpos da aula de anatomia. Aliás, no primeiro dia de aula, um colega acha que ele é funcionário.

Por ser um jovem negro e periférico, o deslocamento pela cidade é um fato real, e também um analisador. Ele enfrenta o sistema de mobilidade urbana, que é falho. Em seu retorno da faculdade para casa, ele passa por uma manifestação de mães pretas, pedindo por justiça pela morte e desaparecimento de seus filhos.

Quando refletimos sob essa ótica, Franco (2021) afirma como é estratégico para um estado necropolítico fazer desaparecer corpos negros. Mas a pergunta que tenho feito é: será que a necropolítica se restringe ao ato de matar e fazer desaparecer corpos negros? O meu entendimento é que não, que nesta lógica faça parte também mortificar as vidas de mulheres negras.

No decorrer das aulas de anatomia, um corpo específico que está sendo estudado se comunica com Maurício, abrindo os olhos. Ele estabelece uma conexão com aquele corpo por algum motivo. O motivo é ser negro. No retorno em uma dessas aulas, Maurício cruza novamente com a manifestação do movimento de mães. Mas, dessa vez, o olhar de uma mãe cruza o seu, especialmente.

Mais uma vez, Maurício cruza com a manifestação das mães pretas em busca de justiça para seus filhos, seja para encontrá-los, seja pela forma brutal com que foram assassinados. Só que, dessa vez, Maurício está a pé, o que faz com que ele possa conversar com uma das mães. Ela lhe entrega um folheto informativo, pedindo ajuda. Assim que chega em casa, ele busca informações na internet e compreende o teor dessas manifestações que são, em sua maioria, para encontrar corpos de meninos pretos desaparecidos.

O enredo principal do filme se dá na identificação de Maurício com aqueles meninos mortos e/ou desaparecidos, ele poderia ser um desses meninos. Na verdade, enquanto estiver vivo, ainda pode. A discussão do genocídio da juventude negra no filme se desdobra

principalmente sobre o protagonismo das mães na luta pela garantia de direitos. Muitas, tanto no filme, quanto na realidade, lutam incessantemente até o fim, para que a justiça seja feita.

Em síntese, o filme discute a mortalidade dos corpos negros e dos sentimentos das mulheres negras que têm parentesco com eles, na maioria, suas mães. Apresenta importantes questionamentos sobre as mortes de meninos e jovens negros, e como essas mortes são sentidas e direcionadas também às mulheres negras.

É possível estabelecer relações entre o arcabouço teórico mobilizado nesta pesquisa com a narrativa trazida no filme, mostrando o impacto das mortes ou desaparecimento dos filhos crianças, adolescentes e jovens na vida das mulheres negras, constituindo o sofrimento pela perda dos filhos em uma forma devastadora de “morte-em-vida”. Tais ocorrências assinalam e demarcam quais vidas devem morrer e, portanto, não têm o direito à vida garantido, mas também assinalam quais vidas estão expostas à morte, ou seja, devem viver morrendo.

Também é importante assinalar o modo como o racismo afeta a subjetividade negra, sua afetividade. Neste sentido, o filme é um retrato fiel, mostrando como um corpo negro é considerado desimportante, literalmente. Aquele corpo, na aula de anatomia, se apresentava não apenas como destituído de vida, mas destituído de humanidade: não tinham nome, não tinha história, não tinha podido ser velado e, finalmente, não tinha podido ser enterrado com dignidade. Descobriu-se, ao final do filme, que o corpo identificado como M8 era um dos filhos das mães que os estavam procurando e pedindo justiça.

De acordo com o Dossiê *Devir-negro: a leitura de Achille Mbembe no Brasil*(2018),

a necropolítica, como política de morte, sustenta-se na dimensão da racialização, mas a extrapola, na medida em que a condição subalterna reservada aos negros, pouco a pouco, se amplia e aponta para o devir-negro do mundo. Uma crítica da razão negra se faz portanto necessária, pois o neoliberalismo, como face atual e devastadora do capitalismo, produz desempregados, indivíduos descartáveis, favelados, refugiados, imigrantes...toda uma horda de seres matáveis, expostos à morte (Rodrigues; Aires, 2018, p. 17).

Constatamos, então, como a construção de um mundo capitalista operando com a lógica neoliberal conta com a produção de corpos que são permissíveis para serem eliminados. Ou seja, para existir na lógica em que vivemos, corpos expostos à morte fazem parte, estratégica e sistematicamente, desse projeto político de extermínio.

Voltando ao foco de nossa pesquisa: **o que faz com que mulheres negras sejam mortas em vida todos os dias? Sejam com seus filhos sendo mortos, desaparecidos ou aprisionados? Sendo estupradas? Não tendo acesso a políticas públicas? Não tendo espaço no mercado formal de trabalho? Não sendo escolhidas amorosamente? Sendo mortas grávidas? O que provoca e justifica tantas mortes em vida?**

Como já dito, o começo do meu mestrado, em plena pandemia da covid-19 e na vigência de um governo de extrema direita, foi impactante e rodeado de situações que me possibilitaram pensar sobre racismo e políticas públicas, na medida em que

o acúmulo da ausência de políticas públicas e serviços em determinadas localidades produz, enquanto projeto político, os espaços vazios de direitos e plenos de riscos à ordem. Na matriz da guerra ao inimigo e das políticas de morte, a cidade “é um mundo cortado em dois”, como dizia Frantz Fanon, cujas fronteiras, ainda que “sem intervalos”, são mantidas pela militarização crescente da vida e do cotidiano (Teles, 2018, p. 27).

Quando pensamos no feminicídio negro como um processo que se dá ao longo de toda a vida, precisamos reconhecer a vivência e as lutas das mães negras marcadas pela dor,

tem uma dor constante que marca as mulheres pretas no cotidiano – a dor diante de uma perda. E, nesse jogo cruel do racismo, quem perde mais? Quem está perdendo seus filhos e filhas? Todos pretos. Todas pretas. A resposta tá estampada nos dados oficiais sobre o aumento do genocídio da juventude preta. Dororidade (Piedade, 2017, p.18).

Essa dor vivida pelas mulheres negras, configura uma vida/morte baseada mais em perdas do que qualquer outro aspecto. É uma relação tão profunda com tantas discussões que reflito também o quanto dessa dor conta também com a invisibilização de suas narrativas, que é sistemática e histórica. Ou seja,

a sombra que obscurece essa complexa tradição intelectual das mulheres negras não é nem acidental nem benigna. Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização. A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras- tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam (Collins, 2019, p. 32).

É perceptível que a construção de uma sociedade estruturalmente racista conta com o silenciamento de determinados corpos. As mulheres negras ficam inseridas num *looping* de silenciamento, no qual sua narrativa não é vista, sob a ótica da branquitude, como um conhecimento válido. Mas o que representa a produção de conhecimento das mulheres negras? É fundamental que pensemos que narrativas e experiências contam e materializam saberes que precisam ser valorizados. Os inúmeros depoimentos de mães pretas denotam de forma precisa diversas questões relacionadas à memória que são potentes em seu discurso. O que isso quer dizer? A lógica de produção de silenciamento produz segredos, como diria Kilomba (2019),

“Segredos como a escravização”. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo” (p. 41).

Como escritoras/es e acadêmicas/os negras/os, estamos transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro. Essa transformação é refletida em nossos discursos. Quando produzimos conhecimento argumenta bell hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. E ao ouvir nossos discursos, pode-se também ouvir a dor e a emoção contidas em sua precariedade: a precariedade, ela argumente, de ainda sermos excluídas/os de lugares aos quais acabamos de “chegar”, mas dificilmente podemos “ficar” (Kilomba, 2019, p. 59).

Dito isso, pensar nessa construção de conhecimento que é feita também a partir da luta e da dor, como Kilomba (2019) afirma que o ato de precarizar corpos negros, conforme preconiza Franco (2021), faz com que nossas narrativas sejam resultado de lutas que são anteriores. Por isso, a importância da ancestralidade para a população preta.

Outro ponto fundamental quando pensamos na dor das mães pretas é o fato de como o racismo produz necessidades que, na verdade, são instrumentos de sua lógica. Desde muito cedo, ouvimos que não podemos sair de casa sem documento de identidade, temos que estar minimamente “arrumadas” dentro de uma lógica ocidental, é claro, para que nossas probabilidades de retorno para casa sejam consolidadas. Diante de tantos exemplos, até mesmo com o caso do menino João Pedro, menino de 14 anos que foi morto dentro de casa no Complexo do Salgueiro, no Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 2020, bem no início da pandemia de Covid-19, no qual os policiais desapareceram com seu corpo durante 17 horas.

Nesse sentido, a discussão que Mbembe (2018) traz acerca da “proliferação dos espaços de violência”, onde corpos negros são territórios considerados legítimos de produção de morte, faz com que todas as estratégias de sobrevivência que façamos, sejam falhas. Não que não sejam válidas, mas se a estrutura está condicionada ao extermínio de nossos corpos, qual a nossa saída? Acaso? Sorte? É difícil afirmar. Entretanto fundamental apontar que, com a lógica da criminalização dos corpos negros, pouco adianta a roupa que vestimos, ou se estamos carregando um guarda-chuva, a lógica modifica “fantasiosamente” nosso existir. Tal fato atinge não só nossas vidas, mas principalmente a gestão de nossas mortes.

Vejamos reportagem do G1, intitulada *Furadeira, guarda-chuva e até saco de pipoca: casos de mortos após terem objetos confundidos com arma se arrastam há anos na Justiça*³⁷:

³⁷ Por Lília Teles, Anita Prado e Adriana Cruz, RJ2

11/01/2023 19h24

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/11/furadeira-guarda-chuva-e-ate-saco-de-pipoca-casos-de-mortos-apos-terem-objetos-confundidos-com-arma-se-arrastam-ha-anos-na-justica.ghtml>

Furadeira, guarda-chuva, macaco hidráulico, pedaço de pau e até um saquinho de pipoca que eram carregados por moradores foram confundidos com armas de fogo, e inocentes acabaram perdendo a vida por um erro cometido por policiais. Como se não bastasse a dor da perda, as famílias enfrentam também a impunidade.

Quantas mães pretas perderam seus filhos em operações policiais durante a pandemia de Covid-19? Ainda que tentemos procurar dados acerca do quantitativo de mães que já perderam seus filhos em operações policiais, o que por si não é tarefa simples, existe ainda a possibilidade de subnotificação, fazendo com que os números apresentados não sejam fidedignos.

O que vimos na pandemia foi a face mais brutal da privatização dos sistemas de fazer morrer. Seja nas subnotificações dos casos de Covid-19, seja no processo de intensificação do sucateamento dos serviços públicos, seja em relação à violência policial.

Um dos muitos casos tristes é o de Mirtes, mãe do pequeno Miguel. Mulher preta, empregada doméstica, no dia 02 de junho de 2020 levou seu filho para o trabalho numa terça-feira por estar sem aulas na creche devido às medidas de quarentena para reduzir o contágio de Covid-19³⁸. Mirtes seguia trabalhando, mesmo no período de pandemia, e pediu para que sua patroa olhasse Miguel enquanto ia passear com o cachorro dos patrões.

Miguel, de apenas cinco anos, caiu do 9º andar do prédio, assim perdendo sua vida. Em uma matéria no jornal “Brasil de Fato” (2021), Mirtes afirma que “Perdi meu filho para o racismo”. O quanto dessa frase diz sobre tudo que tem sido discutido aqui?

Mirtes consegue resumir de forma precisa o que opera na sociedade brasileira. Quantas mães pretas mais precisarão chorar a morte de seus filhos?

O quanto dessa dor permanente denota a “guerra silenciosa” (Mbembe, 2018) que vivenciamos em nosso cotidiano? O quanto desse silêncio acaba sendo um barulho ensurdecedor? O quanto da produção desse silêncio sobre respostas, sobre direitos acaba sendo a maior materialização das “matanças invisíveis” (Mbembe, 2018)?

É importante ressaltar que, na maior parte dos casos envolvendo a morte e/ou desaparecimentos dos corpos negros, seus familiares se deparam com a demora na resposta do Estado. Será essa demora mais uma estratégia? Segundo Vianna e Farias (2011), essa demora configura um “luto continuado” (p.94), pois não há um término do luto e isso gera angústia e a permanência da lógica do medo.

³⁸Caso Miguel: a queda de menino do 9º andar que levou à condenação da patroa da mãe dele por abandono de incapaz.

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml>

Como lembra Butler (2004), o luto não é algo franqueado a todos e, em diversas situações, pratear os mortos publicamente significa desafiar limites poucos relevantes. (p. 94)

Cabe aqui perguntar por que determinadas mortes não gerarem comoção, pelo menos não ao ponto de ocasionar mudanças importantes na sociedade? Para nos ajudar a pensar sobre isto, lembro Gonzalez (2020) e suas categorias analíticas de “racismo por omissão” e “neurose cultural brasileira”.

Para Gonzalez (1980), a neurose cultural brasileira diz respeito à forma como os brasileiros buscam se enxergar como brancos, ou manifestam o desejo de serem brancos, sendo que esta neurose se relaciona ao mito da democracia racial. Vemos isto também em Fanon (2008) quando afirma que o único destino do ser negro é ser branco. Numa realidade cruel como a nossa para os corpos negros, como não desejar os privilégios da branquitude? Tendo como o principal o direito à vida?

Assim, como diz Gonzalez (2020), a “neurose cultural brasileira” acaba se relacionando ao “racismo por omissão”. Se sujeitos negros acreditam que são brancos, as manifestações reais do racismo são omitidas e mascaradas, mesmo que, quando tiramos a máscara do racismo, ela pareça tão real, violenta e mortificante.

Talvez estas reflexões de Gonzales nos ajudem a entender melhor porque determinadas mortes não gerarem comoção. Se temos uma parcela da população que acredita que não é negra, mesmo sendo, as mortes que ocorrem, nessa lógica são ao acaso e não intencionais. Quando se racializa o debate, tudo muda de percepção. Repararam?

A violência psíquica oriunda do racismo e da lógica necropolítica provoca traumas, mas principalmente uma sensação constante de medo e ameaça. Desse modo, pensando sob a ótica das mães pretas que perdem seus filhos mortos e/ou desaparecidos, refletimos:

O racismo se torna um fantasma, assombrando-nos noite e dia. Um fantasma branco. Vivê-lo é tão excessivo e intolerável para a organização psíquica, que a violência do racismo assombra o sujeito negro de maneiras que outros eventos não o fazem. É uma estranha possessão que retorna, de maneira intrusiva, como conhecimento fragmentado. Somos assombradas/os por memórias e experiências que causaram uma dor desumanizante, uma dor da qual se tem pressa de fugir (Kilomba, 2019, p. 219).

Dessa forma, o racismo se torna não só um fantasma aos seus corpos, mas principalmente uma sentença. Sentença de que a vida de seus filhos não tem valor e nem mesmo direito ao luto, uma vez que, segundo Vianna e Farias (2011), o luto continuado, sem fim, se torna uma reprodução incessante do poder necropolítico sobre os corpos negros. As histórias de negligência do Estado se tornam regra.

Pensando sob o eixo dos desaparecimentos, muitos deles desaparecimentos forçados, lembramos Franco (2021), quando afirma que não tendo corpo, não tem crime.

A relevância dos movimentos de mães, suas lutas por memória, justiça e reivindicação de humanidade, é o movimento de inflexão dessas mães que percebem que a vida de seus filhos e suas vidas são “precarizadas”.

As “mães” tornadas protagonistas políticas, capazes de englobar simbolicamente todos os outros ativistas do mesmo movimento, sejam familiares ou não de vítimas, homens ou mulheres, falam, assim, de uma insurgência política definida em estreitas conexões com as construções – sempre em processo - de gênero (Vianna, Farias, 2011, p. 93).

Os processos de desumanização das mães pretas iniciam antes da morte biológica ou desaparecimento de seus filhos. A lógica do fazer morrer e fazer desaparecer corpos negros é a materialização do que Mbembe (2018) chama das formas sofisticadas de matar corpos negros. **Pergunto novamente: por que será que a morte de corpos negros, que é cotidiana e sistemática, não gera comoção?** O racismo estrutural conta com a morte de nossos corpos, conta com o derramamento do nosso sangue para se fortalecer. E as mães pretas? Vivem em um *looping* de desumanização.

As favelas e periferias pobres das grandes cidades, territórios habitados majoritariamente por negros, são historicamente precarizados e se tornam alvos dos “mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte”. Os “campos”, ou poderíamos dizer as favelas, não seriam o resultado do mau funcionamento do Estado, mas antes de um projeto necropolítico. Enquanto objeto, o ser negro é a economia ficcional de ausência e invisibilização. (Teles, 2018, p. 28)

Poderia dissertar por páginas e horas acerca de exemplos de crianças pretas que tiveram seus corpos mortos e/ou desaparecidos por ações policiais. Poderia exemplificar inúmeros depoimentos de mães pretas sobre as perdas de seus filhos. Levaria anos, décadas. Não é um fato isolado. Pelo contrário, a lógica da vida “matável” opera sob os nossos corpos historicamente. Desde a escravização é “permissível” que nossos filhos sejam vendidos, escravizados. Esses efeitos que o colonialismo reproduz até atualmente, só reforça a lógica do feminicídio negro que opera cotidianamente em corpos-territórios específicos. Dessa forma, utilizo apenas um depoimento de Rafaela e de seu pai Neilton, em uma entrevista feita pelo Jornal Extra, mãe do menino João Pedro para ilustrar e corroborar o que estamos desenhando aqui:

A polícia chegou lá de uma maneira tão cruel, atirando, jogando granada, sem ao menos perguntar quem era. E eu entendo que se eles conhecessem a índole do meu filho, quem era meu filho, eles não fariam isso. Porque meu filho é um estudante, o meu filho é um servo de Deus. A vida do meu filho era a casa, igreja, escola e joga no

celular. Era isso. Foi para isso que eu estava criando ele. Mas, infelizmente, 41 interromperam o sonho do meu filho. Quero dizer, senhor governador, que a sua polícia não matou só um jovem de 14 anos com sonho, com projetos, querendo ser alguém na vida. A sua polícia matou uma família completa. Matou um pai, uma mãe, matou uma irmã e, principalmente, o João Pedro. Foi isso que a sua polícia fez com a minha vida. (Extra, 19/05/2020.)

Mbembe (2018) afirma que a lógica do terror produz uma sensação de guerra permanente. Ou seja, a sensação de medo, cristalizado nos corpos das mulheres negras, fazem com que elas não se desvinculam jamais do luto de seus filhos, sendo um processo contínuo, cíclico e mortificante.

Como já dito, no dia 06 de maio de 2021 aconteceu uma chacina na favela do Jacarezinho³⁹, zona norte do município do Rio de Janeiro, matando 28 pessoas pretas. Isso pode servir de exemplo para pensarmos como as mortes impactam diretamente ao território-corpo, mas também território físico. Essa chacina foi a maior na história do Rio de Janeiro e impactou diretamente no território. Pensar no que aconteceu em 2021 foi mais uma forma de como as mulheres negras, mães dessas pessoas mortas, vivem na lógica do terror. Essa lógica que é estratégica, acaba adquirindo um caráter de que nos territórios favelados e periféricos é permitido o massacre. Com consentimento, sendo justificável, pois faz parte de uma lógica necropolítica. Infelizmente os pontos se encontram.

Nesse projeto político de extermínio de corpos, é “aceitável” matar 28 corpos à queima-roupa. Ou seja, as dores das mães, parentes seriam parte estruturante desse projeto. Retomando as considerações de Butler (2015), a vida das mães pretas não seria considerada vidas passíveis de luto, não causando nenhuma comoção, mas gerando alívio, inclusive.

A centralidade dos movimentos de mães no âmbito político é reforçada. É sob a minha ótica uma forma de “escrivência”, como afirma Evaristo (2013), mas também uma forma de “aquilombamento”. Mesmo que muitas vezes o Estado se demonstre ausente propositadamente, essas mães clamam não só pela vida de seus filhos, mas também por suas vidas, que são diariamente ceifadas.

Essas mães pretas perdem suas vidas em vida, quando perdem o acesso ao sistema de seguridade social, que não viabiliza o acesso às políticas sociais, quando lhe são negadas o direito à cidadania, quando não são consideradas humanas, mulheres. “E eu não sou uma mulher?”⁴⁰ Onde estão os direitos dessas mães? Podemos ver ao longo desse capítulo como o ato de fazer desaparecer corpos, desqualificar as mortes e desaparecimento dos filhos das

³⁹ Mais informações da chacina nas páginas oficiais do LabJaca.

⁴⁰ Truth, 1851.

mulheres negras, mas também, o ato de tirar suas vidas e não as permitirem sentir e vivenciar o luto de suas perdas, mas também o luto da sua vida perdida para a morte em vida.

Sabe o que as unem? Um conceito bem cunhado por Piedade (2017), a Dororidade é:

o caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta. (Piedade, 2017, p.16)

Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Contudo, quando se trata de nós, mulheres pretas, tem um agravo nessa dor. A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a carne preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados... (Piedade, 2017, p.17).

É importante a identificação de quais dores são comuns entre as mulheres negras, quais lutas as unem, para que o femicídio negro em curso seja combatido. Crianças e adolescentes negros são cotidianamente mortos. Suas mães por sua vez perdem a vida quando perdem seus filhos. A materialização da “morte em vida” e das “matanças invisíveis”, como afirma Mbembe (2018), vem na lógica do racismo e da necropolítica. Suas vidas, portanto, como denomina Butler (2015), são “vidas matáveis”.

Muitos homens e mulheres da cor da terra
Excluídos
E com corpos
Quebrados
E sangrando.
Negros e suplicando
Negros e quase não mais respirando.

Muitas pessoas de pele cor de mel
Batidas
E queimadas
E machucadas
E reprimidas.

Muitas crianças de melanina indo para a cama
Mais cedo em caixas apertadas,
Playgrounds e igrejas
Tornando-se cemitérios e túmulos.

Upsile Chisala⁴¹

Quais são os corpos permissíveis de serem mortos? O quanto de viver com medo é estar vivo? O medo se torna a morte. A morte em vida. Uma pilha de corpos negros assim retrata o filme M8. Corpos de milhares de pessoas negras que têm nome. Quando perdem sua

⁴¹ Chisala, 2020, p.22.

vida biológica, seus familiares, amigos, mães, perdem a vida. Mães pretas que afirmam que “tiraram meu direito de ser mãe” (Vianna; Farias, 2011). Nos é negada a humanidade, mas também o luto, a maternidade, o amor, a vida. O feminicídio negro na sua face mais cruel. Finalizo esse capítulo indagando: **Quais seriam as nossas formas de resistência? Quais são nossas manifestações culturais de reivindicar a vida em vida?**

Para todas as mães que tiveram seus filhos desaparecidos/mortos pelo Estado e pela
lógica colonial.

Para todas as mulheres negras que são mortas em vida quando não são reconhecidas
em sua essência detentoras da humanidade.

Nomes de pessoas negras mortas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro, seja em confronto, balas perdidas, chacinas e operações policiais. A maioria fica entre os 3 aos 40 anos de idade. O ponto de partida para esses nomes é a chacina de Acari no ano de 1990.

Luiz Antônio de Souza Ferreira da Silva, Thiago Santiago da Silva, Estevão Freitas de Souza, João Victor Gomes da Rocha, Leônidas de Oliveira, Emily Victoria da Silva, Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, João Pedro Matos Pinto, Jenifer, Kauan, Kauã, Kauê, Ágatha, Kethellen, Miguel Otávio, Matheus Oliveira, Paulo Roberto Pinho, Jhonata de Oliveira, Afonso Maurício, Cristian Soares, Caio Daniel, João Batista, Matheus Melo, Anderson de Oliveira, Paulo Roberto de Oliveira, Marcelo Cândido de Jesus, Valdevino Miguel de Almeida, “Gambazinho”, Leandro Santos da Conceição, Paulo José da Silva, Marcos Antônio Alves da Silva, Luiz Henrique da Silva Euzébio, Viviane Rocha, Cristiane Souza Leite, Wudson de Souza, Wallace do Nascimento, Antônio Carlos da Silva, Edson de Souza, Rosana Lima de Souza, Moisés dos Santos Cruz, Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, Edio do Nascimento, Wilton Júnior, Wesley Rodrigues, Roberto de Souza Penha, Cleiton Corrêa de Souza, Carlos Eduardo Silva de Souza, Bruno Brasil, Caio da Silva Figueiredo, Carlos Ivan Avelino da Costa Júnior, Cleiton da Silva Freitas Lima, Diogo Barbosa Gomes, Evandro da Silva Santos, Francisco Fabio Dias Araújo Chaves, Guilherme de Aquino Simões, Isaac Pinheiro de Oliveira, John Jefferson Mendes Rufino da Silva, Jonas do Carmo Santos, Jonathan Araújo da Silva, Luiz Augusto Oliveira de Farias, Marcio da Silva Bezerra, Marlon Santana de Araújo, Matheus Gomes dos Santos, Mauricio Ferreira da Silva, Natan Oliveira de Almeida, Omar Pereira da Silva, Pablo Araújo

de Mello, Pedro Donato de Sant'Ana, Ray Barreiros de Araújo, Richard Gabriel da Silva Ferreira, Rodrigo Paula de Barros, Romulo Oliveira Lucio, Toni da Conceição, Wagner Luiz de Magalhães Fagundes, Juan Davi, Rafaelly, Luiz Henrique, Maria Eduarda, João Pedro, Maria Eduarda, Bryan, Maria Júlia, Ester, Lucas Cauã, Lohan Samuel, Djalma, Eloah Passos, Helóisa, Ana Tayssa, Thiago, Kaio Sousa, dentre tantas crianças negras que são produto dessa máquina necropolítica.

2 GESTÃO DA VIDA E CORPOS DETERMINADOS PARA SEREM EXPOSTOS À MORTE: FEMINICÍDIO NEGRO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

2.1 Manifestações de poder de cor, raça e gênero: Luedji Luna

Uanga
 O amor é coisa que moí muximba
 E depois o mesmo que faz curar
 O amor é coisa que moí muximba
 E depois o mesmo que faz curar
 O amor é coisa que moí muximba
 E depois o mesmo que faz curar
 O amor é coisa que moí muximba
 E depois o mesmo que faz curar
 O amor é coisa que moí muximba
 E depois o mesmo que faz curar
 O amor é coisa que moí muximba
 E depois o mesmo que faz curar

Luedji Luna⁴²

O presente capítulo tem como objetivo trazer como referência a obra de Luedji Luna e como ela pode servir de inspiração para compreender o que as mulheres negras artistas estão performando como forma de vida em vida, como forma de fuga e estratégia para essa vida marcada por mortes. Considerando tal fato, procuro pensar como a indagação “E eu não sou uma mulher?” (Truth, 1851) toma centralidade como categoria analítica para examinar o fato de a vida das mulheres negras serem marcadas pelas formas de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018).

Busco, assim, analisar as produções culturais de mulheres negras como formas de performar e se apropriar da vida-em-vida, com a intenção de provocar reflexões a partir da inspiração da escrita de Fanon (2008): Eu quero ser uma mulher, eu sou uma mulher, sendo assim, mais uma forma de vida-em-vida.

Diante do exposto, busco, como pesquisadora, um caminho que me permita pensar como as mulheres negras artistas estão performando suas narrativas, reivindicando formas de vida-em-vida.

Acredito que as produções culturais, tais como o álbum de Luedji Luna, podem ser valiosos caminhos de esperança para essas vidas, em vida. A minha proposta aqui, nesta dissertação, é quebrar o silêncio. Sinalizo como minha escrita está sendo construída a partir de produções culturais artísticas e como tais produções vem contribuindo com o meu objetivo de

⁴² Luna, 2020.

uma estética de texto própria. Portanto, é importante observá-las e perceber como elas estão sendo elementos constitutivos do corpo deste trabalho.

Figura 3- Luedji Luna



Fonte: Google.

Diante disso, preciso apresentá-los a Luedji Luna e seu álbum visual *Bom mesmo é estar debaixo d'água* (2020). Luedji Luna é uma mulher preta, baiana, cantora, compositora, nascida no dia 25 de maio de 1987. Sua carreira é marcada por uma construção poética de música preta, muitas vezes vinculada a algum elemento da natureza e, principalmente, fala muito sobre a sua própria vivência como mulher negra na sociedade.

O trabalho de Luedji Luna destaca-se no cenário artístico atual por lançar mão da intersecção de novos meios e suportes, desestabilizando estruturas fechadas em si e hierárquicas. Graduada em Direito pela União Metropolitana de Educação e Cultura – UNIME (2012), a artista optou por não atuar nos contextos de sua formação acadêmica. Investe então em sua carreira musical e inicia aulas de canto na Escola Baiana de Canto Popular. (Silva *et al*, 2022, p. 67)

A trajetória de Luedji Luna como artista emerge da sua vontade de fazer arte a partir de suas músicas. Luedji tem em sua construção musical a presença da “escrevivência” (Evaristo, 2020). Por isso,

escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Evaristo, 2020, p. 30).

A dimensão íntima de sua construção musical se ancora em sua experiência e vivência como uma mulher negra. Uma vez que ela se coloca no cenário musical com álbuns que falam sobre suas vivências e narrativas, ela desenha sua carreira a partir da escrevivência, o que é um ato de aquilombamento e de resistência. O que significa uma mulher negra artista produzindo

música sobre suas vivências em uma sociedade que está estrategicamente pronta para silenciar tais narrativas? É resistir.

A produção artística de Luedji Luna é amalgamada também às suas vivências, à sua inserção em um mundo racista. A arte de (con)fundir escrita e vivência ampliada e debatida pelo conceito de Escrivência (Evaristo, 2020) reflete sua obra: “É impossível ter a nossa arte, a nossa escrita, a nossa produção intelectual, não atravessada pela experiência individual e coletiva ao mesmo tempo” (Luna, 2021). (Silva *et al.*, 2022, p.72)

Vale ressaltar que, mesmo sendo relativamente recente, este álbum tem possibilitado inúmeras análises e interpretações, como reconhecer sua originalidade, quando mescla sensações de conforto, calma, tristeza e medo. O álbum *Bom mesmo é estar debaixo d'água* pode ser considerado uma forma de pertencimento à narrativa histórica de mulheres negras. Para além disso, tece críticas fundamentais quando pensamos em formas de combate e enfrentamento ao racismo.

Figura 4- Capa do álbum



Fonte: Spotify.

O álbum visual *Bom mesmo é estar debaixo d'água* foi lançado no dia 14 de outubro de 2020, sendo construído e produzido por pessoas negras, o que é fundamental para o álbum e também para os nossos propósitos nesta dissertação. **Qual o sentido de pessoas pretas produzirem culturalmente um produto que fala diretamente de negritude?**

O roteiro é de Luedji, escrito em uma viagem ao Quênia, e a direção foi feita por Joyce Prado, artista e ativista com forte atuação no debate sobre questões étnico-raciais e na luta antirracista a partir do audiovisual - como diretora, roteirista e produtora. Nas canções, o álbum visual traz participações de diversas artistas, pesquisadoras, escritoras e ativistas. A escolha de abordar essa produção sintoniza-se com nossos horizontes de enfatizar a potência das territorialidades e multiplicidades temporais articuladas na relação com o gênero audiovisual reconhecido como álbum visual. (Ferreira, 2022, pp.70-71)

Luedji traz um pioneirismo, quando constrói um álbum visual em um formato completamente inovador, trazendo à cena questões que atravessam mulheres negras em gerações. O fato de trazer diversas mulheres negras fundamentais para a construção de uma sociedade antirracista, como Conceição Evaristo, é um traço inovador em seu projeto.

Bom mesmo é estar debaixo d'água é construído pela poética de Luedji Luna a partir de suas performances e letras musicais em partilha com outros artistas, como Lande Onawale, Ravi Landin, François Muleka e Cidinha da Silva. A arte da cantora realiza releituras de canções e poemas de influentes vozes de mulheres negras que foram e são ativas na luta pelos direitos civis dos negros, em momentos anteriores e atuais. Nesse álbum visual, Nina Simone, Sojourner Truth, Conceição Evaristo e Tatiana Nascimento percorrem a poética intertextual de Luedji Luna, intensificando a sua proposta de reflexão sobre as vozes e os corpos negros alicerçados em temas como solidão, raiva, cura e amor (Silva *et al*, 2022, p.67).

O fato de Luedji trazer figuras que são fundamentais para a luta pela garantia dos direitos para as mulheres negras é a materialização da importância e relevância da ancestralidade. Entender, principalmente, que a luta da população negra é uma luta coletiva. Ubuntu. Sigamos.

Dito isso, indago: **como os corpos das artistas negras são atravessados pela lógica da necropolítica mas, mesmo assim, conseguem reivindicar a vida em vida?**

A seleção do álbum *Bom mesmo é estar embaixo d'água* (2020), lançado no intuito de discutir o lugar da mulher negra e como o afeto se torna transversal a sua existência, não foi sem motivos. Construído apenas por pessoas negras e protagonizado por Luedji Luna, o álbum foi gravado entre Brasil e África, na intenção de olhar também para a mulher negra diaspórica.

O álbum é marcado pelo elemento água. Nas religiões de matriz africana, água é um elemento sagrado e tem a ver com dois a maternidade e a serenidade. Não por acaso, Luedji está grávida no início do vídeo, mostrando principalmente o movimento das ondas e do mar. Mar esse que gera a vida do planeta.

Com o continuar do álbum, na terceira música, aparece Luedji andando pelas ruas de Salvador, com um vestido vermelho. As cenas seguintes são dela interagindo com as pessoas nas ruas, sorrindo, dançando. A grande provocação é pensar a cena que sucede: ela entra no banheiro e começa a chorar. Acredito que esse seja um ponto a refletir.

É importante ressaltar que o presente capítulo procura desenvolver uma reflexão sobre a relação existente entre corpos de mulheres negras passíveis de serem mortos e o fato de não serem amadas. Dentro dessa lógica, os corpos das mulheres negras, como afirma hooks (2021), não são passíveis de amor. hooks (2021) mostra como a estrutura de uma sociedade racista produz o ódio ao corpo negro.

Entretanto, podemos compreender que o álbum de Luedji Luna é um caminho de reivindicação do amor. Em vários momentos, nas músicas, ela demonstra a importância de nos sentirmos amadas, escolhidas e desejadas, para além do estigma que carregamos. Na música "Ain't I a Woman?", Luedji canta a frase: " Eu sou a preta que tu come e não assume." Esse verso carrega em si diversos aspectos acerca do corpo da mulher negra, e o principal deles é a

hipersexualização que acaba sendo transversalizada pela coisificação, como afirma Carneiro (2011).

Os estereótipos que são direcionados aos corpos das mulheres negras advêm de uma lógica implementada desde a colonização portuguesa em território brasileiro. A sexualização dos corpos das escravizadas negras trouxe como parte estratégica, diversas dinâmicas que se perpetuam até hoje. O fato de as mulheres negras serem até hoje as principais vítimas de abuso sexual materializam exatamente o que estou afirmando aqui. Com a frase: "Eu sou a preta que tu come e não assume", Luedji fala sobre a hipersexualização do corpo e da solidão da mulher negra.

Diante desse prisma, discutir sobre essa solidão se relaciona intrinsecamente com o debate do amor. Em seguida, a partir das cenas de Luedji caminhando pelas ruas do carnaval de Salvador, feliz e dançando, se sucede uma cena que é central para o álbum. Ou seja, assim que se distancia das ruas, ela entra no banheiro e chora, cena que diz muito sobre como a solidão é presente e real aos corpos das mulheres negras.

Neste sentido, o álbum se torna um cruzamento, tal como a interseccionalidade para Akotirene (2019), de dimensões que compõem a vivência de uma mulher negra. Ao longo do álbum, podemos perceber a centralidade do mar, que traz imagens próximas de um oceano que conta histórias. Quando penso naquele mar, penso no Atlântico Negro para Gilroy (2012) e como o mar tem um significado e tanto para a população negra que o teve como um lugar de mortificação quando os escravizados foram traficados dos países africanos.

A partir disso, quando penso sobre esse eixo, reflito acerca de uma frase proferida por Beatriz Nascimento (s.d.): "Eu sou atlântica!", demonstrando como a nossa identidade negra é construída com base nessa reflexão. Luedji utiliza do mar não somente como afago, mas também como divino.

Na parte final do álbum, aparece um espelho, que diz muito sobre o autoamor que hooks (2021) tanto afirma.

Figura 5- Parte do álbum Luedji Luna



No momento em que Luedji reflete a sua imagem no espelho, com seu vestido vermelho e gestante, as referências sobre o autoamor para hooks (2021) se tornam presentes. O que representa uma mulher negra se amando?

O fato de refletir sobre o amor preto, isto é, afrocentrado, a partir do momento em que você ama o que você vê no espelho, você ama um semelhante e isso é um ato de resistência numa sociedade que nasce com a política de que devemos nos odiar enquanto corpos negros. Abrangendo esse debate de maneira mais genérica, isso só piora. Pensando o conceito da neurose cultural brasileira e racismo por omissão, já abordados nessa dissertação, a partir do momento que não nos reconhecemos como corpos negros, e desejamos ser brancos, o racismo se expressa em formas sutis.

O álbum mostra a importância de mulheres negras contarem sua própria história. O conceito de epistemicídio, ressaltado por Carneiro (2005), é relevante quando pensamos nisso. A partir do momento em que somos silenciadas e, de certa maneira apagadas, que é uma forma de morte em vida no âmbito da produção de conhecimento, tudo que produzimos acaba não sendo válido.

Entretanto, quando um álbum como *Bom mesmo é estar debaixo d'água* ganha a 22ª. edição do Grammy Latino, na categoria de Melhor Álbum de Música Popular Brasileira, ele se torna um instrumento de resistência e luta, principalmente abordando tais temas. Esse prêmio não é simbólico: ele é uma forma de reivindicar uma sociedade antirracista, uma forma de ter a sua voz ouvida e reivindicar a vida, em vida.

O mar é uma forma de reivindicar a vida. Além disso, Luedji também conta a participação e relevância dos rituais e das figuras das religiões de matriz africana para a população negra. Uma das maiores referências disso são suas vestimentas vermelhas, cor que

vincula a falange dos exus, mas também seus gestos, entre outros aspectos, que remetem a imagem das pombas gira.

A centralidade da religiosidade também é uma forma de reivindicar o amor, a vida e a afetividade. É o lugar familiar. Lugar íntimo. Lugar principalmente para reverenciar a ancestralidade, que é um dos eixos principais deste álbum. De onde vem a nossa força? Dos saberes que nossos ancestrais nos deixaram.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (Carneiro, 2003, p.2)

Diante disso, é importante que tenhamos em mente como os efeitos do colonialismo perpetuam uma lógica de antagonizar os corpos das mulheres negras. Por isso, Luedji Luna discute em suas músicas também esse lugar em que a sociedade brasileira coloca a mulher preta.

Figura 6 - Parte do álbum visual de Luedji Luna



Pensando sob a ótica do “racismo por omissão” e da “neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 2020), é indubitável pensar que quando se desracializa o debate, há a invalidação das narrativas trazidas por corpos racializados. O que isso quer dizer? O álbum de Luedji Luna traz reflexões sobre a solidão da mulher negra como já foi citado. **Será o corpo da mulher negra um corpo passível de amor?**

A partir da lógica necropolítica, com base estruturalmente no racismo, quando é vendido o ideal de que “todos nós somos iguais”, se descredibiliza a narrativa de que corpos negros são alvo. Isso se materializa no álbum de forma inversamente proporcional, pois quando pensamos

na afetividade direcionada ao corpo da mulher negra, a falta e a ausência tal como a vida, ou a morte em vida, é palpável e real.

O caminho que Luedji Luna realiza se dá a partir de seu corpo performático, demonstrando que nossas narrativas são marcadas sim pela dor, como já diria Piedade (2017), mas não se restringe a ela, pois reivindica o amor, a vida, a arte. Por isso, compreendo *Bom mesmo estar debaixo d'água* como a expressão poética do sentir da mulher negra. Posiciono-me enquanto uma, para dizer que meu primeiro contato com o álbum me trouxe questões da minha própria experiência enquanto corpo negro nessa lógica colonial em que vivemos. O fato de nossos corpos não serem considerados humanos é afirmado por Luedji Luna a todo momento. Principalmente com o protagonismo de seu corpo, da natureza, da poética, da limpidez da água e das sensações.

Durante a passagem das faixas observa-se a mudança dos cenários que se desdobram no Brasil, mais especificamente em São Paulo e em Salvador, capital da Bahia. As vozes, bem como os corpos das múltiplas existências de mulheres negras, se inscrevem nas narrativas e conduzem o leitor e o ouvinte a participarem da grande celebração e da reflexão sobre os afetos. Luedji Luna destaca que: “A água é um elemento ligado às emoções e a Oxum. O álbum visual carrega referências sobre minha religião e meu entendimento enquanto mulher negra. Bom mesmo é estar debaixo d'água é uma reflexão sobre afetividade de mulheres negras.” (Luna, 2020, s/p.) (Silva *et al*, 2022, p.73)

Quando refletimos sobre a afetividade de mulheres negras, a maior referência é a obra de hooks (2021). Falar de amor, afeto, carinho, autoamor, é compreender quais são as construções que transversalizam esse debate quando o racializamos. Luedji Luna narra a importância de questionarmos o significado do amor e, por isso, vejamos o que hooks (2021) afirma:

Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os afro-americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (p.1)

A discussão que hooks traz à tona nessa citação reflete muito do que Luedji Luna nos mostra em seu álbum. Essas feridas que temos enquanto população negra são da esfera colonial. É resquício, mas também estrutura de todo um sistema que inviabiliza o ato de amar os nossos corpos. Vale refletir que não se trata “apenas” do caminho de amarmos o outro, mas também a nós mesmos. Fanon (2008) retrata de forma concisa como a branquitude produz um ideal de ódio aos corpos negros no âmbito psíquico, o que faz com que tudo que seja vinculado aos

ideais de belo e amável seja relacionado à branquitude e tudo que se opõe a isso seja considerado desviante.

Por isso, quando Luedji Luna trata do autoamor da mulher negra, é fundamental pensarmos que, se vivemos em uma sociedade que constrói um ideal de que nossos corpos não foram feitos para serem amados por ninguém, e nem por nós mesmos, a existência do seu álbum como forma de reivindicar o amor seja também a forma de expressar o grito da vida. O clamor pela vida vivível. É uma forma de suplicar pelo autoamor: “Quando podemos nos ver como realmente somos, e nos aceitamos, construímos os fundamentos necessários para o amor próprio” (hooks, 2021, p. 83).

Nessa perspectiva, hooks (2002) ressalta que o nosso entrave na arte de amar vem a partir do contexto de colonização e escravização dos nossos corpos. Essa política de controle de nossos corpos, segundo hooks (2002), concorre para que tenhamos emoções reprimidas, tal como nossas vidas, contribuindo assim para “manter certas barreiras emocionais” (p.2). Por isso, é importante entendermos que

quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (*Idem*, p. 9)

O álbum de Luedji Luna nos mostra a importância de reivindicar e entender a força desse amor. Podemos, assim, nos curar e ultrapassar determinadas feridas coloniais. A vida em vida. Como diz hooks (2021), o amor é uma ação e o ato de mulheres negras conseguirem amar a si próprias é revolucionário.

A partir dessa breve análise, pergunto: “Por acaso eu não sou uma mulher?”. Parafraseando Fanon (2008), eu quero ser uma mulher. Eu quero ter direito à humanidade. Eu quero ser, como Luedji Luna (2017) afirma, a minha própria embarcação, e não meu corpo traficado e vendido.

Ainda assim eu me levanto

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.
Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.

Como a lua e como o sol no céu,
 Com a certeza da onda no mar,
 Como a esperança emergindo na desgraça,
 Assim eu vou me levantar.
 Você não queria me ver quebrada?
 Cabeça curvada e olhos para o chão?
 Ombros caídos como as lágrimas,
 Minh'alma enfraquecida pela solidão?
 Meu orgulho o ofende?
 Tenho certeza que sim
 Porque eu rio como quem possui
 Ouros escondidos em mim.
 Pode me atirar palavras afiadas,
 Dilacerar-me com seu olhar,
 Você pode me matar em nome do ódio,
 Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.
 Minha sensualidade incomoda?
 Será que você se pergunta
 Porquê eu danço como se tivesse
 Um diamante onde as coxas se juntam?
 Da favela, da humilhação imposta pela cor
 Eu me levanto
 De um passado enraizado na dor
 Eu me levanto
 Sou um oceano negro, profundo na fé,
 Crescendo e expandindo-se como a maré.
 Deixando para trás noites de terror e atrocidade
 Eu me levanto
 Em direção a um novo dia de intensa claridade
 Eu me levanto
 Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
 Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
 E assim, eu me levanto
 Eu me levanto
 Eu me levanto.

(Angelou, 2014, s/p.)

2.2 Mulheres negras escrevendo sua própria história. Luedji Luna, Sojourner Truth, Conceição Evaristo, Nina Simone.

Ain't I a Woman?

Você vai me pagar
 Oh se vai
 Vou lhe rogar uma praga
 Vou lhe fazer um feitiço
 Jogar teu nome na lama
 Eu juro você vai me pagar
 Cada lágrima que eu chorei
 Eu guardei só pra te dar
 E você vai beber no inferno
 No inferno

Você vai me pagar
 Oh se vai
 Vou lhe rogar uma praga
 Vou lhe fazer um feitiço
 Jogar teu nome na lama
 Eu juro você vai me pagar
 Cada lágrima que eu chorei
 Eu guardei só pra te dar
 E você vai beber no inferno
 No inferno
 Eu sou a preta que tu come e não assume
 E não é questão de ciúmes
 Tampouco de fé
 Por acaso eu não sou uma mulher?
 Por acaso eu não sou uma mulher?
 Por acaso eu não sou uma mulher?
 Luedji Luna

Nesse sub item do capítulo 3, dou continuidade à análise do álbum de Luedji Luna *Bom mesmo é estar debaixo d'água*, lançado no ano de 2020, que traz importantes reflexões acerca do lugar da mulher negra na sociedade, com a participação de Conceição Evaristo no álbum e referências de Soujenir Truth e Nina Simone. Busco realizar aproximações com os autores/as que já foram expostos/as anteriormente, com a intenção de evidenciar interlocuções potentes entre as produções culturais produzidas por pessoas negras e a reflexão teórico/acadêmica. Neste sentido, as aproximações feitas me permitem pensar que o mundo artístico/político pode ser a grande relação propositiva da vida-em-vida. Seja Luedji Luna pela arte, ou Marielle Franco pela política, suas escrituras narram a possibilidade de uma reinvidicação da vida-em-vida de mulheres negras. A partir disso, uso um trecho da música de Luedji Luna do álbum *Um corpo no mundo*, lançado no ano de 2017, da música de mesmo nome, para servir de fio de inspiração para a continuidade deste trabalho:

Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
 Tem cor, tem corte
 E a história do meu lugar, ô
 Eu sou a minha própria embarcação
 Sou minha própria sorte⁴³

Inicialmente, apresento Sojourner Truth, Nina Simone e Conceição Evaristo, todas ativistas dos direitos humanos para a população negra, cada uma em seu tempo histórico e realidade, mas as três tratam de temas que são transversais e comuns para a realidade de uma mulher negra. Daí a importância destas intelectuais, artistas e ativistas para o álbum de Luedji Luna.

⁴³ Luedji Luna, *Um corpo no mundo*, YB Music, 2017.

Eunice Kathleen Waymon, mais conhecida como Nina Simone foi uma cantora mundialmente famosa. Foi pianista, cantora e uma importante ativista dos direitos dos negros nos Estados Unidos. Teve sua carreira marcada por cantar jazz, blues e R&B. As suas músicas têm como base a temática racial, mas tratam também de amor, principalmente reivindicando a luta pelos direitos civis dos negros.

Soujourner Truth é considerada uma das pioneiras do feminismo negro no mundo, ao proferir seu discurso “E eu não sou uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, nos EUA.

Sojourner Truth é o nome e a identidade adotados pela escravizada nascida por volta de 1797, a quem os senhores chamavam de “Isabella” e cujo o sobrenome era, pelo costume, o mesmo de seu “proprietário”. Mulher, escravizada, iletrada:, mesmo no degrau mais baixo da pirâmide social, Sojourner Truth tornou-se uma força transformadora em prol do direito das mulheres e dos negros. (vide orelha, 2020)
A primeira escravizada a conseguir a condenação de um senhor de escravos. Uma vida de provações e resistência, narrada no livro que impulsionou as lutas pelos direitos dos negros e das mulheres (vide contracapa, 2020)

O protagonismo de Soujourner Truth tem papel central na construção do feminismo negro, mas também na luta pelos direitos civis. Um discurso que ressoa de forma atemporal na vida das mulheres negras em todo o mundo.

Por fim, Conceição Evaristo. Nascida em Belo Horizonte, no estado brasileiro de Minas Gerais, Conceição é uma das maiores figuras da literatura brasileira. Mulher negra, escritora, linguista, Evaristo é referência no campo literário, revolucionando o espaço das mulheres negras na literatura.

Essas três mulheres são selecionadas por Luedji Luna de forma estratégica. Já pudemos perceber que trazem, em suas vivências, narrativas similares em prol dos direitos dos negros, seja pela escrita, pela música, pelo ativismo político, dimensões essas que muitas vezes estão se cruzando em nossas narrativas. Seria uma forma de interseccionalidade adaptada, tal qual aponta Akotirene (2019)? Pensar no cruzamento político das vivências e narrativas de mulheres negras é entender que independente da sua inserção, estar vivo é um ato político e de resistência.

Acredito que esse seja um dos mais importantes e mobilizadores itens dessa dissertação. Em seu álbum, Luedji Luna mobiliza três mulheres negras que são referências fundamentais para compreendermos os processos de desumanização que a mulher negra sofre historicamente. No entanto, acredito que um dos grandes norteadores desse item e também desse cruzamento é o discurso proferido por Soujourner Truth, que trago abaixo, na íntegra, na certeza de que ele tem uma grande relevância tanto para o álbum de Luedji Luna, como, principalmente, para a luta das mulheres negras.

Em seu discurso, Truth traz diversos aspectos relativos às vivências das mulheres negras no mundo. O que nos choca e, ao mesmo tempo, não nos surpreende, é o fato de seu discurso ser tão atual e verossímil. Quando ela questiona “E eu não sou uma mulher?”, ela está questionando o porquê, enquanto mulher negra, não ser considerada humana ou digna de humanidade, portanto, não ter a garantia de seus direitos.

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negrões) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. (Truth, 1851)

Tal reflexão nos leva diretamente às considerações de Fanon (2008) sobre a zona do não-ser - zona onde a humanidade dos corpos negros é negada. Assim, o discurso de Truth, aop mesmo tempo em que denuncia o lugar enquanto escravizada, também afirma seu ativismo, sendo considerada uma das pioneiras do feminismo negro no mundo.

Em seu álbum, Luedji Luna “constrói uma rede em torno das mulheres (...) Mulheres negras têm seus textos citados e cantados no álbum visual” (Ferreira, 2022, p. 81). Essa rede construída por Luedji Luna não é tecida apenas pelas três mulheres que selecionei analisar nesse trabalho, mas também por outras importantes figuras como Pomba Gira, Tatiana Nascimento, entre outras. É uma rede sólida de materialização da “escrevivência”. Mulheres negras narrando suas histórias vivendo atravessamentos em comum.

Lembro, aqui, o conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019), que nos ajuda a compreender como o cruzamento de gênero e raça foi/é responsável por produzir opressões e preconceitos direcionados aos corpos das mulheres negras. Luedji Luna, em seu álbum, traz à

cena o sofrimento e a desumanização causados pela hipersexualização do corpo da mulher negra quando, andando pelas ruas de Salvador com seu vestido vermelho, ela para e encosta em uma parede onde está pendurado um cartaz dizendo não à importunação sexual de mulheres. Essa cena retrata como as mulheres negras têm seus corpos objetificados, como diria Carneiro (2019).

Para isso, Luedji Luna canta a música de abertura desse item. Na frase, que já foi citada aqui anteriormente: “Eu sou a preta que tu come e não assume”, ela diz sobre alguns processos transversais às vivências de mulheres negras: hipersexualização, como já foi citado, mas também, solidão da mulher negra, amor e afetividade.

A música tem seu título inspirado no discurso de Sojourner Truth, observemos que:

intitulada *Ain't I a woman?*, composta por Luedji Luna e Ravi Landin, a canção referencia o discurso de Sojourner Truth, pronunciado em 1851, por ocasião da Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio, nos Estados Unidos, que questiona seu direito e validação de fala nos movimentos de busca da emancipação feminina, que inicialmente priorizava mulheres brancas. A letra da música ressalta a reação e revolta da mulher negra diante do racismo, desamor e rejeição e protagoniza revolta e busca por justiça, performando a figura da Pomba Gira, entidade espiritual da Umbanda e do Candomblé, que representa força e os instintos femininos ao extremo, que induz ação com força e convicção. (Silva *et al*, 2022, p.74)

Como a citação acima reforça, essa música tem como principal inspiração o discurso de Sojourner Truth. Assim como Luedji Luna, hooks (2019) lança um livro que também se inspira no discurso, reforçando o quanto ele é referência para o movimento feminista negro. Quando se questiona o silêncio produzido e direcionado para as mulheres negras, problematiza-se o fato do silenciamento também ser uma das amarras coloniais de mortificação de nossos corpos.

No álbum, assim como no discurso de Sojourner Truth, aparece a dimensão religiosa. Luedji Luna traz as referências que são específicas da colonização que aqui ocorreu, remetendo a dimensão das religiões de matriz africana que cultuam os orixás. Em seu álbum, identificam-se referências diretas à Pomba Gira, Iemanjá, Iansã, todas entidades femininas e ancestrais. Dessa forma,

a ancestralidade nos habita, nesse sentido, é preciso silenciarmos para que possamos ser ouvida e transformar. Pois, transformar também é compreender que "despertar para o amor só pode acontecer se nos desapegarmos da obsessão pelo poder e pela dominação. [...] Uma ética amorosa pressupõe que todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente" (hooks, 2020, p. 123).

É fundamental para Luna a cultuação ancestral. No final do álbum, tal fato se concretiza. O fio que nos liga eternamente, enquanto população negra, com nossos ancestrais, é saber que muitas pessoas morreram lutando para a garantia de nossos direitos. Marielle Franco, Malcom

X, Martin Luther King, Zumbi e Dandara dos Palmares, poderiam ser alguns para servirem de exemplo aqui. Ir contra o projeto necropolítico é um ato de respeito e preservação dos nossos ancestrais. Assim como assinala hooks (2020), cultivar nossos ancestrais é cultivar o amor. E Luna faz isso com maestria.

Para isso,

o tempo espiralar que reivindicamos a partir do gesto da encruzilhada nos permite ver que a palavra de Sojourner Truth, já recuperada por bell hooks, é agora convocada por Luedji Luna em seu processo de afirmação. Ela está ali reivindicando que as mulheres negras estão atravessadas pelo racismo e pelo patriarcado que, muitas vezes, negam a elas a possibilidade do amor e do próprio desejo. Estruturas que tentam colocar o corpo da mulher negra a serviço da estrutura racista, colonial e patriarcal. Por muito tempo esteve estabelecido, na sociedade brasileira, a estas mulheres os papéis da ama de leite – quando ela deixava de amamentar seus filhos para amamentar os dos senhores –, da criada da Casa-Grande ou ainda objeto dos abusos sexuais de homens brancos que retiravam delas o caráter de serem vistas enquanto pessoas. “E eu não sou uma mulher”, diz Luedji, como resposta ao tratamento dispensado de mercadoria. Mesmo que a pergunta tenha sido feita originariamente no século XVIII, nos Estados Unidos, ela volta para atuar neste Brasil de 2021 (Ferreira, 2022, p.84).

A reflexão feita pela citação acima só corrobora os argumentos que estão sendo tecidos ao longo deste trabalho. A sociedade brasileira produz desde a sua consolidação, feridas coloniais que estão incorporadas a uma estrutura racista. O álbum de Luna vem reforçar isso com foco nos corpos das mulheres negras, corpo esse que, como Mbembe (2018) afirma, é um corpo que é considerado mercadoria, tal qual era também na escravização.

Na continuidade do álbum, Luedji traz Conceição Evaristo recitando uma de suas mais famosas poesias. Vejamos:

A noite não adormece nos olhos das mulheres

Em memória de Beatriz Nascimento

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida

donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.

(Conceição Evaristo *In* Cadernos Negros, vol. 19.)

A poesia acima, aborda, em primeiro lugar, a memória de Beatriz Nascimento. Uma poesia que é escrita na memória de uma mulher negra, tem caráter político. Quando Evaristo (1990) fala sobre a noite não adormecer nos olhos das mulheres, ela se refere à permanência da noite, do medo, das violências, do perigo cristalizado na vida das mulheres negras. O movimento cíclico da violência que perdura, que não finda. A discussão feita por Evaristo (1990) fala sobre corpo também, o corpo das mulheres negras, nas quais a dor, assim como a “Dororidade” (Piedade, 2017), se faz presente a partir da desumanização.

A partir do reconhecimento da importância de Sojourner Truth, Conceição Evaristo, Nina Simone e da própria Luedji Luna, pode-se mostrar o poder da escrita e da fala de mulheres negras. Ou seja, a importância e a potência de mulheres negras estarem escrevendo sua própria história. hooks (2019) já diria:

Foi nesse mundo de conversas de mulher (os homens estavam por ora silenciosos, ora ausentes) que nasceu em mim um anseio de falar, de ter uma voz, e não qualquer voz, mas uma que pudesse ser identificada como pertencente a mim. Para construir a minha voz, eu tinha que falar, me ouvir falar- e falar foi o que eu fiz-, lançando-me pra dentro e pra fora de conversas e diálogos de gente grande, respondendo a perguntas que não eram dirigidas a mim, fazendo perguntas sem-fim, discursando. (hooks, 2019, p.32)

O ato de erguer a voz, como hooks (2019) sinaliza, é o ato de ter sua voz escutada, respeitada e viva. É o que Sojourner Truth, Conceição Evaristo, Nina Simone e a própria Luedji Luna representam: dar um basta no silêncio produzido pelo racismo, e seguir no caminho da descolonização.

Dentro dos círculos feministas, o silêncio é geralmente visto como o "discurso correto de feminilidade" machista - o sinal de submissão da mulher à autoridade patriarcal. (...)Suas vozes precisam ser ouvidas. Certamente, para as mulheres negras, nossa luta não tem sido para emergir do silêncio para a fala, mas para mudar a natureza e a direção da nossa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes, que seja ouvida. (hooks, 2019, p.33)

Podemos perceber que a escrita de mulheres negras é pautada numa vivência que é política. Os saberes ancestrais femininos, segundo Machado (2020), como já foram perceptíveis em todas as obras que aqui discutimos, é fundamental para a construção da nossa escrita política negra. Entendendo a centralidade de tal debate, é fundamental compreender que quando Luna traz à tona em seu álbum a reverência à ancestralidade, ela está cultuando os saberes produzidos por seus ancestrais, que dão escopo para o que somos, fazemos e produzimos hoje. Portanto, o ato de mulheres negras serem narradoras e escritoras de sua própria vivência é um ato de descolonização de saberes.

As mulheres negras estão mobilizadas desde sempre, mas esse protagonismo não era apontado, não era reconhecido. Se eu conto a história, por exemplo, de minha mãe, de minha tia e de outras mulheres negras que me antecederam, você vai ver que, a partir dos seus espaços de vida, essas mulheres se posicionam e sempre se posicionaram, de uma forma ou de outra. Se você for pensar na memória ancestral brasileira, por exemplo no candomblé, as grandes guardiãs foram as mulheres, as grandes mães-de-santo, as grandes cuidadoras de orixás são mulheres. Então me parece que essa movimentação, essa atuação, essa procura de formas defensivas, de formas de resistência e também de formas de ataque, as mulheres negras construíram isso ao longo dos séculos. E hoje esse protagonismo é reconhecido através da nossa própria imposição. De um modo geral, o que nós conquistamos não foi porque a sociedade resolveu nos abrir a porta. Foi porque realmente forçamos a passagem. (Evaristo, 2018, Entrevista cedida a revista Marie Claire)

A citação acima é uma das mais fortes quando pensamos na luta histórica pelos direitos das mulheres. Assim como Evaristo (2018) afirma, o fato de estarmos construindo nossa história, é um ato de enfrentamento ao projeto político de vida que a branquitude criou. O ato de descolonização se torna um estilo de viver, ou melhor sobreviver, numa estrutura tão violenta como a nossa sociedade. O fato de Luedji ganhar o Grammy Latino, Conceição ganhar o Prêmio Jabuti de 2015, entre outros destaques demonstram como a nossa vida é marcada por “forçar a passagem” (Evaristo, 2018). Por isso, a existência desse trabalho também é uma forma de encantamento e de forçar a passagem.

Assim como abordei no segundo capítulo, a construção de saberes ocidentais passou por um processo de construção tão sólido oriundo do colonialismo, que acabou por marginalizar os outros tipos de saberes. O reconhecimento e a ressignificação de que há racismo presente no âmbito do pensamento a partir das amarras coloniais faz com que seja necessário compreender que:

a descolonização dos sentidos implica na descolonização dos afetos, dos corpos e essa descolonização é perpassada pela descolonização do pensamento, descolonização epistemológica, pois o conhecimento fora usado, e continua, para nos inferiorizar, para nos desumanizar, para nos negar enquanto seres humanos e seres humanos que produzem conhecimento, cultura, seres que amam e merecem ser amados. (Machado, 2020, p. 34)

Finalizando, vejo o álbum *Bom mesmo é estar debaixo d'água* como uma materialização de "potencializar as existências" (Machado, 2020, p.35), mas, principalmente, de reconhecer como se constitui o existir de uma mulher negra em uma sociedade como a nossa. Os questionamentos trazidos por Luna comprovam como a estrutura necropolítica opera nos nossos corpos, nos matando em vida, como afirma Mbembe (2018).

Para isso,

quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. (...) Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os "Outras/os": Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam- controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2019, pp.33-34).

Nesse sentido, estamos aqui para quebrar as máscaras do silenciamento, colocar na nossa boca o direito de falar, de "erguer a voz" (hooks, 2019). Como Anzaldúa (1980) afirma que a escrita feminista se cruza com a politização da existência, o nosso existir é revolucionário.

Essa reflexão me leva muito a pensar que mesmo nos matando em vida, mesmo após nossas mais variadas formas de mortificação, não tem como findar nossos projetos. Marielle Franco é um exemplo disso. Sojourner Truth é um exemplo disso. Beatriz Nascimento é um exemplo disso. Nina Simone é um exemplo disso. Suas narrativas, suas vivências, suas obras, seus discursos, permanecem vivos. Eternizar quem somos, nossos ancestrais, é a nossa forma de não só reivindicar a vida, mas também nossa forma de encantamento para "forçar a passagem" (Evaristo, 2018). O ato de existir um álbum como o de Luedji Luna é mobilizar a dor, mas também o afeto, o amor e a escrevivência. Mesmo com tantas formas de mortificar quem somos enquanto mulheres negras, quanto mais contamos nossas histórias, mais memória ancestral construímos.

Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando suas próprias histórias não é uma interdição às pessoas brancas. É sobre nós. É sobre a importância de localizar saberes e fazer ciência partindo dos lugares de fala de intelectuais negras. Obrigada de coração às minhas orientandas. Jovens brilhantes, que ao trilharem a carreira acadêmica demonstram que a era de exceções, pela qual fui formada, começa a ruir. Obrigada também às pessoas, na maioria mulheres negras que, sabe-se lá como, forjaram tempo para uma terceira, quarta, quinta jornada de trabalho na nossa companhia porque confiam na gente (Xavier, 2019, pp. 82 e 83).

2.3 A reivindicação da vida-em-vida por mulheres negras

Não acredito em sorte. Acredito que tudo estava escrito.⁴⁴

Inicio esta última seção com uma frase de um dos meus filmes preferidos para a vida. *Queen and Slim* (2019) é um filme que tem sua narrativa desenhada a partir do protagonismo de uma mulher preta e retinta, na qual tem um primeiro encontro com um homem também preto retinto. Esse filme aborda temas centrais, como violência policial, necropolítica, debates sobre o amor preto, tudo sendo transversalizado pela perspectiva racial.

Nessa perspectiva, é importante sinalizar que tal filme é uma metáfora a um dos casais “criminosos” mais famosos da história mundial: Bonnie e Clyde. Essa metáfora se dá, pois os protagonistas pretos do filme ainda no início matam um policial branco depois de uma abordagem truculenta e coercitiva sob seus corpos. De forma resumida, o “Slim” mata o policial para não ser morto.

Desse modo, continuo o desenho desse capítulo para questionar o fato de a trajetória do corpo negro já ser marcado, *a priori*, pela sua mortificação em suas mais diversas e múltiplas faces de morte-em-vida. Isso faz com que a frase acima proferida pelo “Slim” seja fidedigna da realidade. O destino do corpo negro já está escrito sob a égide de um sistema racista que produz propositadamente, de forma a fazer parte de um projeto político colonialista e moderno, de elegeer corpos específicos para serem mortos.

Ainda sob a perspectiva do filme, pensar que eles passam o tempo todo fugindo da polícia pelo crime cometido nos faz questionar o quanto os corpos negros já são previamente criminalizados. Essa fuga dos protagonistas se torna simbólica para refletir como os corpos negros precisam sempre estar estrategicamente desviando do seu destino final. Indago a partir disso: **o quanto você foge para sobreviver? O quanto dessa fuga é vida? Essa fuga é uma forma de morte-em-vida?**

A partir dessa pequena introdução, ratifico aqui a principal manifestação cultural analisada neste trabalho: o álbum da Luedji Luna. Ele serviu de inspiração para perceber como há uma vida performática de mulheres negras que reconhecem, em sua história e narrativa, como as “matanças invisíveis” (Mbembe, 2018) se expressam em seu corpo. É importante para o presente trabalho perceber como o álbum referido traz inspiração no discurso de Soujourner Truth a se tratar da desumanização dos corpos das mulheres negras e como tal discurso acaba sendo transversal ao trabalho como um todo.

⁴⁴ Queen e Slim- Os Perseguidos, 2019.

Nesse sentido, se observarmos os elementos culturais trazidos nesse trabalho, desde poesias, filmes como o *M8- Quando a morte socorre a vida* e *Queen e Slim*, além do álbum visual *Bom mesmo é estar debaixo d'água*, podemos perceber como mulheres negras estão performando a arte.

Dessa forma, indago: **Qual o preço para fazer história? Qual o valor de ser imortal para a população negra?**

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida (Anzaldúa, 2000, p. 234).

Sob a lógica de Anzaldúa (2000), diante dessa perspectiva interseccional das multifaces da opressão, mulheres negras sobrevivendo é um ato de resistência. Mulheres negras fazendo arte é resistir, sobreviver, reivindicar.

A palavra arte vem do latim *ars* e corresponde ao termo grego *techne*, técnica, significando: o que é ordenado ou toda espécie de atividade humana submetida a regras. Em sentido lato, significa habilidade, destreza, agilidade. Em sentido estrito, instrumento, ofício, ciência. (UFJF,2012)

Diante de tal citação, é importante realizarmos um contraponto com a origem da palavra “arte” e em como a gente comumente enquanto sociedade a compreende. Na origem etimológica da palavra arte, ela é compreendida como um instrumento cristalizado pois é submetida a regras. Entretanto, no sentido social e ideológico, a arte é vista como um movimento de transgressão de regras, relacionado a liberdade e movimento, o que torna interessante pensar. A arte é um movimento intensamente marginalizado se não for sob o viés ocidental.

Pensando especificamente em arte negra, isso se desdobra na perspectiva histórica e política também. A arte negra, assim como a escrita e a construção da identidade negra, é marcada pela construção histórica das nossas narrativas, muito influenciada nos efeitos do colonialismo. Por isso, a arte negra tem um caráter, como aponta Machado (2020) de descolonização. Descolonização do conceito de arte, mas também descolonização dos saberes, do pensamento.

A arte é construída em um contexto extremamente privilegiado, fazendo assim parte de uma lógica colonial, europeia e embranquecida. Por isso, os saberes negros construídos no meio cultural foram e são amplamente marginalizados. Funk, rap, pagode, samba são alguns dos exemplos de como os movimentos culturais negros foram criminalizados historicamente. Ainda que esse cenário tenha mudado, a construção social da marginalização desses ritmos é

marcante principalmente na conquista de espaços no mundo mercadológico da música e de sua valorização. Para isso, é fundamental que ressignifiquemos não só a palavra arte, mas o que ela significa para a cultura negra.

As considerações tecidas na seção anterior descrevem bem como devemos “forçar a passagem” (Evaristo, 2018), no sentido de resistir e sobreviver. Vivemos, desde 2018, um governo que apostou na desmobilização e no desmonte do sistema cultural que é marcado por resistência. Por isso foi tão simbólico e representativo o que aconteceu no dia 1º de janeiro de 2023, por conta da posse do nosso atual presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Ao subir a rampa, acompanhado por toda a representatividade e diversidade da sociedade brasileira, teve a última pessoa a pegar e entregar a faixa para o presidente Lula uma mulher negra. É uma metáfora a tudo que vivemos nesses últimos e difíceis quatro anos. A primeira pessoa a morrer de Covid-19 no Brasil? Uma mulher negra, mãe.

Dessa forma, a arte com que fazemos com nossos corpos, enquanto mulheres negras, é criar uma nova lógica, um novo mundo, ou desver o mundo, um novo cosmos. Quando refletimos como as mulheres negras estão performando na arte a reivindicação da vida em vida, assim como Luedji Luna, podemos perceber que, na verdade, estão fazendo com que o caos desse mundo racista, colonizador, seja transformado e ressignificado num cosmos em que as mulheres negras possam ser protagonistas, deusas de suas próprias histórias.

O feminicídio negro é como uma fotografia, aquilo que é possível ver, enquadrado por um fotógrafo, o ato de fazer aparecer, mas também aquilo que não é capaz de ver ou desver, o ato de fazer desaparecer. Como já vimos ao longo do trabalho, o feminicídio negro é principalmente aquilo que é “invisível” e potencialmente “matável”.

Dessa forma, é imprescindível ressaltar que além de existirem mulheres negras que reivindicam a vida em vida, existem mulheres negras que mesmo tendo perdido suas vidas biológicas continuam entre nós, porque são sementes germinando todos os dias. Assim como Marielle Franco, Beatriz Nascimento, um grande exemplo dessa vivência política, que se transforma numa luta ancestral, é a figura de Elza Soares. Já discutia em sua carreira como a carne mais barata do mercado sempre foi a carne negra. A análise da obra de Elza daria bons estudos a se pensar como uma mulher negra em sua época já vivenciava o conceito, assim como afirma Machado (2020), de descolonização, mas também de encantamento.

faz-se necessário que nossas escritas, nossas pesquisas, nossas leituras estejam impregnados de vida, de axé, de luta, nossas teorias gritam, choram, dançam, flertam, seduzem, cantam e encantam... somos de corpo inteiro, nosso corpo fala, nossos textos

são escritas de nossos corpos, nossas pesquisas são tecidas por nossas próprias experiências e saberes...Escrevivências (Machado, 2020, p.36-37).

Assim como abro o capítulo, nessa lógica, as mulheres negras fazendo arte é desviar daquilo que estava escrito. O final fatal que sempre está escrito. A morte em vida. Mas como a vida em vida, a partir prioritariamente da construção de sonhos e acreditar no amor.

Assim como,

Eu digo a você hoje, meus amigos, que embora nós enfrentemos as dificuldades de hoje e amanhã. Eu ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença- nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais. E quando isto acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho spiritual negro: “Livre afinal, livre afinal. Agradeço a Deus todo-poderoso, nós somos livres afinal.” (King, 1963)

Diante do discurso mais importante do mundo sobre a luta dos direitos civis da população negra, acredito que seja mais simbólico ainda pensar como Martin Luther King narra sobre a construção dos sonhos. O sonho em ser livre é o sonho de ter uma vida vivível, tal como apontaria Butler (2015). O sonho descrito nesse trabalho é que as mulheres negras possam sonhar em vida. Para isso, esse:

despertar para o amor só pode acontecer se nos desapegarmos da obsessão pelo poder e pela dominação. (...)Uma ética amorosa pressupõe que todos têm o direito de ser livres, viver bem e plenamente. (hooks, 2020, p.123)

Esse despertar só pode ser por via do amor e da ética amorosa. Só teremos conquista a liberdade se pudermos vislumbrar a vida em vida. A lógica do feminicídio negro está inscrita e circunscrita em uma lógica e projeto oriundo do colonialismo, entretanto,

para encarar essas feridas, para curá-las, as pessoas negras progressistas e nossos aliados nessa luta devem estar comprometidos em realizar os esforços de intervir criticamente no mundo das imagens e transformá-lo, conferindo uma posição de destaque em nossos movimentos políticos de libertação e autodefinição. [...] a questão da raça e da representação não se restringe apenas a criticar o status quo. É também uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualista acerca do bom e do mau. (hooks, 2019, pp. 36-37).

Dessa forma, as feridas coloniais que são produzidas e são provocadas, colocam nossos corpos à margem da sociedade. Nesse prisma, forçar a passagem, desver o mundo, reivindicar a vida, ser passível de amor, ser um corpo arte, produzir arte, é entender que

Nesse sentido, a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um “espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p.149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. (...) A margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência (hooks, 1990). (Kilomba, p. 68, 2019)

Assim como a citação descreve, é importante perceber que esse lugar da margem como um lugar de resistência constrói aos corpos das mulheres negras a possibilidade de amar. Pois,

quando nos amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente. (hooks, 2022, p.4)

Os desafios para promover uma vida em vida para as mulheres negras são inúmeros. Por isso, o viés do amor acaba sendo um portal para a materialização dessa construção, entendendo que vivemos em um projeto político de extermínio de nossos corpos biológica ou simbolicamente. Isso faz com que sejam

grandes desafios da contemporaneidade: vislumbrar o não dito, recriar realidades deformadas e validar discursos silenciados. Para tanto, uma senda possível é a arte, pois ela amplia a lente e a dimensão da visão humana, além de sensibilizar por meio de recursos multissensoriais. Por isso, torna-se indispensável para a coletividade acessar produtos artísticos que discutam temas urgentes e necessários, como a falta de amor, que gera destruição, raiva, medo e aversão às diferenças. Cabe destacar que ao falar sobre um assunto tão caro para as mulheres negras – a capacidade de construir o amor próprio e o amor pelo outro –, cria-se um novo imaginário que estabelece valores iguais para todos os seres; uma força que, aos poucos e, sobretudo, respeitando as diferenças que tornam únicas cada pessoa em suas especificidades, pode ser capaz de produzir uma sociedade equânime. (Silva et al, 2022, p.71)

Retomando o debate de abertura do capítulo: **o quanto o destino das mulheres negras já está escrito? Como podemos efetivamente modificar as rotas e desenhar um caminho de reivindicação da vida?**

No filme *Queen and Slim* (2019), a metáfora de reivindicação da vida em vida, se exemplifica na cena em que eles param para dançar, ou quando param na estrada para andar a cavalo. São momentos de respiro. São momentos em que o ar não pesa, mesmo que vivamos em um constante medo. O filme retrata, assim como a obra de Luedji Luna, a importância da construção de legado. A população preta sabe que não é simbólico apenas. Os movimentos de resistência. Os movimentos de existir. Esses são a construção de legado, mas também da valorização da ancestralidade.

Marielle Franco, presente. Beatriz Nascimento, presente. Ágatha Félix, presente. Katleen Romeu, presente. Cláudia Silva Ferreira, presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a exposição aqui feita, a presente dissertação teve por objetivo realizar uma ressignificação do conceito de feminicídio negro, entendendo que as mortes das mulheres negras não ocorrem apenas no âmbito biológico, mas principalmente como um processo que se dá ao longo da vida, a partir das "matanças invisíveis" e da "morte em vida" para Mbembe (2018).

Para que esta problematização pudesse ser feita, o conceito de interseccionalidade, como trabalhado por Akotirene (2019) foi fundamental, pois é a partir do cruzamento das multifaces das opressões sofridas por mulheres negras que o feminicídio negro opera, compreendendo que estas opressões direcionadas aos corpos das mulheres negras tem raízes históricas.

Importante compreender que o feminicídio negro se coloca como um processo gradual e contínuo, vivido por mulheres negras, processo esse que faz parte de um projeto necropolítico de estado que entende que nossos corpos são escolhidos para serem mortos.

Para que estas reflexões pudessem ter lugar, trouxe à cena, em primeiro lugar, minhas principais implicações com a temática, sendo elas um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da minha graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2018. Busquei mostrar, a partir das minhas próprias vivências, como diferentes formas de morte em vida estiveram presentes na minha construção enquanto mulher e pesquisadora negra.

No capítulo 1, procurei analisar como, na minha trajetória, pouco tive referências de leituras de autoras/es negras/os, sendo este fato fundamental para que, nesta dissertação, elas/es estivessem mais próximos de mim. Sob essa perspectiva, os conceitos de epistemicídio e racismo epistêmico se revelaram fundamentais para compreender como a permanência da lógica colonial se expressa no silenciamento de autoras negras — o que considero uma forma de feminicídio negro. A partir do contato com essas categorias analíticas (epistemicídio e racismo epistêmico), a escolha dos caminhos teórico-metodológicos se apresentaram como uma maneira de contribuir para descolonizar a academia.

A partir disso, mobilizei reflexões acerca de como o colonialismo se constrói como uma ideologia para fazer parte de uma estrutura de um estado racista e de extermínio. Para isso, evidenciei como o conceito de humanidade é descolado da realidade dos corpos negros, que não são considerados humanos.

Diante dessa perspectiva, tive a intenção de dissertar sobre a relevância da expressão “morte-em-vida (Mbembe, 2018) para as análises que realizei. Essa convocação foi necessária

para perceber como as violências presentes nas vidas das mulheres negras constituem formas de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018). Visto isso, explicitarei as reflexões acerca dos silenciamentos das vozes de mulheres negras, considerando que tais silenciamentos acabaram por reproduzir a lógica colonial, matando-as em vida, tendo como exemplo o apagamento de suas produções intelectuais ou, até mesmo, a perda de sua vida biológica. A partir disso, foi indagado: **O que o conceito de morte-em-vida mobiliza quando pensamos no feminicídio negro? O que esse conceito permite ver e analisar?**

Conceitos como raça, colonialismo, racismo, humanidade foram fundamentais para empreender a resignificação do conceito de feminicídio negro, abrindo possibilidades para pensar o modo como o Estado promove a morte e/ou o desaparecimento dos corpos de crianças negras e seus efeitos na vida de mulheres negras que possuem algum grau de parentesco com as crianças mortas e/ou desaparecidas, em geral, suas mães. Para ajudar a pensar estas situações de sofrimento extremo, foi analisado o filme *M8- Quando a morte socorre a vida*, que serviu, não apenas para ilustrar o tema, mas também e principalmente, para possibilitar considerações sobre a luta das mães pretas por justiça.

O filme faz a discussão sobre a mortalidade dos corpos negros e as mulheres negras que têm parentesco com eles, na maioria, suas mães, como dissemos. Traz importantes questões a serem trabalhadas com foco em como há a mortificação em massa de meninos jovens negros e como essas mortes são sentidas e direcionadas também às mulheres negras. Procurei tecer relações entre o arcabouço teórico mobilizado nesta pesquisa com a narrativa trazida no filme, para refletir como tais mortes atravessam a vida daquelas mulheres e como se constituem novamente como uma forma de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018), principalmente demarcando quais vidas estão expostas à morte.

Para possibilitar maior densidade desta discussão, trouxe o pensamento de Butler (2018), principalmente no que se refere à indagação central de seu livro *Quando a vida é passível de luto?*, articulando os conceitos da autora, como “vida passível de luto” e a “precariedade da vida”, com a morte dessas crianças negras, reclamadas por suas mães. Foi importante pensar nas formas de “morte-em-vida” das mulheres negras que acabam perdendo sua vitalidade quando perdem um ente querido. Ainda nesse contexto, observei o que é considerado vida e quais vidas seriam importantes e, portanto, passíveis de luto.

Ainda nesse capítulo, convoquei a pergunta que percorre toda a dissertação “E eu não sou uma mulher?”, proferido pela ativista negra Sojourner Truth, que aborda a desumanização das mulheres negras, que se dá de forma histórica. Tive a intenção de relacioná-lo com o conceito de “morte-em-vida” (Mbembe, 2018), para investigar continuidades das

desumanizações, que são formas também de as mulheres negras perderem sua vida empírica, a partir de tais violências.

Constatada tal situação, envolvendo mortes biológicas e mortes em vida das mulheres negras, a partir de práticas históricas que se perpetuam no presente, era fundamental abrir caminhos para que a vida pudesse ter lugar. Encontrei, nas produções culturais de artistas negras, como Luedji Luna, um caminho para se construir vida em vida. Assim, a pergunta foi formulada: **Como as mulheres negras artistas estão performando suas narrativas reivindicando formas de vida-em-vida?**

Tomando como referência, e também como inspiração, o novo álbum visual *Bom mesmo é estar debaixo d'água*, lançado no ano de 2020, pela cantora Luedji Luna, produção que traz como motivação a obra artística de três mulheres negras: Nina Simone, Sojourner Truth e Conceição Evaristo, pretendi fazer uma análise interpretativa dessas produções culturais percebendo que elas fariam parte do meu trabalho como estética do meu texto e como nelas poderia encontrar possibilidades para uma narrativa negra voltada para a “vida-em-vida”

Nesse capítulo, procurei explorar ao máximo a centralidade do debate do amor, afetividade, espiritualidade, desumanização como centrais ao álbum de Luedji Luna, mas principalmente na vida de mulheres negras. Tive como referência Conceição Evaristo, Sojourner Truth e Nina Simone para discutir sobre as vivências das mulheres negras e como o processo de desumanização de seus corpos se torna um elemento central na morte em vida.

Para isso, convoquei o debate de hooks (2020) para pensar como o movimento de reivindicação do amor para a sua arte é um chamado para a vida em vida.

Sob essa lógica, refleti sobre como as artistas negras estão nesse caminho de forçar a passagem, como refletiu Evaristo (2018). Dessa forma, mobilizando como a arte negra é um elemento de resistência e de sobrevivência.

Finalmente, abro pavimento para uma continuidade da pesquisa no doutorado, devido às diversas possibilidades que esse trabalho me possibilita e me atravessa.

Retomando a centralidade da morte de Marielle Franco, para mim, é perceptível entender que sua morte não se resume ao dia 14 de março. **Quais foram as outras formas de morte em vida que atingiu seu corpo enquanto mulher negra?**

Existem inúmeras pontas que servem de possibilidades para caminhos futuros e fundamentais. Como já diria a filósofa negra Katiúcia Ribeiro: “O futuro é ancestral”.

Finalizo aqui então com nomes de mulheres pretas artistas que estão performando a partir de sua arte a reivindicação da vida em vida.

Larissa Luz, Liniker, Ludmilla, Majur, Zezé Motta, Elisa Lucinda, Conceição Evaristo, Sandra de Sá, Tais Araújo, Zezé Barbosa, Nyandra Fernandes, Lua Xavier, Cris Vianna, Dandara Mariana, Jessica Ellen, Erika Januza, Sheron Menezes, Luci Gonçalves, Ryane Leão, Nayo, Nina do Porte, Noêmia Oliveira, Verônica Bonfim, Bia Ferreira, Ingrid Silva, Luellen de Castro, Jenifer Nascimento, Dall Farra, Natalhão, Linn da Quebrada, Karol Conká, Marcelle Motta, Marina Íris, Amanda Amado, Agnes Nunes, Tássia Reis, Tati Quebra Barraco, Mc Carol de Niterói, Urias, Leci Brandão, Tereza Cristina, Panmela Castro, Luana Karoo, Rosana Paulino, Renata Felinto, Priscila Rezende, Jarid Arraes, Ana Paula Maia, Mel Duarte, Eliana Alves Cruz, Miriam Alves, Cristiane Sobral, Kenya Costta, Cidinha da Silva, Paula Pardón, Fernanda Sabot, Elizandra Souza, Kelvin Valentim, Ellen Oléria, Marvilla, MC Soffia, Mariah Nala, Léa Garcia, Negra Li, Cristiane Sobral, Lucy Ramos, Aisha Moura , Raquel Marinho, Margareth Menezes, Xênia França, Drik Barbosa, Nara Couto, Mart'nália, Preta Gil, Alcione, Gaby Amarantos, Karin Hills, Talma de Freitas, Aline Wirley, Luciana Mello, Dhi Ribeiro, Juliana Ribeiro, Manuela Rodrigues, Simone Moreno, Jamily, Talita Cipriano, Leilah Moreno, Vanessa Jackson, Daúde, Simone Cipriano, Suzete, Katia, Celinha Cipriano, Sueli Cipriano, Ókun, Jenyffer Nascimento, Anaya, Gênesis, Tawane Theodoro, Kimani, Luz Ribeiro, Tatiana Nascimento, Nega Fya, Ingrid Martins, Nyarai, Bell Puã, Matriarcak, Livia Nathalia, Lorena Pimenta, Giovanna Lunetta, Rachel Barros, dentre tantas outras artistas negras que continuam reivindicando nossa vida, em vida.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública**. Matéria do dia 19/10/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml> Acesso em: 24/10/2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANGELOU, M. “Ainda assim, eu me levanto”. Tr. Mauro Catopodis. *Vinte Cultura e Sociedade*, 15 de fevereiro de 2014. Disponível em: <Disponível em: <https://vinteculturaesociedade.wordpress.com/2014/02/15/still-rise-de-maya-angelou-em-duas-traducoes/> >. Acesso em 13 de janeiro de 2023.
» <https://vinteculturaesociedade.wordpress.com/2014/02/15/still-rise-de-maya-angelou-em-duas-traducoes/>

ANGELOU, Maya. **Maya Angelou**: “Ainda assim eu me levanto”. Portal Géledes. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, ano 8, 1º semestre de 2000, pp. 229-236.

ARAGÃO, Jorge. **Identidade**, Chorando estrelas, 1992.

Art Basel. **Grada Kilomba**. <https://www.artbasel.com/catalog/artwork/70287/Grada-Kilomba-Table-of-Goods>

Bartholomeu, Juliana. **Escrevivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ao pensamento Social Brasileiro**. Pensata: V.9/N.2 | DOSSIÊ, p.10).

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? / Judith Butler; tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

_____. **Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Volume 31, número1, janeiro/abril de 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias, 1ª edição- São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.

CULT. **Dossiê- Devir-negro: a leitura de Achille Mbembe no Brasil**. N. 240, 2018.

ETIMOLOGIA DA PALAVRA ARTE.

<https://www.ufjf.br/pensandobem/files/2012/03/texto-II-2012.pdf>

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Bertrand Brasil; 5ª edição, 2018.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: " O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu a porta, mas porque forçamos a passagem." Entrevista concedida a Kamille Viola. *Revista Marie Clarie*. Maio de 2018. <https://revistamarieclarie.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/05/conceicao-evaristo-o-que-nos-conquistamos-nao-foi-porque-sociedade-abriu-porta-mas-porque-forcamos-passage.html> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Orgs.). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVANGELISTA, Ana Paula. **Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. s/d. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil> Acesso em: 24/10/2023.

EVARISTO, Conceição. Poemas. **Revista Prosa Verso e Arte**. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/conceicao-evaristo-poemas/>

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: Mulheres, 2013.

FANON, Frantz. **Peles negras e máscaras brancas**. Renato da Silveira (Trad.)2008.

FERREIRA, Thiago Emanuel; de FARIAS, Daniel Oliveira. **Encruzilhadas da música: temporalidades e territorialidades no álbum visual Bom Mesmo É Estar Debaixo D'Água**. Dossiê Espessuras Temporais da Comunicação. Logos 58, volume 28, no 03, PPGCOM UERJ, 2021.

Fogo Cruzado. **Futuro exterminado**: a cada 4 dias um jovem é baleado no Rio. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapa-futuro-exterminado> Acesso em: 24/10/2023.

FOCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) / Michel Foucault; tradução de Maria Ermantina Galvão. – 2ª ed.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. – (Coleção obras de Michel Foucault)

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos**: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

G1, **Caso Miguel**: a queda de menino do 9º andar que levou à condenação da patroa da mãe dele por abandono de incapaz. 01/06/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-abandono-de-incapaz.ghtml> Acesso em: 24/10/2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980 In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. **Lugar de negro**. Coautoria com Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GRAMADO, Paulo. **Professora pode ter sido morta por racismo**. São Paulo, terça-feira, 31 de janeiro de 1995. Folha de São Paulo, Cotidiano.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>

GROSGOUEL, Grosfoguel. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016, páginas 25 a 49.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. / bell hooks; tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Vivendo de amor**. In: O Livro Saúde das Mulheres Negras; Nossos Passos Vem de Longe. Organização Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, 2002.

_____. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. / bell hooks; tradução Bhuvli Libiano. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**/ bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

Jornal Extra, **‘A polícia interrompeu o sonho do meu filho’ diz pai de jovem de 14 anos morto a tiro em casa durante operação em São Gonçalo**. 19 de maio de 2020, Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/a-policia-interrompeu-sonho-do-meu-filho-diz-pai-de-jovem-de-14-anos-morto-tiro-em-casa-durante-operacao-em-sao-goncalo-rv1-1-24434914.html> Acesso em: 11/03/2023.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação- Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira- 1ª edição- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUEDJI LUNA. Um corpo no mundo. São Paulo: YB Music, 2017.

LUNA, Luedji. **Bom mesmo é estar debaixo d'água.** (Álbum visual). Youtube, 2020. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Z7IPX61UdJ4&ab_channel=LuedjiLuna>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LUNA, Luedji. **O amor é fundamental para reconstrução da nossa humanidade.** Entrevistada: Luedji Luna. Entrevistadores: Marina Duarte de Souza, Isa Chedid e José Eduardo Bernardes. Rádio Brasil de Fato, 27 jul. 2021. Podcast. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/27/luedji-luna-oamor-e-fundamental-para-reconstrucao-da-nossa-humanidade#.Yaex6-kwq7Y>. whatsapp>. Acesso em: 22 jan. 2023.

_____. **Bom mesmo é estar debaixo d'água.** Nairóbi - São Paulo - Salvador / 2020.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Do epistemicídio:** as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. In: *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 10. n. 2 (2019), p. 167-194).

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia africana desde saberes ancestrais femininos: bordando perspectivas de descolonização do ser-tão que há em nós. **Revista ABPN**, v. 12, n. 31- janeiro – fevereiro de 2020, p. 27-47.

MACHADO, Marcela de Toledo Piza Costa. **Questões e reflexões acerca do feminicídio negro: a visão das ativistas.** 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. **Sair da grande noite.** Ensaios sobre a África descolonizada. São Paulo: N-1 edições, 2019.

_____. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1 edições, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-** usos e sentidos. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional *versus* identidade negra. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** um processo de racismo mascarado. Abdias Nascimento, - 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual:** possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. 488 p.

NEUMAM, Camila. **Negros têm 1,5 vezes mais chances de morrer por Covid-19 no Brasil, diz OCDE.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-tem-15-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-diz-ocde/> Acesso em: 24/10/2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos/** Eni Puccinelli Orlandi. – 6ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PENNAFORT, Roberta. **'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo', afirma Wilson Witzel.** Matéria do dia 01/11/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm> Acesso em: 24/10/2023.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Nós, 2017.

Possibilidade nos dias da destruição. 1. ed. São Paulo: Ed. Filhos da África, 2018.

RAMOS, Silvia. Rede de Observatórios da Segurança. **As polícias fluminenses escolheram o confronto e a letalidade como método.** 12/02/2021. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/as-policias-fluminenses-escolheram-o-confronto-e-a-letalidade-como-metodo/>

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu.** Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

Relacionamento Afrocentrado não é conto de fadas da Disney. **Portal Geledés.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/relacionamento-afrocentrado-nao-e-conto-de-fadas-da-disney/>

RIBEIRO, Djamila. **O que é:** lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017.

RODRIGUES, Cláudia Flores. Narrativas de si: estratégia de formação para (re) pensar a docência articulada ao processo de formação do sujeito. **Revista Poíesis**, v.8, n.1, janeiro a junho de 2010, pp. 172- 186.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir:** Uma perspectiva ético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade, v.1, n.2: 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduandos de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, setembro/fevereiro, 1993.

RONCOLATO, Murilo. A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil Disponível em <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

SANTANA, Tayrine; ZAPPAROLI, Alecsandra. **CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrivência serve também para as pessoas pensarem”.** Disponível em:

<https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> Acesso em: 24/10/2023.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Dossiê mulheres negras**: experiências, vivências e ativismos. Gênero, Niterói, v. 16, n.2, p 7-32, 2016.

SHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais**: tensões entre cor e amor. Salvador: UFBA, 2018.

_____. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA, Hanaliza Ferreira da; GUND, Ivana Teixeira Figueiredo; DIAS, Manuela Santos. **A Literatura fora de si**: escrevivências, vozes e corpos potentes de mulheres negras em Bom mesmo é estar debaixo d’água, de Luedji Luna. Missangas: Estudos em literatura e linguística, ano 3, no 4, pp. 65-83, janeiro-junho de 2022.

SILVA, Karoline Costa da. **“E eu não sou uma mulher?”**: a contribuição narrativa do álbum visual Bom mesmo é estar debaixo d’água, de Luedji Luna, na construção da identidade negra positiva das mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo. 2022.

SOARES, L. E. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo, Boitempo, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. / Muniz Sodré- Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOJOURNER Truth. **E não sou uma mulher?** Tradução de Osmundo Pinho, GELEDES, 8 de janeiro de 2014. Disponível em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TAHYRINE, Iyalê. Brasil de Fato | Recife (PE) | 11 de Novembro de 2021 às 15:02 **“Perdi meu filho para o racismo”**: Mirtes Renata denuncia racismo na condução do Caso Miguel.

TELES, Lília; PRADO, Anita e CRUZ, Adriana.RJ2, **Furadeira, guarda-chuva e até saco de pipoca: casos de mortos após terem objetos confundidos com arma se arrastam há anos na Justiça**. Matéria de 11/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/11/furadeira-guarda-chuva-e-ate-saco-de-pipoca-casos-de-mortos-apos-terem-objetos-confundidos-com-arma-se-arrastam-ha-anos-na-justica.ghtml> Acesso em: 24/10/2023.

TRUTH, Sojourner. [Isabella Van Wagener]. **E eu não sou uma mulher?:** a narrativa de Sojourner/ contada a Olive Gilbert [tradução Carla Cardoso, Julio Silveira]- Rio de Janeiro: Livros de criação: Ímã editorial: Coleção Meia Azul, 2020, 218 p; 21cm.

Verbetes Chacina do Jacarezinho. Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em:[https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina do Jacarezinho](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_do_Jacarezinho) - 06 de maio de 2021
Acesso em: 24/10/2023.

VIANNA, Adriana, FARIAS, Juliana. **A guerra das mães:** dor e política em situações de violência institucional. Cadernos pagu (37), pp. 79-116, julho-dezembro de 2011.

VIOLA, Kamille. **Conceição Evaristo: “O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu a porta, mas porque forçamos a passagem”.** Disponível em:

<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/05/conceicao-evaristo-o-que-nos-conquistamos-nao-foi-porque-sociedade-abriu-porta-mas-porque-forcamos-passagem.html> Acesso em: 24/10/2023.

XAVIER, Giovanna. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história.** Rio de Janeiro: Malê, 2019.